

**DOCUMENTO
DA ARTICULAÇÃO
DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA**

**PARA O DIÁLOGO COM
O GOVERNO ESTADUAL**

Entregue para
o governador Jaques Wagner no

SEMINÁRIO DE DIÁLOGO

Teatro Gregório de Mattos
Salvador, 7 de março de 2007

Movimentos sociais baianos propõem diálogo com o Governador do Estado

Os movimentos sociais, entidades do movimento popular, ONGs e organismos sindicais abaixo assinados, ao tempo em que cumprimentam o governador eleito do Estado da Bahia Jaques Wagner pela expressiva vitória no mais recente pleito eleitoral no Estado vêm, por meio deste documento, apresentar alguns pontos que consideram importantes para a interlocução entre a sociedade civil organizada e os novos dirigentes do governo baiano. Os eixos para o debate foram discutidos e acordados em reuniões e seminários que reuniram os diversos segmentos sociais presentes no cenário estadual, e partem do princípio e da crença de que o governo que se inicia em 01 de janeiro de 2007 tem como elementos fundamentais o diálogo com a sociedade no sentido de construção da democracia a partir do desenvolvimento baseado na justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Eixo 1: Democratização das relações Estado / sociedade

Considerando que o Estado da Bahia vem de uma longa trajetória de governos autoritários, que não reconhecem a sociedade civil organizada como um interlocutor importante na construção do desenvolvimento e que se utilizam da participação de maneira instrumental, os promotores do presente debate sugerem que o governo que se inicia paute sua relação com a sociedade pelos princípios:

- da transparência na gestão dos recursos públicos,
- da garantia do acesso público à informação,
- da garantia do permanente diálogo através da constituição de espaços efetivos de participação,
- do respeito às formas de organização da sociedade civil e à sua autonomia,
- da não-criminalização dos movimentos sociais.

Nesse sentido e diante das dificuldades históricas de constituição e efetivação de canais de participação social na Bahia, sugere-se que o novo governo promova, juntamente com a sociedade civil organizada, uma revisão dos conselhos existentes e a criação de outros espaços necessários à consolidação da participação:

- Criação do conselho de comunicação
- Criação do conselho de economia solidária
- Realização de um Plano Pluri-Anual participativo
- É importante que tais espaços tenham caráter de diálogo, mas também de construção de consenso, de deliberação e de monitoramento das políticas empreendidas pelo Governo.

Um outro mecanismo interessante seria a constituição de um Conselho Econômico e Social nos moldes do que existe no plano federal.

Quanto aos conselhos existentes, é importante rever os decretos de constituição tanto no que diz respeito à sua composição e coordenação, bem como às atribuições, assegurando o caráter deliberativo e intersetorial do espaço público institucional, e o cumprimento do seu papel de atendimento às demandas sociais. Entende-se que os conselhos devem assegurar a efetiva representação dos segmentos sociais, com autonomia destes na definição de seus representantes. O governo deve garantir, ainda os meios efetivos para o funcionamento dos conselhos assegurando recursos para uma estrutura mínima e despesas de funcionamento.

No que diz respeito às contas públicas, sugere-se a criação de mecanismos de participação na discussão do orçamento, bem como de monitoramento e controle dos gastos públicos pela sociedade civil, com a implantação de um sistema transparente de informações e a realização de auditorias para os programas e projetos desenvolvidos, incorporando-se assim a prática da avaliação das políticas implementadas, com a garantia da participação da sociedade civil organizada.

Eixo 2: Políticas de Desenvolvimento

Partimos da compreensão de que os governos da Bahia das últimas décadas têm pautado sua ação por um modelo de desenvolvimento voltado para o mercado e o grande capital e que este fato tem gerado graves problemas para o Estado: a degradação ambiental, o crescimento da violência, da insegurança e das desigualdades sociais, o desemprego, a fome e o desamparo de milhões de cidadãos e cidadãs na Bahia. Sugere-se desta forma que o novo governo inicie um processo amplo de debate visando a "desprivatização" do Estado e a implantação de um novo modelo de desenvolvimento, no qual o desenvolvimento econômico é indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e da cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

Tais políticas de desenvolvimento devem ter como base os seguintes princípios:

- a sustentabilidade ambiental,
- a universalidade no desenvolvimento das políticas sociais,
- a implementação de políticas afirmativas,
- o respeito aos direitos humanos,
- a intersetorialidade das políticas públicas (estratégia de articular os múltiplos olhares e saberes de setores e atores diversos para o enfrentamento de problemas complexos),
- a transversalidade das políticas públicas (para questões comuns a todas as áreas, como questões raciais e de gênero por exemplo, deve-se buscar estratégias que levem em conta a equidade e a justiça social),
- a valorização e o fortalecimento de experiências da sociedade civil, como indicativos às políticas públicas.

- A descentralização político-administrativa, sobretudo a municipalização das políticas sociais.

Entende-se que os conselhos e as conferências são exemplos desses espaços fundamentais para a proposição de políticas de desenvolvimento.

Entre os temas centrais a serem considerados encontram-se:

- a priorização de um modelo agrícola voltado para a agricultura familiar e promoção da agroecologia.
 - o estabelecimento urgente do zoneamento ecológico-econômico do Estado, em especial nas regiões Oeste, Extremo Sul e Litoral Norte, visando controlar a expansão das monoculturas (soja e eucalipto, cana de açúcar, entre outras), da ocupação da orla por projetos turísticos de caráter predatório, e da carcinicultura;
 - a recuperação da cultura cacaeira ;
 - a adoção de políticas condizentes com os diferentes biomas (caatinga, cerrado, mata atlântica, manguezais);
 - a efetivação das distribuições de terra e da reforma agrária, priorizando o sistema clássico de desapropriação por interesse social; a regularização das áreas de fundo de pasto; o reconhecimento e a regularização das terras das populações tradicionais (índios, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais).
 - a implementação junto ao governo federal de ações de regularização fundiária e reconhecimento dos direitos das comunidades tradicionais nas áreas da União, em especial as orlas marítima e fluvial do Estado da Bahia assim como a implementação de ações para identificar, discriminar, arrecadar e distribuir as terras devolutas do Estado da Bahia. Ambas as ações devem ser precedidas de um plano estratégico de ações prioritárias;
- o desenvolvimento de ações que permitam a erradicação do trabalho infantil;
 - o combate ao trabalho análogo ao escravo;
 - a garantia de implementação da LOSAN (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional), da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no Estado;
 - o incentivo à economia solidária, por meio de políticas no âmbito do marco legal, da criação de espaços institucionais e do apoio às redes de produção, comercialização e consumo;
 - a atenção às questões sócio-ambientais nas políticas de geração de trabalho, emprego e renda;
- a implementação de um amplo programa de educação e informação ambiental;
 - a revitalização urgente da bacia do rio São Francisco, realizada de forma participativa, com a implementação de proposta sustentável de convivência com o semi-árido;

- a adoção de uma política de recursos hídricos que promova a universalização do uso da água como direito humano básico;
 - a implementação de ações de saneamento ambiental, visando universalizar o atendimento adequado de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo para toda a população.
 - A implementação de Programa Estadual de Resíduos Sólidos, com incentivo às indústrias de recicláveis na Bahia, legalização fundiária para as cooperativas de reciclagem e programas de capacitação para as cooperativas, além do incentivo à coleta seletiva.
 - A implementação de uma política transparente de fiscalização da exploração de urânio na região de Caetité e de proteção à saúde e prevenção de danos à população exposta aos riscos de contaminação, aliada ao emprego de fontes de energia renováveis, em contraposição à construção de usinas nucleares no Brasil.
 - O incentivo à uma política voltada para sanar ou reparar as violações aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais das populações do município de Santo Amaro contaminadas ou expostas à contaminação por chumbo, cádmio, mercúrio, amianto e outros produtos químicos, e para recuperação do passivo ambiental da região.
-
- a democratização da informação e da comunicação, notadamente com a criação de uma política que garanta acesso, produção, difusão e reconhecimento da comunicação para a população baiana;
-
- a revisão do modelo político de segurança pública;
-
- maior atenção para a política educacional: erradicação do analfabetismo; melhoria do acesso e da qualidade da Educação básica; universalização da educação infantil; educação em tempo integral; valorização das escolas comunitárias; da educação inclusiva; ampliação dos investimentos às universidades estaduais da Bahia e complementaridade das iniciativas federais quanto à internalização / interiorização da universidade pública;
 - a promoção e valorização da educação popular contextualizada nos seus diversos aspectos regionais, étnico-raciais e culturais;
 - a implementação da lei 10 639/03 na rede estadual de educação;
 - a desativação da CAM (Casa de Acolhimento ao Menor) e do Manicômio Judiciário;
 - a ampliação da atuação da Defensoria pública;
 - a democratização da cultura, a ampliação da cadeia produtiva e do acesso aos bens culturais.
 - políticas de moradia digna para as populações mais vulneráveis;
 - atenção especial para a mobilidade/acessibilidade para as populações mais empobrecidas e com mobilidade reduzida;
 - o fortalecimento da política nacional de prevenção e atenção no campo do HIV / DST / AIDS, observando as populações mais vulneráveis;
 - a implementação de políticas de promoção e defesa dos direitos das lésbicas, dos gays e das travestis, com base no seu protagonismo;
 - a ampliação e o desenvolvimento de políticas públicas para crianças adolescentes e jovens.

Eixo 3 – Revisão da estrutura de governo

Mesmo diante do desconhecimento generalizado sobre o aparelho do Estado na Bahia, fruto da forma patrimonialista como o estado era governado, sugere-se que o novo governo estabeleça um diálogo com a sociedade civil na reorganização da máquina administrativa e na definição de critérios, perfis e funções de cargos estratégicos para o desenvolvimento das políticas públicas. Sugere-se, ainda:

- O redimensionamento da estrutura de governo; reavaliar as necessidades efetivas da máquina pública, no intuito de reduzir significativamente os cargos comissionados;
- Realizar concursos públicos, onde couber, e investir nos servidores públicos, incluindo a dimensão da estruturação de carreira, assegurando desta forma a continuidade, a qualidade e a permanência dos programas e serviços públicos.
- A criação de uma instância de democratização da comunicação (órgão, coordenadoria etc) na estrutura da Agecom e/ou da Secretaria de Cultura a fim de elaborar uma ampla política de comunicação para o Estado da Bahia tendo como balisadores a 1ª Conferência Estadual de Comunicação e o Conselho Estadual de Comunicação, ambos órgãos representativos da sociedade civil e do governo na discussão, elaboração e deliberação de políticas públicas nesta área;
- A re-estruturação da Secomp, transformando-a em uma secretaria para o desenvolvimento social, incorporando ações de assistência social e transferência de renda, além de ações e questões ligadas à temática racial, mudanças que implicam na revisão do Fundo de Combate à Pobreza e do decreto de criação da Secomp.
- No caso específico do Consea-BA a sugestão é de que este passe a ser vinculado à Governadoria, pelo fato da segurança alimentar e nutricional ter uma dimensão intersetorial, dialogando com as áreas da agricultura, saúde, educação, desenvolvimento social e geração de trabalho, emprego e renda.
- Faz-se necessário, ainda, garantir uma maior parceria do Estado com os municípios, notadamente no campo da saúde, educação e programas de desenvolvimento.

Eixo 4: Financiamento das políticas sociais

Entendemos que a participação social no ciclo de construção das políticas públicas, permite fortalecer o controle social sobre o Estado, mas não pode ser separada da dimensão de financiamento dessas políticas. É necessária nesse sentido a implementação de mecanismos de democracia participativa e direta no ciclo orçamentário (Plano PluriAnual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária). A construção de um PPA participativo assim supõe não só uma reflexão sobre as diretrizes gerais do plano, mas também deve incluir a dimensão das leis orçamentárias. A participação da sociedade civil em fases do orçamento aparece desta forma fundamental:

trata-se de poder acompanhar de forma permanente o ciclo orçamentário. Esses instrumentos de controle social devem fazer parte das leis de finanças públicas, com vistas a melhorar a transparência do orçamento estadual.

Por outro lado, a participação dentro do chamado "sistema descentralizado e participativo" composto pelos conselhos, fundos e conferências, deve ser assegurada por mecanismos de integração e articulação entre tais espaços, bem como pela obrigatoriedade da inclusão das deliberações no PPA. É preciso, portanto, garantir a participação da sociedade em sua formulação, acompanhamento e avaliação.

Considerando que as ações desenvolvidas por parcela significativa da sociedade civil organizada têm o caráter público, sugere-se que o governo assuma um compromisso com esse setor no sentido de empreender esforços para a democratização do acesso aos fundos públicos constitucionais e à busca de novas fontes de financiamento para os mesmos. É preciso garantir critérios transparentes de aplicação dos recursos, forma democrática de seleção de iniciativas a serem apoiadas e estabelecimento de mecanismos de controle social efetivo de tais recursos.

Salvador, janeiro de 2007

Assinam todos os que concordarem:

Redes, Fóruns e Movimentos

ABONG NE2 – Associação Brasileira de ONGs (Ba-Se)
 APP - Articulação de Políticas Públicas da Bahia
 ASA – Articulação do Semi-árido
 Campanha de Participação Política
 CMP – Central de Movimentos Populares
 COCAS - Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador
 CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores
 CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 FABs – Federação das Associações de Bairro de Salvador
 FDCA-Ba (Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente)
 FETRAF–BA - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
 Fórum Baiano de Economia Solidária
 FBMoj - Fórum Baiano de Movimentos e Organizações Juvenis
 Fórum Cafê
 Fórum Comunitário de Combate à Violência
 Fórum de Democratização da Comunicação
 Fórum Diversidade Étnico Racial
 Fórum de Mulheres de Salvador
 LBG / Ba- Liga Brasileira Lésbica / Bahia
 MOPEM – Movimento pelo Empoderamento de Mulheres de Lauro de Freitas
 MPL/ SSa – Movimento Passe Livre de Salvador
 MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados
 MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
 MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia
 MSTs – Movimento dos Sem Teto de Salvador
 Articulação OPFCJS – Articulações de Organizações de Produtores Familiares do Comércio
 Rede Aiyê Hip Hop
 Rede de Protagonismo Juvenil - Bahia
 Pro-Homo Movimento LGBT

REP - Rede de Educadores Populares do Nordeste
 RNP - Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – Bahia
 UNEGRO
 União por Moradia
 Justo e Solidário
 UNIPAR – União de Entidades de Moradores da Avenida Paralela e Comunidades Adjacentes

Organizações

AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais
 ABEAC – Associação Beneficente Educação, Arte e Cidadania.
 ABENE - Ass. Beneficente dos Moradores do Bairro Nova Esperança.
 ABI – Associação Baiana de Imprensa
 ACCTA / CCMA
 ACOPAMEC – Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
 ADEP – Associação para o Desenvolvimento da Educação Especial
 ADS / CUT – Agencia de Desenvolvimento Solidário da CUT
 AESOS - Associação Educacional Sons do Silêncio
 Amigos da Pastoral do Menor
 AMNA – Associação dos Moradores do Nordeste de Amaralina
 APADA – Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
 APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salvador
 APGB – Associação de Pessoas Com Paralisia Cerebral da Bahia
 APMS – Ass. de Pais e Mestres de Saramandaia Clube de Mães da Comunidade de Saramandaia
 ARCCA – Acesso e Reintegração à Cultura, Comunicação e Arte
 ASA – Ação Social Arquidiocesana
 Associação Beneficente Cultural Travessa Norma
 Associação Beneficente Frei Arnold Stock
 Associação Beneficente Recreativa Creche Escola Comunitária de Sussuarana
 Associação Centro Social Fraternidade Baiana
 Associação Criança e Família Alto de Santa Terezinha
 Associação Cultural de Capoeira Clips
 Associação Cultural de Capoeira grupo Anjos de Angola
 Associação Desportiva Arte Bola
 Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça e Cidadania
 Associação Obras Sociais de Irmã Dulce - CESA
 Avante
 Bagunção
 CAMA – Centro de Artes e Meio Ambiente
 CAMAPET – Complexo Cooperativo de Reciclagem
 CAMMPI – Santa Luzia
 Cáritas Arquidiocesana de Salvador
 CEC – Condomínio do Empreendedor Cultural
 CECOM – Centro Batista Clériston Andrade
 CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular
 CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
 CEIFAR - Centro de Integração Familiar
 CEMJ
 CENOC – Centro de Educação e Cultura de Nova Canaã
 Centro de Ação Comunitária Nossa Senhora Medianeira
 Centro Projeto AXE
 CESE- Coordenação Ecumênica de Serviço
 Cipó Comunicação Interativa
 CJP – Comissão de Justiça e Paz
 Clube de Mães do Bairro de Pernambués
 CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente do Salvador
 Congregação Ancilas do Menino Jesus
 Conselho Tutelar Inhambupe
 COOFE – Cooperativa Múltipla Fonte de Engomadeira

COOMARTS

Cooperativa Artemãos
CPT- Comissão Pastoral da Terra
Creche Escola Comunitária Fonte de Luz
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social – 5.ª Região
CRIA – Centro de Referência Integral do Adolescente
CVI /Ba – Centro de Vida Independente da Bahia
ELO – Ligação e Organização
Escola Popular Novos Alagados
FASE-Bahia – Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEEB – Federação Espírita do Estado da Bahia
Fórum Municipal de Simões Filho
Fundação Instituto São Geraldo
GAMBA-Grupo Ambientalista da Bahia
GAPA-BA – Grupo de Apoio à Prevenção a AIDS
Grupo Cultural OLODUM
Grupo de Jovens Liberdade Já
Grupo Tortura Nunca Mais
IDESIA – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Ambiental
Instituto Aliança
Instituto Mídia Étnica
Instituto para Educação Cultural e Desenvolvimento Projeto Cidadão
IPÊTERRAS – Instituto de Permacultura em Terras Secas
IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
ISPAC - Assessoria ao Movimento Popular
Lar Fabiano de Cristo
Liga Esportiva Alto de Ondina
MOC – Movimento de Organização Comunitária
Movimento Pela Paz Escoteiro Valter Hufnagel
NACCI- Núcleo de Apoio de combate ao câncer infantil
Niger Okan
Nova Cartografia Social do Brasil
Núcleo Espírita Casa do caminho
PAMEN – Pastoral do Menor
Paróquia Nossa Senhora do Amparo
Pastoral Afro Igreja Católica
Pastoral da Criança
Pastoral da Criança de Glória
Pastoral da Criança de Rio Real
Projeto Adolescente Aprendiz
Projeto Ágata Esmeralda
Projeto IBEJI
Projeto Proteger
RJNE – Rede de Jovens do Nordeste Bahia
RPJ - Rede de Protagonismo Juvenil
SASOP- Serviço de Assessoria à Organizações Populares
SBRC
SECACA
Sindomésticos – Sindicato dos Trabalhadores Domésticos
Sociedade 1º de Maio
Sociedade Beneficente Recreativa São Roque e Clube de Mães
Vida Brasil

DOCUMENTOS ANEXOS

- Carta do Fórum de economia solidária à equipe de transição do governo Wagner p.10
- Carta de economia solidária – uma estratégia de política de desenvolvimento para o Estado da Bahia p.12
- Documento da campanha de participação política, voltada para formulação de políticas públicas de juventude na Bahia p.15
- Carta do Pro-Homo Movimento LGBT p.33
- Carta do Movimento de Pessoas com Deficiência ao governador Jaques Wagner p.36
- Proposições da sociedade civil para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia p.43
- Prioridades para ação do governo estadual nos territórios do Sisal e da Bacia do Jacuipe p.51
- Carta da rede sócio-educativa e diretores da Sociedade 1º de maio p.56
- Carta dos movimentos sociais e feministas sobre secretaria de mulheres p.58
- Propostas do Fórum Baiano dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA-Ba) ao governo Wagner p.61
- Relatório de monitoramento pela sociedade civil do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) na Bahia p.63

CARTA DO FÓRUM BAIANO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DO GOVERNO WAGNER

Somos um conjunto de organizações de apoio e assessoria, empreendimentos econômicos solidários e representantes de órgãos públicos nas três esferas de governo, vinculados, desde 2003, ao Fórum Baiano de Economia Solidária e que promovem as mais diferentes iniciativas de apoio e articulação das suas diversas práticas no Estado da Bahia.

Além de uma alternativa de geração de trabalho e renda e de uma nova forma de enxergar a reprodução da vida humana, a Economia Solidária também pode ser compreendida como uma forma de promover um processo sustentável de crescimento econômico local. De acordo com Paul Singer¹ *“Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção (...) que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma”*.

Nesse contexto, por demanda do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, encontra-se sendo realizado o mapeamento dos empreendimentos associativos solidários, através do qual já foram identificados 14.954 empreendimentos em todo o país, sendo 1.096 na Bahia. Assim, verifica-se a necessidade de que os poderes públicos instituídos estruturarem políticas públicas específicas para estas iniciativas populares, sobretudo políticas que auxiliem na superação dos principais desafios enfrentados por este segmento, a exemplo da qualificação profissional e para a gestão, crédito produtivo, comercialização e marco legal.

Animados pela perspectiva anunciada pelo governador eleito, que passa a sinalizar uma inversão de prioridades, o combate à fome e ao desemprego, o Fórum Baiano de Economia Solidária propõe-se a apresentar alguns elementos de contribuição para uma Política Pública Estadual de Economia Solidária.

O desenvolvimento de uma ação governamental da Economia Solidária pode constituir-se numa inovadora política pública, com o potencial de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

Diversas destas experiências já fazem parte de Políticas Públicas de Economia Solidária, de âmbito municipal, como em Pintadas e em Vitória da Conquista, e de âmbito federal, através da SENAES/MTE.

Marco Legal

1. Aprovação da lei Estadual para Economia Solidária a qual visará o desenvolvimento e o fomento às empresas, cooperativas, associações, redes e empreendimentos de autogestão que compõem o segmento da Economia Solidária, de forma a ampliar sua sustentabilidade. A experiência brasileira dá conta de leis estaduais já existentes no Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Piauí;
2. Criação de um Fundo e Conselho Estadual de Economia Solidária, este último a ser encarregado, dentre outras ações, pelo estabelecimento de diretrizes e detalhamento da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária.

¹ SINGER, Paul. Desenvolvimento Solidário: significado e estratégia. Brasília: MTE, maio/2004 (Texto para Discussão). Disponível em:

<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>.

ⁱⁱ Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Empreendimentos Solidários na Região Metropolitana de Salvador e no Litoral Norte da Bahia. Salvador: SEI, 2004

Ações Institucionais (Estado)

1. Criação de um espaço institucional que atue como referência para a execução e articulação transversal de políticas de Fomento à Economia Solidária no novo Governo do Estado. Tal Espaço deverá contar com orçamento apropriado, estar incluído na estrutura do Desenvolvimento Social ou do Trabalho, e contar com a CAR como Braço Operacional;
2. Constituição de uma Câmara Técnica Intersectorial, articulando as Secretarias e órgãos públicos envolvidos em ações de fomento à ECOSOL;
3. Constituição dos Centros Públicos de Economia Solidária como instrumentos de convergência das ações e atores que desenvolvem a Economia Solidária nas diversas regiões do estado, fortalecendo e ampliando a sua visibilidade;
4. Democratização do acesso aos Recursos Públicos (Editais);
5. Fortalecimento da Política de Desenvolvimento Territorial (MDA);
6. Realização de auditorias nos órgãos públicos (Bahiatursa, CAR, etc);

Redes de produção, comercialização e consumo

1. Apoio à criação de espaços de comercialização específicos para Economia Solidária, como lojas solidárias, clubes de trocas e feiras periódicas. Estas últimas figuram como espaços de fortalecimento dos empreendimentos através da troca de experiências de produção e estímulo ao consumo solidário da comunidade mediante palestras, debates, oficinas e mostras artísticas, conferindo também à feira um caráter educativo e de lazer para produtores, consumidores e visitantes. A esse respeito, cumpre informar que o Fórum Baiano já realizou 05 feiras solidárias cujo fundamento principal foi a gestão democrática a qual permitiu que o poder de decisão fosse coletivo, voltado para a inclusão social e o bem estar;
2. Formação de linhas de crédito adequadas aos empreendimentos solidários. Em um trabalho realizado pela Universidade Católica do Salvadorⁱⁱ, a ausência de linhas de crédito específicas para segmento dificulta a aquisição de financiamentos a juros compatíveis, de maneira que representa um limitador à expansão dos negócios. Ademais, o excesso de burocracia envolvido na liberação dos recursos, representa também um grande obstáculo, dadas as assimetrias de informações existentes entre os agentes financeiros tradicionais e os pequenos produtores;
3. Apoio à articulação de redes de produção, comercialização e consumo de Economia Solidária, os quais permitirão reduzir o valor unitário dos bens e serviços, ampliar o mercado consumidor e estimular a melhoria dos produtos e da prestação de serviços;
4. Apoio à criação de um selo de Economia Solidária, como forma de valorização social dos produtos oriundos deste mercado o qual possibilitará a construção de novas parcerias sob o princípio da responsabilidade social;
5. Orientação do poder de compra do Estado para fortalecimento dos empreendimentos populares de Economia Solidária. Sugerimos que sejam mantidos e ampliados os programas de compras institucionais (a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB – Governo Federal), que podem conferir maior relevância a instituições como a EBAL.

Educação e Cultura

1. Inclusão de disciplina sobre ECOSOL no currículo do ensino formal;
2. Atividades de educação e arte para reafirmação da identidade cultural e política da Economia Solidária, uma vez não ser esta apenas uma forma de geração de trabalho e renda, mas também um mecanismo de resgate da luta histórica dos trabalhadores que permitirão a estes um melhor entendimento da realidade atual por eles vivida e a valorização de seu papel na sociedade.

Dito isto, o Fórum Baiano de Economia Solidária encontra-se à disposição da Equipe de Transição para discussão e construção coletiva das propostas acima elencadas, bem como de outras ações que venham a fortalecer os empreendimentos de Economia Solidária, lócus cada vez mais significativo na geração de trabalho e renda e resgate da cidadania.

ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESTADO DA BAHIA

I – INTRODUÇÃO

A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

O que as iniciativas de economia solidária têm em comum é a igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática de cada sócio nas tomadas de decisão.

A Economia Solidária é geradora de trabalho emancipado, operando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade do trabalho em relação ao capital.

A Economia Solidária é, pois, uma alternativa ao mundo do desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perdem o acesso à remuneração e ficam excluídos das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano.

A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade. Dentre elas podemos destacar:

- A luta dos trabalhadores e trabalhadoras contra a subordinação do trabalho pelo capital e valorização da propriedade/gestão coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua;
- A luta da agricultura familiar e da reforma agrária pela democratização do acesso e uso da terra, da água e dos recursos genéticos;
- A luta das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores, artesanais, etc) pelo reconhecimento e valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, valorização da diversidade étnica, promoção dos direitos territoriais e de sua autodeterminação;
- A luta pela reforma urbana, pela gestão coletiva dos espaços urbanos e da moradia e da participação popular no controle dos orçamentos e na definição das políticas públicas;
- A luta das mulheres contra a discriminação e pelo reconhecimento do papel fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A luta ambiental pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e ecossistemas.

II – JUSTIFICATIVA

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram em sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos assalariados e as cooperativas como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

O modelo de desenvolvimento econômico praticado nos últimos 20 anos – caracterizado por uma ideologia neoliberal hegemônica e por um regime de acumulação predominantemente financeirizado – tem se mostrado insuficiente para promover a redução da pobreza e das desigualdades sociais, tendo, ao contrário, promovido graus extremos de precarização das relações de trabalho e concentração da riqueza, isto apenas para garantir a manutenção de uma elevada rentabilidade e competitividade do capital em escala mundializada.

Na Bahia, particularmente, as forças políticas hegemônicas sempre imprimiram um modelo de gestão governamental fundado no clientelismo, na subordinação das pessoas aos chefes e caciques, privilegiando os “*feitores*” em detrimento dos “*escravos*”, numa reprodução autêntica do sistema “*Casa Grande & Senzala*”.

Na economia solidária, milhões de trabalhadores e trabalhadoras foram se organizando de forma coletiva em projetos produtivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários. Pela economia solidária foram recuperadas centenas de empresas falidas. A agricultura familiar e os assentados da reforma agrária se organizaram em associações e cooperativas de produção, prestação de serviços, crédito.

O mapeamento realizado em 2005 apontou que 70% dos empreendimentos existentes no Brasil foram criados entre 1990 e 2005 e que deles participam 1 milhão e duzentos e cinquenta mil trabalhadores e trabalhadoras, por meio de múltiplas formas de organização, entre as quais as associações com 54%, os grupos informais com 33% e as cooperativas com 11% dos empreendimentos econômicos solidários.

Um mapeamento da Economia Solidária na Bahia foi feito durante o ano de 2005, tendo como critérios a existência de uma gestão democrática do empreendimento; a sustentabilidade econômica das atividades; a prática da cooperação dentro e fora das organizações e a propriedade coletiva dos meios de produção.

Dos 1096 empreendimentos solidários do estado, cerca de 60% foram identificados na área rural, o que confirma a vocação cooperativista deste segmento. Outro dado curioso na Bahia é a maturidade das pessoas envolvidas: dos 85.000 trabalhadores solidários, cerca de 67.000 estão na faixa etária acima dos 50 anos.

A CUT, através da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, tem impulsionado a organização dos trabalhadores e trabalhadoras desempregadas e em condições precárias de trabalho, do campo e da cidade, promovendo a incubação de cooperativas e associações de produção, serviço e crédito, na perspectiva da geração de trabalho e renda com inclusão cidadã.

III - PROPOSTAS

- a. Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
- b. Debater e propor princípios e diretrizes para a Política Estadual de Economia Solidária em diálogo com a Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES;
- c. Avaliar com mais afinco a situação e o potencial da Economia Solidária na Bahia, tanto do ponto de vista de sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
- d. Propor estratégias e prioridades para as políticas e programas de fortalecimento da economia Solidária.

IV – CONCLUSÃO

Este documento, resultado de acúmulo de vários anos de reflexão e sistematizado num seminário ocorrido em 21/10/06, no Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro, com a presença de lideranças e representantes dos movimentos sociais, se propõe a contribuir com a gestão de Jaques Wagner no governo, objetivando priorizar a Economia Solidária enquanto estratégia de desenvolvimento solidário e sustentável para o estado da Bahia. Elegemos como parceiros fundamentais nesse processo a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário da Cut; a ITCP-UNEB – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNEB; o movimento sindical urbano e rural; o MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador e da Bahia; o MST – Movimento dos Sem Terra; as Associações de Bairro organizadas; a FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; a FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura; ONGS; as secretarias municipais e demais instituições que militam na área da Economia Solidária.

Em síntese queremos dizer que todo desenvolvimento começa pelo protagonismo local. Noutras palavras: O desenvolvimento é um fenômeno que resulta das relações humanas. São as pessoas que fazem o desenvolvimento. O desenvolvimento depende do sonho, do desejo, da vontade, da adesão, das decisões e das escolhas das pessoas. Cabe às pessoas a transformação social que a Bahia tanto precisa.

Salvador, 21 de outubro de 2006

Assinam este documento

Maria das Dores Loiola Bruni (Dorinha da Cut) e demais representações constantes da listagem em anexo.

CAMPANHA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 2006

POLÍTICAS DE JUVENTUDE NA BAHIA

(Documento para formulação de políticas públicas de, com e para as juventudes no estado da Bahia)

SALVADOR - 2006

ÍNDICE

1.APRESENTAÇÃO	17
2. CAMPANHA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	17
3. POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL	18
4. SEMINÁRIO BAIANO DO PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE	19
5. PROPOSTAS PARA O GESTOR ESTADUAL	32

1. APRESENTAÇÃO

Este documento visa apresentar propostas para formulação de políticas públicas de, com e para as juventudes no estado da Bahia.

Estas propostas foram identificadas durante o ano de 2006, período fértil de realização de debates, encontros, diálogos, fóruns entre jovens e instituições que atuam no campo político da garantia dos direitos de adolescentes e jovens.

Neste momento, esperamos o compromisso do gestor público estadual com a efetiva implementação da política de juventudes, entendida como “o conjunto de princípios, estratégias e ações que contemplam as distintas realidades dos (as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os (as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país”.

2. CAMPANHA DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Há alguns anos, entidades, redes e fóruns de todo o Brasil, em especial da região nordeste, realizam, nos anos em que ocorrem os pleitos eleitorais, atividades da Campanha de Participação Política, que tem como lema “Voto não tem preço, tem consequência!”. Tendo como público prioritário adolescentes e jovens, a Campanha objetiva o incentivo ao alistamento eleitoral dos adolescentes maiores de 16 anos e a conscientização para a importância da participação nos processos eleitorais e acompanhamento dos mandatos dos representantes governamentais.

Nas edições anteriores, a Campanha promoveu diversas atividades na Bahia. Em 2002, realizou um Seminário com cerca de 400 adolescentes e jovens que discutiram a importância de sua participação política. Em 2004, realizou um debate público com seis candidatos à prefeitura de Salvador e outras atividades em vários municípios.

Neste ano de 2006, muitos fatores contribuem para o desânimo da participação dos jovens em relação ao processo de representação política. Dessa forma, a Campanha se constitui em um espaço fundamental de exercício da cidadania juvenil e de construção de diálogos com os candidatos ao Executivo (no âmbito estadual) e Legislativo (nos âmbitos estadual e federal).

As entidades promotoras desta iniciativa são: Associação de Educação Católica – AEC; Cáritas Brasileira NE3; Centro de Referência Integral de Adolescente - CRIA; CIPÓ Comunicação Interativa; Centro de Artes e Meio Ambiente – CAMA; Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe – CAMMPI; Cáritas Arquidiocesana de Feira de Santana; Grupo Unido pela Prevenção – GUP; ISPAC – Assessoria ao Movimento Popular; Instituto Aliança com o Adolescente; Instituto da Juventude do Baixo Sul - IJ; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia; Movimento de

Jovens de Antonio Cardoso – MOJAC; Pastoral da Juventude - PJ; Pastoral da Criança; Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP; Projeto Juventudes e Ação Política – JAP; Pastoral da AIDS de Feira de Santana; Pastoral da Juventude de Feira de Santana - PJ; Rede Juventudes; Rede de Jovens do Nordeste – RJNE/BA; Rede de Protagonismo Juvenil da Bahia – RPJ; Rede Sou de Atitude.

3. POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL

Em 30 de junho de 2005, foram criados o Conselho Nacional e a Secretaria Nacional da Juventude, através da Lei Federal 11.129, o que representa, à primeira vista, um grande avanço na perspectiva da construção de políticas voltadas para a juventude. São instituições muito novas, o que não permite avaliar até o presente momento o impacto que podem ter no contexto político brasileiro.

Em 7 de abril de 2003, foi criada a Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT), por solicitação de Parlamentares de diversos partidos políticos e pressão de um amplo movimento internacional de defesa e garantia dos direitos dos jovens.

Os Parlamentares, integrantes da Comissão Especial, ao longo do ano de 2003 e no primeiro semestre de 2004, ouviram especialistas, gestores públicos, representantes da sociedade civil, notadamente os jovens, num total de 33 Audiências Públicas. Os encontros regionais, que somaram cerca de 5.200 participantes, trataram de diferentes temas relacionados à juventude, assim como as audiências realizadas na Câmara Federal sobre: Educação, nos diferentes níveis e modalidades; Trabalho, Emprego, Renda e Empreendedorismo; Consumo de Substâncias Psicoativas; Saúde; Sexualidade; Cultura; Desporto e Lazer; Cidadania e Organização Juvenil; Capacitação e Formação do Jovem Rural e Equidade de oportunidades para os jovens em condições de exclusão (afro-descendentes, indígenas, jovens com deficiência e homossexuais).

Fruto desse processo, o texto do Projeto de Lei 4530/04 - Plano Nacional da Juventude foi distribuído e discutido, a partir de 2004, em Encontros Regionais realizados em todos os Estados e no Distrito Federal.

Nesse período, foi aprovada, na Comissão Especial que analisa o assunto, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 138/03, que regulamenta a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude. A emenda insere a palavra "jovem" no nome do capítulo VII do título VIII da Constituição, que passa a ser "da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso".

Além disso, altera vários itens do artigo 227 da Carta Magna para estender à juventude os direitos prioritários - já assegurados à criança e ao adolescente - à saúde, à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. E determina a aprovação de lei instituindo o Estatuto da Juventude, que regulará os direitos desse segmento da população. Além

disso, prevê a implantação do Plano Nacional da Juventude, de duração decenal, que articulará várias esferas do Poder Público para a execução de políticas voltadas para o jovem.

4. SEMINÁRIO BAIANO DO PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE

Em seguida, apresentamos o relatório final do “Seminário Baiano do Plano Nacional de Juventude”, realizado nos dias 25 e 26 de março de 2006, no Terminal Turístico de Portão, Lauro de Freitas (BA). Este foi um momento importante para a construção de políticas públicas de juventude na Bahia, promovido por entidades integrantes da Campanha de Participação Política, entre outras.

- **Entidades realizadoras do Seminário Baiano de Juventude:**

ABES – Associação Baiana Estudantil Secundarista
 AGES – Associação de Grêmios e Estudantes de Salvador
 Asself – Associação de Estudantes de Lauro de Freitas
 CEAURO – Escritório de Garantia dos Direitos da Juventude
 CECUP – Centro de Educação e Cultura Popular
 CIPO – Comunicação Interativa
 Coletivo de Jovens
 CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes
 FCCV – Fórum Comunitário de Combate à Violência
 FETAG – Federação dos Trabalhadores em Agricultura
 FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães
 Grupo Abakê
 ICAJ – Instituto Castro Alves de Juventude
 Instituto Aliança
 JSB – Juventude Socialista Brasileira
 Juventude do PMDB
 Juventude do PT
 MCP – Movimento de Cultura Popular
 MNU – Movimento Negro Unificado
 MOC – Movimento de Organização Comunitária
 MST – Movimento Sem Terra
 Rede Sou de Atitude
 RJNE – Rede de Juventude do Nordeste
 RPJ - Rede de Protagonismo Juvenil
 Sociedade 1º de Maio
 UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
 UDER – União Democrática de Estudantes Rotarianos
 UEB – União dos Estudantes da Bahia
 UJS – União da Juventude Socialista
 UNE – União Nacional dos Estudantes
 Deputados Estaduais: Zilton Rocha, Álvaro Gomes, Javier Alfaya, Edson Pimenta, Yulo Oiticica, Lídice da Mata
 Deputados Federais: Zezéu Ribeiro, Alice Portugal.
 Vereadora: Vânia Galvão

Apoio: CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços e Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

- **Cidades representadas**

SALVADOR
 FEIRA DE SANTANA
 LAURO DE FREITAS
 QUIJINGUE
 NOVA FÁTIMA
 ICHU
 IRARÁ
 QUIJINGUE

RIACHÃO DO JACUÍPE
CONCEIÇÃO DO COITÉ
RETIROLÂNDIA
QUEIMADAS
SERRINHA
VALENTE
ARACI
TUCANO
NORDESTINA
PÉ DE SERRA
IAÇU-BA
CANDEIAS
MADRE DE DEUS
SÃO DOMINGOS
JUAZEIRO - BA
PIRAI DO NORTE
ITABUNA
PAULO AFONSO
ITIÚBA

O seminário contou com a participação de 195 inscritos, representando mais de 20 municípios da Bahia e todas as regiões do estado. Um ponto importante do Seminário foi a constante busca pela construção colegiada e pela tomada de decisão coletiva. O processo que se deslança nesse evento, aberto a diversas organizações da Bahia teve início em setembro de 2005, quando foi realizada a primeira reunião de organização convocada pela deputada federal Alice Portugal, relatora da PEC 138/03 e integrante da Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados.

Tivemos diversos contratempos que por três vezes fizeram com que adiássemos esse encontro suprapartidário e coletivo. Gostaríamos de salientar que o nosso seminário tem a marca da participação comunitária das diversas organizações de/com/para a juventude baiana.

Tendo isso relatado, apresentaremos agora os resultados dos treze grupos de discussão que trabalharam com os eixos:

- Educação Profissional
- Trabalho Emprego e Renda
- Saúde
- Esporte e Lazer
- Cidadania e Intervenção nas Políticas Públicas
- Protagonismo e Organização Juvenil
- Cultura
- Tecnologia e Comunicação
- Raça e Etnia (índios, negros e quilombolas)
- Juventude Rural e Ribeirinha
- Jovem com Deficiência
- Gênero e Diversidade
- Educação.

Educação Profissional

- Parceria com o Sistema de Bolsas para os cursandos, com a perspectiva de inserção no mercado de trabalho;

- Informática como disciplina curricular obrigatória do ensino médio;
- Disponibilizar cursos de formação profissional específico para pessoas com deficiência;
- Inserir nas escolas a formação profissional e ampliar o número de CEFETs, implementando cotas para alunos de escola pública; e
- Criar e implementar programas de orientação vocacional nas escolas.

Trabalho, Emprego e Renda

- Divulgar e desburocratizar as linhas de apoio ao micro – crédito para jovens, garantindo assistência técnica e profissional de acordo ao plano de negócios e projetos;
- Criação de um grupo de trabalho para estudo, discussão e reformulação das legislações de estágio, aprendizagem e emprego;
- Garantir a formação profissional dos jovens da zona rural, com gestão participativa dos atores e co-autores sociais nela envolvidos, de forma a possibilitar a organização da produção do campo, tendo como perspectiva o desenvolvimento sustentável, da qualidade de vida e acesso a cultura;
- Criar uma legislação que regulamente os cargos e salários no primeiro emprego; e
- Garantir reconhecimento legal dos cursos de qualificações profissional mediante ao fornecimento de certificados reconhecido pelo MEC e pelo MTE e vinculá-los aos processos regulares de ensino, afim de que sejam reconhecidos pelas empresas nas negociações, convenções e contratos, e tendo extensão para o currículo escolar.

Saúde

- Alterar o parágrafo 22 para:
- “Aumentar a tributação sobre as drogas lícitas, revertendo a arrecadação para programas de combate ao uso de todas as drogas. Intensificando as propagandas contra o tabaco”;
- Rever legislação a respeito da vinculação de propagandas de álcool, inibindo as propagandas de incentivo do uso do mesmo;
- Rever a legislação sobre a legalização do aborto, garantindo um atendimento humanizado no Sistema Único de Saúde – SUS;
- Transformar os programas de amparo os jovens que sofreram algum tipo de violência sexual em políticas públicas de estado, criando um centro especializado para atendimento desses jovens;
- Fortalecer os programas de redução de danos por consequência do uso de drogas;
- Disponibilizar no SUS os exames de HIV e DST e tratamentos para essas doenças, informando aos jovens sobre os mesmos, por meio de campanhas de prevenção; e
- Modificar o parágrafo 16 para:
- “articular as instâncias de saúde e justiça no enfrentamento das questões sociais que fomentam o uso de substâncias psicoativas, garantindo o tratamento do usuário.

Esporte e lazer

- Criação de centros comunitários de esporte na zona rural e urbana;

- Criação de programas de esporte e lazer;
- Garantir e incentivar a participação de jovens mulheres na prática esportiva;
- Que seja obrigatório um acompanhamento médico na prática de esporte nas escolas;
- Construir quadras esportivas em todas as escolas e reformar as já existentes, garantindo o acesso da comunidade;
- Fomentar e incentivar a prática esportiva para jovens com deficiência garantindo a sua acessibilidade;
- Investir 1% do PIB do Federal, Estadual e Municipal para o esporte e lazer;
- Criar leis de incentivo fiscal para o as empresas que financiem a prática esportiva.

Cidadania e Políticas Públicas

- Garantir a participação juvenil na elaboração, acompanhamento e elaboração das Políticas Públicas na área de cidadania;
- Criar e fortalecer os mecanismos já existentes que possibilitem ao jovem se informar sobre as Políticas Públicas;
- Garantir que o Conselho Nacional de Juventude seja um órgão deliberativo e garantir que seus membros sejam eleitos em fóruns específicos;
- Valorizar e construir uma cultura de paz em toda a sociedade de forma a reprovocar qualquer tipo de preconceito e discriminação, educando a sociedade por todos os meios (escola, mídia, etc.);
- Viabilizar políticas e programas sociais que garantam o direito às prerrogativas da juventude, especialmente na oferta de uma escola pública de boa qualidade, na oportunidade de aprendizagem, no acesso ao esporte, à cultura, ao lazer e à formação profissional, expandindo a qualidade como expressão, a criatividade e a iniciativas.

Tecnologia e Comunicação

- Instalação e manutenção de centros de inclusão digital nas comunidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano com a utilização das plataformas de “Software Livre”;
- Transformar o programa “Casa Brasil” em Política Pública de Estado; e
- Ampliação dos laboratórios de inclusão digital no ensino básico, capacitando e remunerando (ajuda de custo) jovens para serem monitores desses infocentros.

Raça e Etnia (índios, negros e quilombolas)

- Garantir o acesso ao micro-crédito para jovens negras e índias mediante projetos ou plano de negócios;
- Mapear as comunidades quilombolas de modo a assegurar um tratamento diferenciado, criando um programa de acesso às informações.
- Possibilitar o acesso às diversas manifestações dos povos remanescentes africanos e indígenas, através da expansão dos espaços e referências relacionadas;

- Criação da Casa de Cultura Indígena em diversas etapas para a promoção de intercâmbio entre indígenas e não indígenas;
- Criar mecanismos de fiscalização da lei 10639;
- Implantar nas matrizes curriculares de ensino, os conhecimentos relacionados às raízes histórica e rural dos povos indígenas;
- Inserir no item 4 do PL N° 4530/04 o termo “fiscalizar”.

Juventude Rural e Ribeirinha

- Desburocratizar os programas de acesso ao crédito e à terra para os jovens rurais e ribeirinhos;
- Implantar projetos agrícolas e ribeirinhos nas regiões subdesenvolvidas potencializando a agroecologia;
- Fazer campanhas de documentação para comunidades ribeirinhas e rurais;
- Garantir programas de assistência técnica com recursos alocados para jovens rurais e ribeirinhos.

- Alterações de texto

- 1-Disseminar programas de capacitação e formação profissional na área rural e ribeirinha com recursos alocados;
- 2.3-Garantir ao jovem o direito à terra e financiamento para a produção agrícola;
- 4.7-Investir na infra-estrutura tecnológica das escolas rurais, com intuito de diminuir o êxodo e implantando programas de incentivo agrícola e produção orgânica;
- 6-Propiciar o acesso ao ensino básico a todos os jovens, garantindo a interiorização de cursos de ensino superior para jovens rurais e ribeirinhos;
- 8-Garantir e ampliar a agricultura familiar além da produção e proporcionando pesquisas e auxílio técnico diretamente para o segmento, tendo em vista o seu potencial para a geração de trabalho e renda no campo;
- 9-Capacitar a juventude rural em organizações da produção de forma coletiva e solidária;
- 11-Garantir no cadastro de programas de reforma agrária o acesso ao jovem, independente do estado civil. E que seja preferencial para os filhos de agricultores rurais e ribeirinhos.

Jovem Portador de Deficiência

- Implementar programas de capacitação para os profissionais de saúde e educação;
- Cumprir o decreto 5293/04 (Lei Nacional da Acessibilidade), dando ênfase à questão do transporte e tendo como prioridade a zona rural;
- Construir redes de informação para integrar os jovens com deficiência às discussões de políticas públicas;
- Incluir na grade curricular do ensino fundamental e médio o estudo da questão da acessibilidade, podendo abranger um módulo de equidade;
- Exigir que o Estado dê um incentivo para baratear recursos especializados (Software, impressoras de Braille, cadeiras de roda, bengalas, etc.) para pessoas com deficiência.

Protagonismo e organização Juvenil

- Criar centros de referência da juventude, com atividades esportivas, de lazer, culturais, com palestras que incentivem a formação política dos jovens, com acompanhamento de profissionais das diversas áreas de conhecimento que abordem temas como inserção do jovem no mercado de trabalho de forma digna e sem a retirada dos direitos trabalhistas conquistados como direito a férias, licença maternidade, décimo terceiro salário, etc.; melhoria (infra-estrutura, qualificação dos professores...) das escolas públicas de ensino básico e estreitamento das relações entre escola e comunidade de bairro, ampliação das vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, garantindo-lhes uma assistência estudantil que lhe permita tempo suficiente para usufruir do tripé do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão), respeitando as especificidades dos problemas regionais;
- Criar instituições e órgãos de interlocução juvenil como a ouvidoria juvenil, secretaria de políticas públicas de juventude, conselho da juventude, instituto brasileiro de juventude, conferência nacional, fóruns, consórcios e fundos que permitirão a autonomia de ação dos jovens, viabilizando a existência de atuação dos fóruns juvenis da sociedade civil;
- Garantir espaço nas instituições de ensino para a livre organização, representação e atuação dos estudantes em grêmios, centros acadêmicos e associações, em instâncias de discussão e ampliação de políticas públicas de juventude, dando subsídios para o pleno funcionamento desses espaços e respeitando a autonomia das decisões coletivas;
- Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas, ou seja, as autoridades públicas devem criar e/ou fortalecer espaços para a participação dos jovens na discussão e de liberação de políticas públicas, bem como dar subsídios para essa participação;
- Estimular a participação dos jovens na política e no ingresso nos partidos políticos com a participação dos DAs, CAs, DCEs e escola públicas.

Cultura

- Ampliar a dotação orçamentária para cultura, a fim de subsidiar projetos e iniciativas culturais;
- Levar como proposta um projeto de profissionalização dos “grafiteiros” (como exemplo de cidadania);
- Municipalizar os recursos da área de cultura;
- Valorizar a cultura popular.
- Fomentar e valorizar a cultura local e histórica (seus costumes, lendas, história da região, etc.)
- Reformular o diagnóstico;
- Cadastrar as entidades culturais;
- Criar a casa do Hip-Hop.
- Cobrar a cultura dentro da escola;
- Municipalizar a meia-entrada com uma monitoria;
- Modificar o texto do 5º parágrafo para:
- “Garantir a concessão de meia entrada em eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e lazer em todo o território nacional,

para todos os estudantes brasileiros através da emissão da carteira de identificação da UNE e UBES”.

- “Que os municípios fiscalizem o comprometimento do direito à meia entrada, sem prejuízo das ações de outras instâncias do poder público”.
- Formatar a criação de espaços no interior para apresentações e desenvolvimento das atividades culturais, com gestão municipal e verba estadual.

Gênero e Diversidade sexual

- Realizar campanhas públicas que promovam o combate à discriminação e ao preconceito em relação à orientação sexual;
- Criar delegacias especializadas em crimes contra homossexuais;
- Desenvolver, a partir dos livros didáticos, e da capacitação dos profissionais de ensino, a consciência dos jovens acerca da diversidade sexual;
- Criar um grupo de trabalho para discutir a garantia de conscientização da questão de gênero;
- Promover ações destinadas a aumentar a proporção de mulheres nas funções e nos cargos de liderança, nas comunidades e nas instituições;
- Promover campanhas para o conhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, garantindo apoio médico, psicológico, social e econômico às jovens em virtude de gravidez indesejada e aborto;
- Estimular programas e projetos que objetivem conscientizar as mulheres na identificação das suas necessidades especiais.

Educação

- Constituir a perspectiva do livre acesso às vagas nas universidades públicas, com garantia de permanência da qualidade, entendendo o ensino superior como instrumento de desenvolvimento nacional;
- Criar uma alternativa ao vestibular, que leve em consideração a capacidade do cidadão em atender a questões, e não à medida do conhecimento acumulado;
- 6º parágrafo - objetivo e metas:
- Facilitar o acesso garantindo a ampliação;
- Gratuidade da taxa de inscrição para o vestibular nas universidades públicas;
- Valorizar a cultura indígena e quilombola, nas suas respectivas comunidades, inclusive com o ensino de línguas indígenas;
- Garantir a opção do ensino de espanhol na educação básica;
- Priorizar a educação básica, impedindo que o estudante atinja o fim do ensino médio sem horizonte;
- Viabilizar políticas que transformem as escolas privadas, garantindo a qualidade e viabilizando a formação de cidadão, e não a mera aprovação no vestibular;
- Ampliar o investimento em educação para 10% do PIB;
- Inserir o ensino especial nas escolas e universidades;
- Garantir eleições diretas para diretores e vice-diretores de escolas, com garantia do voto petitorio na comunidade;
- Garantir a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, tendo como perspectiva temporal índios e afro-descendentes;
- Garantir a democracia nas escolas, de forma que os estudantes possam interferir no calendário e no projeto pedagógico;

- Garantir a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia na educação básica.

Anexo I

Moção I

Repudiamos a ação de grupos que se entendem donos do processo e detentores do saber, onde acham que podem não participar da construção do Plano e ainda assim se sentem na capacidade de representar a juventude do Estado da Bahia para ser delegado ao encontro Nacional nos GTs. Repudiamos essa atitude antidemocrática, fascista e antiética.

Entidades que assinam:

Juventude do Partido dos Trabalhadores
Movimento Estudantil de Mussurunga
Rede de Jovens do Nordeste
Repensando Sussuarana
Calazar
Rede Aiyê Hip Hop
Conselho Estudantil unificado
CEDECA
Fórum Comunitário de Combate a Violência
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rural
Pastoral da Juventude
Cipó – Comunicação Interativa
Grupo Pernambués Articulando a Resistência
Centro de educação e Cultura Popular
Panteras Negra
CEAFRO
Beje Eró
CRIA
Nova Visão
Grupo Retrato de Nós
RPE
Danç'art
CAMAPET
Grucon
Subcomissão de Juventude de reflexão da Violência da CAMMPI
Santa Luzia
CAMA
CAMPE

Moção II

Nós do Seminário Baiano do Plano Nacional de Juventude defendemos que se retire do texto da PEC, do PL N°4529 e PL N° 4530 a faixa etária de 15 a 18 anos. Tendo em vista que as pessoas dessa faixa etária já possuem políticas e legislações específicas e que uma dobradinha de legislações não iria garantir direitos, e sim tornar confuso o Sistema de Garantia de Direitos. Lembramos também que a legislação com o texto que está poderá fomentar o debate da redução da maior idade penal, que é uma discussão que nós dos movimentos que trabalham com infância e adolescência não vemos como política de segurança pública. Defendemos sim, que as legislações existentes sejam de fato efetivadas e não ampliadas.

Entidades que assinam:

ABES

AFADA

AGES

ASSELF

ASSOCIAÇÃO BAIANA ESTUDANTIL

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JOVENS

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ADOLESCENTE

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DE LAURO DE FREITAS

ASSOCIAÇÃO LIVRE DE MORADORES

ASSOCIACAO VIDA

CALAZAR

CAMA - CANTRO DE ARTES E MEIO

CAMMPI

CEAFRO - EDUCAÇÃO E PROFISSIONAL

CEDECA

CENTRO ACADÊMICO PAULO FREIRE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CENTRO DE REFERENCIA INTEGRAL DE ADOLESCENTES - CRIA

CENTRO DE REFERÊNCIA SENTINELA

CIPÓ - REDE SOU DE ATITUDE

CMP – BA

COLEGIO EDUARDO BAIANA

COLEGIO EST. NOÊMIA REGO
COLETIVO MUNICIPAL DE JOVENS
CONSELHO ESTUDANTIL UNIFICADO
CONSELHO TUTELAR
COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SER
CRIA - CENTRO DE REFERÊNCIA INTEGRAL DE ADOLESCENTES
DA DE LETRAS DA UFBA
DA DE COMUNICAÇÃO DA UNIBAHIA
DA DE COMUNICAÇÃO MILTON SANTOS
DIRETORIO ACADEMICO
DIRETORIO ACADEMICO DE CIENCIA
DIRTETÓRIO ACADEMICO DE FÍSICA
ESCOLA LEONOR CALMON
ESCOLA OLODUM
FATRES
FEDERAÇÃO DOS METALURGICOS
FETAG-BA
FORUM COMUNITÁRIO
GRÊMIO DO COLÉGIO ESTADUAL
GREMIO ESTUDANTIL DO COLÉGIO ESTADUAL
GRÊMIO ESTUDANTIL EDSON LUIZ
GRÊMIO LOMANTO JUNIOR
GRUCON
GRUPO CULTURAL OUTRA METADE
GRUPO DE APOIO A CRIANCA
GRUPO DE APOIO E MOBILIZAÇÃO
GRUPO DE JOVENS LITERÁRIOS
GRUPO TEATRAL RENASCER
GUARDA MUNICIPAL
GUPAZ
ICOJUDE
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE
INSTITUTO IBI
IRPAA

JOVEM EM AÇÃO
JOVENS ATLETAS
JPT
JUVENTUDE DEMOCRACIA SOCIALISTA
JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
JUVENTUDE DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA
JUVENTUDE URBANA
LICEU DE ARTES E OFICIOS DA BAAHIA
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
MST
NAÇÃO HIP-HOP BRASIL
NÚCLEO CULTURAL EDUCACIONAL
OS AGENTES
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PASTORAL DA AIDS
PASTORAL DA COMUNICAÇÃO
PASTORAL DA JUVENTUDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIÚBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MADRE
PROGRAMA SENTINELA
PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES
RAP'ENSANDO SUSSUARANA
REDE DE JOVENS DO NORDESRE
REDE MINKA
RODA DE POESIA
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CAMACÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE
SENTINELA
SIMPLES RAP'ORTAGEM
SINDICATO DOS METALURGICOS DE CAMAÇARI
SINDICATOS DOS TRABALHADORES DE SALVADOR

UEB - UNIÃO DOS ESTUDANTES DA BAHIA

UJS - UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIAL

UNEGRO

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTE

UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Anexo II

Lista dos delegados e suplentes eleitos no Seminário:

GT	Delegado	Contato	Suplente
Educação Profissional	Jéssica Sinai		Simplícia Carneiro
Saúde	Tatiane Góes		
Esporte e Lazer	Ramon Barros	3314-2148	
Cidadania e intervenção nas Políticas públicas	Nilson Pereira		Dércio Souza
Protagonismo e Organização Juvenil	Péricles de Souza		
Cultura	Eduardo Pereira (C2)		Wilson Santos
Tecnologia e Comunicação	Hildalícia Frey	8852-4494	Marcos Santos
Raça e Etnia	Lazaro Araújo		Jorge Hilton
Juventude Rural e Ribeirinha	Dailson Andrade		Vitor Paulo Souza
Jovem com Deficiência	Hildete Nogueira	8856-3012	
Gênero e Diversidade Sexual	Daijani dos Santos		Deise Lus
Educação	Diego Antunes		

5. PROPOSTAS PARA O GESTOR ESTADUAL

Entre as ações da edição 2006 da Campanha, na Bahia, foram promovidos dois debates com candidatos ao Legislativo. O primeiro aconteceu no dia 19 de agosto, em Feira de Santana, com candidatos a deputado estadual. E o segundo ocorreu em Salvador, no dia 13 de setembro, com candidatos a deputado federal, contabilizando cerca de 300 participantes. Os dois eventos foram marcados pela presença expressiva de jovens representando as diversas juventudes de Salvador e do interior do Estado.

Em termos de políticas setoriais, podemos afirmar que as questões levantadas nos debates reafirmam as propostas surgidas no Seminário Baiano do Plano Nacional de Juventude. Além da implementação de tais propostas, na opinião dos promotores da Campanha, algumas questões são fundamentais para um gestor comprometido com as políticas voltadas para a juventude:

- É preciso romper com qualquer caráter assistencialista ou coercitivo das políticas voltadas para a juventude, de forma a substituir as práticas autoritárias e manipulativas de relacionamento com os jovens por uma construção, com eles, de processos democráticos de participação e coresponsabilidade;
- É preciso criar canais efetivos de diálogo e espaços reais de participação de jovens na discussão e deliberação de políticas públicas, promovendo e subsidiando esta participação, e considerando as Juventudes à luz da diversidade que as caracteriza;
- É preciso promover um amplo debate entre o governo e a sociedade em geral em torno da criação de instituições e órgãos de interlocução/integração/articulação e gestão de políticas juvenis (como por exemplo: Ouvidoria Juvenil, Secretaria de Políticas Públicas de Juventude, Conselho da Juventude, Conferências, Fóruns e Consórcios) e seus respectivos Orçamentos.
- É preciso considerar que já existe um Marco Legal específico na legislação brasileira que contempla a faixa etária entre 15 e 18 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo necessária a sua efetiva implementação.

Carta do Pro-Homo Movimento LGBT

Aos 7 dias do mês de outubro do corrente ano, das 14 horas as 17:30 horas, reuniram-se integrantes de diversos grupos e entidades de defesa dos direitos de Gays, Lésbicas e Travestis e aliados, na Av. Juraci Magalhães Júnior, 1380, Salvador, para a formação e organização do Fórum de Entidades e Grupos de Lésbicas, Travestis e Gays e Afins, inicialmente com entidades e grupos desta cidade e com a definida idéia de ampliar a sua composição para outras entidades locais e para todo o Estado da Bahia, assim que se façam presentes representantes de outros grupos e oriundos de outras cidades para congregar forças e representatividade em defesa dos direitos humanos e interesses da comunidade homossexual de dentro e fora do país.

Após apresentação, foi definida a pauta de discussão que ficou assim estabelecida:

- Criação de Fórum de Entidades e Grupos de Lésbicas, Travestis e Gays e Afins;
- Sugerir diretrizes para Programa de Governo Estadual;
- Propor e Discutir ações políticas para Comunidade de Lésbicas, Gays e Travestis;
- Elaboração de uma carta pública de apoio à candidatura de Lula, com o consenso de todos os presentes;

Apresentados os tópicos acima, iniciou-se discussão para criação do Fórum de Entidades de Lésbicas, Travestis e Gays, bem como sua Missão e Objetivos, com as seguintes definições:

- Nome: Fórum de Entidades de Lésbicas, Travestis e Gays e Afins;
- Missão: Congregar entidades que defendem e lutam pelos direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e afins;
- Objetivo Geral: Propor, elaborar, promover, monitorar e avaliar políticas, públicas ou não, dirigidas à comunidade homossexual na Bahia e no Brasil;
- Objetivos específicos:
 1. Discutir e implementar políticas para atividades e ações voltadas a Lésbicas, Travestis e Gays;
 2. Fortalecer as entidades e grupos integrantes do Fórum de Lésbicas, Travestis e Gays garantindo, porém, a autonomia interna de cada entidade ou Grupo;

Como primeira atividade do Fórum de Entidades e Grupos de Lésbicas, Travestis e Gays, discutimos e apresentamos as seguintes sugestões de diretrizes para o Governo Estadual, que deverá ser divulgado e protocolado junto às autoridades competentes:

- I. Inclusão de parceiros (as) ou companheiros (as) de Lésbicas, Gays e Travestis no plano de saúde estadual;
- II. Implementar políticas afirmativas para Lésbicas, Travestis e Gays, com igualdade de salário e acesso aos cargos;
- III. Treinar e especializar agentes das Delegacias Especializadas para atendimento à Comunidade de Lésbicas, Travestis e Gays;

- IV. Programa para Professores e Servidores que vise reduzir ou eliminar a violência e Homofobia contra Lésbicas, Travestis e Gays, especialmente na infância e adolescência;
- V. Criar Centro de Referência Estadual LGBT para a defesa dos direitos, advocacy e acolhimento de vítimas da violência;
- VI. Aprovação de Lei contra a Homofobia e Discriminação por orientação sexual e garantir a sua aplicabilidade;
- VII. Reconhecer e institucionalizar as datas do Movimento de Lésbicas, Travestis e Gays, como 17 de maio, 28 de junho, 29 de agosto, etc, para ações de visibilidade;
- VIII. Tombamento de locais utilizados pela Comunidade de Lésbicas, Travestis e Gays, como Beco dos Artistas, Porto da Barra e Praia dos Artistas, como patrimônio cultural e histórico;
- IX. Assinar carta de compromissos com a comunidade de Lésbicas, Travestis e Gays;
- X. Incluir variáveis e questões sobre orientação sexual em censo e pesquisas oficiais;
- XI. Criação de Secretaria ou Coordenação específica para a Diversidade Sexual nas esferas dos Governos;
- XII. Políticas de Prevenção à AIDS, DST e hepatite específica para os Homossexuais;
- XIII. Apoiar a luta de quebra de patentes de remédios contra a AIDS;
- XIV. Implementar no Estado o Programa Brasil Sem Homofobia com orçamento próprio;
- XV. Apoiar diretrizes e ações para o Turismo de Lésbicas, Gays e Travestis nas ações oficiais;
- XVI. Compor e distribuir cargos democraticamente, de forma equitativa, entre homens e mulheres, observando a capacidade técnica e respeitando as questões étnicas, de gênero e de orientação sexual;
- XVII. Criação de espaço de apoio e acolhimento para Lésbicas, Travestis e Gays vítima da violência;
- XVIII. Educação sexual em escolas direcionada para questões de orientação sexual e contra a homofobia;
- XIX. Verba para financiamento de eventos culturais, seminários e Parada Gay;
- XX. Nomeação de ruas, locais ou monumento com personalidades Lésbicas, Gays ou Travestis e datas comemorativas da Comunidade de Lésbicas, Travestis e Gays;
- XXI. Criação de prêmio para pesquisas e projetos direcionados para a Comunidade de Lésbicas, Travestis e Gays;
- XXII. Reconhecimento e reparação de todos os direitos dados aos heterossexuais e negados aos homossexuais;
- XXIII. Alteração de procedimentos médico-ginecológicos, com atenção especial à saúde de Lésbicas, Travestis e Gays;
- XXIV. Criação de políticas específicas de inclusão social e renda mínima dirigidas à comunidade homossexual em situação de risco e vulnerabilidade social;

A próxima reunião, segundo consenso, fica estabelecida para 14 de outubro, em local a ser definido, com a presença de outras entidades convidadas durante a semana.

Como Coordenadores “pró-tempore”, foram indicados por unanimidade e por consenso, Renildo Barbosa e Jane Pantel e, até que sejam definidas as regras e o Estatuto do Fórum

Assinam a presente Ata, que eu, Érico Nascimento Silva, escrevo os seguintes representantes de grupos ou entidades do Movimento de Lésbicas, Gays e Travestis;

Valquiria Costa – Grupo Palavra de Mulher Lésbica

Jane Pantel – Grupo Palavra de Mulher Lésbica

Oswaldo Fernandez – Coordenador NUGSEX – Diadorim/UNEB e Partido dos Trabalhadores

Érico Nascimento – Estudante de Urbanismo (Uneb) e Pesquisador do NUGSEX – Diadorim/UNEB

Renildo Barbosa – Acadêmico de Direito e Coordenador da PRO HOMO

George Vale – PRO HOMO

Jurandi Moreira da Silva – PRO HOMO

Edmilson José dos Santos – PRO HOMO

Tatiane Santos – integrante do PV

Carta do Movimento de Pessoas com Deficiência ao Futuro Governador Jaques Wagner

Salvador, 20/11/2006

A Realidade das Pessoas com Deficiência

Incluídos entre os imensos contingentes populacionais que sofrem maior exclusão no Brasil, representados pelos pobres, negros, índios, crianças, idosos e mulheres, encontra-se grande parte dos 25 milhões de brasileiros, 14,5% da população Brasileira, que declarou possuir alguma incapacidade ou deficiência permanente ao Censo populacional de 2000.

Os indicadores estatísticos revelam que as pessoas com deficiência estão entre os mais pobres dos pobres. Há uma relação direta entre pobreza e maior incidência de deficiência. E, o casamento entre pobreza e deficiência gera condições de exclusão e de abandono que são devastadoras e cruéis para a sobrevivência, justamente daqueles que mais necessitam e que deveriam receber a devida e necessária proteção do Estado.

A inclusão das pessoas com deficiência é, sem dúvida, uma questão de Direitos Humanos e que concentra sua maior incidência entre as pessoas mais empobrecidas, com menor escolaridade e com imensa dificuldade de acesso ao trabalho. Trata-se de um segmento, que em sua maioria, sofre com a exclusão social potencializada, quando reúne a condição de pobreza, de gênero, de raça e de idade.

A Invisibilidade das Pessoas com Deficiência

São milhões de pessoas, que pelo fato de possuírem uma deficiência física, orgânica, sensorial ou mental, sobrevivem em condições desumanas de carência e injustiça, invisíveis aos olhos dos gestores públicos e da comunidade, penalizadas de forma cruel pelo abandono social e pela ausência de políticas públicas capazes de suprir as suas demandas básicas e fundamentais.

Grande parte da explicação sobre a invisibilidade que acomete mais de 20 milhões de brasileiros pobres com deficiência pode ser atribuída à noção moral da pena e da piedade sobre a ocorrência da deficiência, geradora do nefasto assistencialismo, que resultou na despolitização dos fatores que condicionam o fenômeno social da deficiência. Este foi o terreno fértil no qual se planta a omissão do estado e da sociedade e que colabora para o recrudescimento e agravamento da deficiência e da pobreza. Dados do Banco mundial revelam que 82% das pessoas com deficiência dos países em desenvolvimento vivem em estado de pobreza.

Nas palavras do Presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, "a menos que as pessoas com deficiência passem a fazer parte da corrente do desenvolvimento, será IMPOSSÍVEL diminuir pela metade a pobreza até 2015 ou dar a oportunidade, para cada menino ou menina, de ter acesso à educação fundamental nesta mesma data..."

As Políticas Inter-setoriais e as Pessoas com Deficiência

Iniciativas de políticas públicas para a afirmação de direitos e a participação social das pessoas com deficiência devem, necessariamente, estar em diálogo e sintonia com todas as outras políticas públicas de inclusão social, procurando com isso romper o paradigma de isolamento das questões relativas às pessoas com deficiência.

A ocorrência da deficiência e da pobreza, deficiência e gênero, deficiência e raça, deficiência e grupos etários, necessitam de um foco de atenção dos poderes públicos, pois guardam uma relação direta de agravamento entre si. Se pessoas com deficiência são pobres, mulheres, negros, índios, crianças e idosos, estão submetidas ao preconceito, à discriminação, à violência e à exclusão de direitos e bem sociais e sofrem de forma potencializada a carência e a exclusão.

Perpetuando a exclusão que limita a participação das pessoas com deficiência nas relações sociais, a sociedade se exime de sua responsabilidade e desenvolve estratégias de benemerência, ao invés de ações políticas que garantam a equiparação de oportunidades e a acessibilidade aos direitos de todos os cidadãos.

As transformações necessárias para a inclusão social das pessoas com deficiência não dependem apenas de ações pontuais, específicas e momentâneas. É preciso desenvolver políticas públicas conseqüentes, inter-setoriais e articuladas, de forma coordenada, de modo a contemplar todas as dimensões da vida dessas pessoas. Além de visar educação, saúde e assistência, trabalho, cultura, transporte e lazer, a inclusão é uma questão de cidadania.

Citando Paul Singer, "é necessário estabelecer estratégias na luta contra a exclusão, a partir do entendimento de que é preciso distinguir programas assistenciais daqueles que promovem a inclusão econômica e social. É incumbência do Estado, há muito tempo, assistir aos desvalidos, o que, sem dúvida, alivia as carências básicas e evita a degenerescência da vida social, entre os excluídos. Mas isso por si só, não acaba com a pobreza e com a exclusão. Isso só é possível por meio de programas que promovem ou apóiam esforços que viabilizam aos pobres oportunidades de ganhar a vida com dignidade e com chance de deixarem de ser pobres. São chamados de programas emancipatórios ou estruturantes."

A Importância da Criação de Instância Executiva Estadual de Atenção as Pessoas com Deficiência

Para enfrentar a complexidade e a interdependência dos múltiplos fatores determinantes da exclusão das pessoas com deficiência é preciso conceber uma estratégia central e coordenada de gestão pública e administrativa, com diretrizes que assegurem o tratamento prioritário às pessoas com deficiência, como ordena a lei.

É preciso que esta gestão seja exercida a partir de órgão do governo estadual da Bahia, através da criação de uma instância na estrutura do executivo estadual, de Inclusão das Pessoas com Deficiência, com a responsabilidade executiva de formulação e de coordenação de ações de atenção aos cerca de 2 milhões de baianos e baianas com deficiência, cuja a amplitude abrange demandas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte, assistência, lazer e comunicação e informação e, também, para implementação de programas e ações inter-setoriais que visam resolver problemas estruturais, como é o caso da exclusão educacional entre pessoas com deficiência.

São diversas as instancias já criadas para esta finalidade, tanto no governo federal, como em estados e municípios. No âmbito do governo federal existe a CORDE, Coordenadoria Nacional de Integração das Pessoas com Deficiência, na estrutura da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. No âmbito estadual destacam-se a Coordenaria Estadual do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná e Distrito Federal. Nas capitais, destacam-se órgãos Municipais de Atenção as Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

A Multiplicidade das causas de Exclusão Educacional das PcD

A exclusão educacional de crianças, adolescentes e adultos com deficiência, se constitui num ótimo exemplo para demonstrar ocorrência de diversos fatores simultâneos, responsáveis pela iniquidade e pela violação do direito à educação de grande parte deste segmento. Segundo o UNICEF, no Relatório, divulgado em 2003, sobre a Situação da Infância e Adolescência Brasileiras - Diversidade e Equidade, baseado no Censo 2000, as crianças e adolescentes com deficiência de 7 a 14 anos têm o dobro de chances de estar fora da escola, comparada às crianças e adolescentes sem deficiência, no Brasil. O relatório aponta ainda que, entre todas as crianças que estão fora da escola, em todo o Brasil, 40% são meninos e meninas com deficiência.

De natureza complexa e inter-setorial, a exclusão educacional de pessoas com deficiência, que representa uma importante matriz causadora de uma cadeia de iniquidades para este segmento, só será resolvida quando houver a interação convergente e simultânea, de intervenção coordenada de 4 setores diferentes de governo: saúde, transporte, educação e assistência, sendo a Saúde responsável pela órtese, prótese ou pela habilitação e reabilitação física, sensorial e mental, pré-condição para o exercício das capacidades físicas, intelectuais e cognitivas; Transporte acessível como requisito básico para a possibilidade de mobilidade e de frequência escolar permanente, a Educação, através da acessibilidade física e pedagógica das escolas e da Assistência, que deve apoiar as famílias com ações afirmativas de fortalecimento para garantir manutenção das crianças e adolescentes na escola. Essa estratégia inter-setorial de tratamento as demandas das pessoas com deficiência está inscrita no conceito de Desenvolvimento Inclusivo.

Saúde e Pessoas com Deficiência

Na área de saúde, apesar de possuir o maior orçamento da União, o atendimento que abrange a reabilitação e a concessão de órteses e próteses para as pessoas com deficiência, deixa de fora desta cobertura cerca de 90% dessa parcela. No orçamento federal da saúde há uma desigualdade brutal na repartição dos recursos, pois os 350 milhões de reais anuais destinados a manter 5 hospitais da Rede Sarah, igualam-se aos 350 milhões destinados ao SUS, em todo o País, para atender mais de 10 milhões de pessoas com deficiência, a maioria em situação de grande pobreza, que demandam serviços nesta área. No estado da Bahia, mesmo com a instalação, pela Secretaria Estadual de Saúde, de 3 Centros estaduais de Referência em reabilitação física e de 6 centros intermediários de reabilitação física (conforme a Portaria 818 de 5 de junho de 2001 do Ministério da Saúde), verifica-se um déficit anual de cadeiras de rodas, da ordem de 20 mil unidades. Recentemente, o Ministério Público da Bahia, no município de Camacan, identificou uma senhora pobre, com grave deficiência física, com quase 60 anos, que vivia dentro de um caixote, por não ter uma cadeira de rodas. Para que ela comparecesse ao evento público, dirigido às pessoas com deficiência, naquela localidade, foi necessário conduzi-la num carrinho de madeira, feito para esta ocasião.

Para efeito de comparação, o Estado de Alagoas, com uma população de cerca de 3 milhões de habitantes, que corresponde a 30% da população do Estado da Bahia, já implantou 17 unidades de Reabilitação Física de média complexidade. É urgente a interiorização e ampliação destes serviços de reabilitação, tendo em vista que, quanto menor a cidade, maior a pobreza e maior a incidência de deficiências, que é agravada pela ausência de serviços de reabilitação e atenção à saúde.

O Direito de Ir e Vir

No acesso às cidades, a situação das pessoas com deficiência, se apresenta como um território repleto de barreiras a impedir cotidiana e sistematicamente o direito de ir e vir desses meio-cidadãos e cidadãs, que querem exercer plenamente a sua cidadania, como lhes assegura a Constituição Brasileira.

Nota-se, nesta área, que abrange as edificações, as vias públicas e os transportes, que é preciso iniciar um grande esforço de conscientização, formação e disseminação de informações de acessibilidade, dirigido aos profissionais de planejamento, arquitetos, engenheiros e urbanistas, para transformar o paradigma de construção de barreiras, numa nova forma de intervenção arquitetônica, com acessibilidade para todos, inclusive para as pessoas com deficiência.

Em relação aos prédios públicos estaduais construídos é preciso instituir um cronograma com medidas de acessibilidade, visando cumprir as exigências de Acessibilidade do Decreto Federal 5.296/2004, obedecendo a reserva de recursos prevista nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LO). É necessário também, em atendimento ao Decreto 5.296, que todas as novas construções sejam planejadas e construídas com acessibilidade. Dessa forma estaremos transformando as palavras em ação, os direitos e a equiparação de oportunidades para as pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida, em realidade.

Na área de transportes, é urgente que o Governador Jaques Wagner envie à Assembléia Legislativa, proposta legal para instituir o passe livre intermunicipal para as pessoas com deficiência em situação de carência econômica. Há cerca de 3 anos o movimento de promoção e defesa dos direitos das Pessoas com Deficiência levou esta reivindicação ao ex-governador, sem conseguir sucesso para o pagamento de parte desta dívida social que o Estado da Bahia tem para com os seus habitantes pobres com deficiência. Na tentativa de solucionar esta questão, a Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador apresentou um projeto de Lei a Assembléia Legislativa, que permanece engavetado até hoje.

Democratização da Informação e da Comunicação

Na área de informação e comunicação, verifica-se grande desconhecimento sobre as deficiências sensoriais e ausência de soluções de acessibilidade de comunicação para um conjunto imenso de pessoas com deficiências auditivas e visuais. **É preciso que o governo do Estado da Bahia implante uma política de comunicação acessível e inclusiva, assegurando, inclusive, a instalação de info-centros acessíveis em todos os municípios do Estado. Para cumprir tal finalidade é necessário que o governo estadual incorpore os requisitos de acessibilidade na publicidade dos atos, programas e ações governamentais.**

Trabalho

No campo do trabalho, o desemprego crônico entre as pessoas com deficiência só será superado, quando as barreiras da escolaridade e da qualificação profissional forem ultrapassadas. **Desse modo, é importante que a Secretaria de Trabalho conceba uma estratégia de qualificação profissional, aliada à melhoria da escolaridade, em parceria com a Educação, dirigida especialmente ao grande contingente de pessoas com deficiência com mais de 15 anos de idade que possui apenas de 0 a 3 anos de estudo, como modo de prover uma solução eficiente efetiva, a médio e longo prazo, para incorporação das pessoas com deficiência ao mundo do trabalho.** A equiparação de oportunidades para este segmento, no campo do trabalho, também está intimamente ligada à existência e acesso ao **transporte acessível**. Deve, também, o Estado, atuar na proposição de parcerias entre empresas e centros de formação profissional para a tarefa de qualificação de jovens e adultos com deficiência.

Instituir política pública permanente de desenvolvimento científico e tecnológico

Infelizmente, no Brasil, ainda não há uma política clara de Ciência e Tecnologia para apoiar e desenvolver pesquisas em Acessibilidade e Inclusão dirigidas às pessoas com deficiência.

Em diversos aspectos a tecnologia é fundamental para que as pessoas com deficiência possam ser incluídas socialmente, através do acesso aos recursos tecnológicos que podem reduzir suas limitações e favorecer a realização das potencialidades.

E, como conseqüência deste quadro de ausências, resulta que o nosso País continua dependente de tecnologias importadas, de alto custo, que beneficiam um número muito reduzido de pessoas com deficiência que necessitam de órteses, próteses, ajudas técnicas e serviços variados que atendam às suas especificidades. A Norma Internacional ISO 9.999 cataloga cerca de 30 mil dispositivos de ajudas técnicas. E, a inexistência destes recursos, em muitos casos, representa a impossibilidade de realizar uma tarefa ou uma função produtiva e, sem essa equiparação de oportunidades, mais uma vez se incorre na violação do direito ao trabalho.

Dentre outras coisas, resulta deste vácuo, do não reconhecimento de uma Área Formal e Científica de Conhecimento referente a Ajudas Técnicas, na ausência de uma cadeia de setores e ações que deveriam compor a sustentação de uma política pública, destinada a prover condições de pesquisa e inovação tecnológica, de estruturação de cursos acadêmicos e de formação de profissionais, de elaboração de normas técnicas e de controle de qualidade e do fomento à formação de capacidade industrial interna, dirigidas à finalidade de atender às necessidades de milhões de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Desse modo, consideramos imprescindível a manutenção do projeto de Implantação do Centro de Referência de Estudos, Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas, (CERTA) que já conta com a área destinada (um galpão de 800m, na Ribeira) e com recursos investidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pela própria Secti. Este centro será o primeiro do gênero no Brasil. Ao dar continuidade a este projeto, o governo Jacques Wagner cumpre um compromisso que se originou a partir da reivindicação da sociedade civil e que tem importância estratégica para a inclusão efetiva de um imenso contingente de baianos e baianas, que apresentam alguma deficiência ou mobilidade reduzida.

Políticas públicas e Prioridade para Pessoas com Deficiência

É preciso avançar na formulação de estratégias e mecanismos de inclusão, como a vinculação de recursos financeiros, a coordenação da inter-setorialidade das políticas públicas e na punição pelo descumprimento dos dispositivos legais, capazes de assegurar que a atenção prioritária às pessoas com deficiência, estabelecida em lei, encontre a correspondência na vida desses cidadãos.

Uma sociedade que é boa para as pessoas com deficiência é uma sociedade melhor para todos

Este tem sido o principal argumento de diversos ativistas do movimento de pessoas com deficiência, no Brasil e no mundo. Uma sociedade mais inclusiva, com mais acessibilidade para as pessoas com deficiência, torna-se uma cidade mais acessível para os idosos, para as crianças, para as gestantes, para aqueles que enxergam pouco, para quem tem dificuldade de audição, para homens e mulheres muito baixos ou muito altos, para as pessoas obesas, e, melhor, mais confortável e segura, também, para todos os demais.

É urgente que a deficiência seja redimensionada como parte da diversidade humana e não como uma condição, objeto de subestimação, discriminação, marginalização e exclusão, que é o que hoje domina – na prática - em nossa cultura. Uma sociedade inclusiva deve ser estruturada de modo a acolher a necessidade de cada cidadão. Essas diferenças formam a diversidade presente em nossa realidade e devem ser consideradas como um fator de enriquecimento.

Todos os setores e campos do conhecimento devem considerar a existência de 27 milhões de cidadãos e cidadãs com deficiência, de modo a garantir que as políticas públicas sejam efetivamente inclusivas. Sendo assim, compete aos administradores públicos a implementação de políticas inclusivas e a promoção de ações inter-setoriais dirigidas a este segmento, de modo a cumprir a sua obrigação ética de promover o desenvolvimento com equidade e proteger socialmente quem mais precisa. E, devem compreender que a responsabilidade pública em relação a esse segmento, é uma obrigação de todas as áreas e gestores e não apenas um caso restrito a Assistência Social.

É preciso, ainda,, desfazer o grande equívoco de tratar as pessoas com deficiência a partir da perspectiva da incapacidade e da improdutividade econômica. Os recursos empregados em acessibilidade não devem ser considerados como gastos e sim como investimentos, capazes de incluir no processo de desenvolvimento social e econômico do nosso País, um grande número de pessoas com deficiência à margem da produção de riquezas.

Controle Social , Democracia Participativa e o COEDE

A democracia participativa exige que as novas políticas públicas, em matéria de pessoas com deficiência, se façam com a participação das pessoas com deficiência, através de suas organizações representativas, com participação ativa e corresponsabilidade que haverá de acontecer em todas as fases de decisão: elaboração, consulta, aprovação, exercício, acompanhamento e avaliação.

Para concretizar esta participação é preciso efetivar urgente revisão legal para assegurar critérios transparentes e democráticos, referentes à composição, representatividade, ao funcionamento e ao caráter deliberativo e a criação de um fundo de gestão do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – COEDE.

É preciso, ainda, promover as condições objetivas de funcionamento do COEDE, assegurando instalações acessíveis, recursos humanos, materiais e financeiros para capacitação de seus membros e para seu efetivo funcionamento.

Subscvem esta carta as seguintes Entidades:

Associação Baiana de Cegos - ABC

Associação Baiana de Deficientes físicos – ABADEF

Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência do Banco do Brasil – APABB

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

Associação de Paralisados Cerebrais da Bahia - APCB

Associação de Recreação, Comunicação, Cultura e Arte - ARCCA

Centro de Surdos da Bahia – CESBA

Centro de Vida Independente da Bahia – CVI Bahia

Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador – COCAS

Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência – FCD

Pastoral da Saúde

Vida Brasil

Associação Baiana de Equoterapia - ABAE

Proposições de entidades da sociedade civil para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia

Este documento é resultado do debate da sociedade civil baiana a partir de entidades signatárias sobre algumas das principais diretrizes consideradas prioritárias em uma política de comunicação democrática para o Estado da Bahia. Trata-se de um documento inicial, não totalizante, com diagnósticos, demandas, princípios e proposições endereçadas ao futuro governo.

PRINCÍPIOS

A comunicação é uma ferramenta essencial e estratégica para a democratização da gestão pública e para o sucesso de um governo. As ações de um governo só existem para os cidadãos se forem comunicadas a eles e percebidas e incrementadas por eles. Em um governo comprometido com a participação dos cidadãos na tomada de decisões, a comunicação torna-se ferramenta imprescindível para a democratização da gestão pública. Afinal, é por meio da comunicação que o cidadão conhece os mecanismos do Estado – processos, legislação, jogos de poder, decisões, prioridades. Esse conhecimento é condição essencial para que o cidadão participe da gestão e exerça um controle público e social sobre a administração pública. Sem democratização da comunicação, não há democratização da gestão pública.

No entanto, as administrações de cunho popular vivem uma tensão entre duas escolhas: a tentação em configurar-se apenas como assessoria de imprensa e a vocação de fazer a comunicação ser um direito do cidadão e um dever do Estado. A tentação faz com que viva uma contradição em querer ser popular, investindo apenas nos meios privados e negando, quando não desprezando, a comunicação comunitária. Já a vocação significa entender essa área como política pública abrangente e transversal a todas as demais áreas. É investir na democratização do Estado, democratizando a comunicação. Sobretudo, a comunicação deve ser compreendida não como um fim em si mesma, mas como um meio que atravessa a própria concepção da realidade, da cultura e da política de um povo.

É preciso haver uma visão da comunicação que vai além de uma orientação instrumental, até então privilegiada pelos gestores públicos (centrada exclusivamente em publicidade, atividades de assessoria de imprensa etc) e seja, sobretudo, substantiva (centrada na participação popular, na produção de conteúdo, na comunicação

comunitária, no direito à comunicação, na comunicação democrática, como cimento para a construção de uma sociedade mais plural e mais igualitária).

A comunicação é um direito humano fundamental, assim como o direito à saúde, educação e moradia. Porém, é o menos exercido, uma vez que o cidadão não tem canais de expressar sua voz, produzir sua própria informação e difundi-la. Ele, muitas vezes, não se reconhece com este direito e por isso a pressão social pela democratização dessa área é tímida.

Democratizar a comunicação significa trabalhar em cima de três pilares: (1) acesso, (2) produção e (3) difusão e reconhecimento, entendendo que o cidadão tem o direito de ser incluído em todas as etapas. As comunidades devem contar com políticas que garantam a possibilidade de produzir informação, comunicação e cultura. Que possam por elas mesmas dizer e representar sua cultura, demandas, potencialidades e desafios locais, sem depender tão marcadamente dos grandes meios de comunicação.

Mas produzir significa ter canais de difusão e reconhecimento, também garantidos e/ou incentivados pelo Estado, seja através do sistema público de comunicação, que pode desaguar parte da produção, como também na mídia comunitária, alternativa e dos movimentos sociais, nos centros culturais, nas escolas e em outros espaços sociais.

Os grandes meios de comunicação representam uma parcela e não a totalidade dos meios de comunicação. Uma ampla política de comunicação deve ter em conta a existência da mídia comunitária, alternativa e universitária, para as quais também deve haver regulação e incentivos. Antes da comunicação ser um direito do cidadão, é dever do Estado fomentar os pequenos meios de comunicação, criando programas e projetos que possibilitem o exercício deste direito historicamente negado e distorcido. Deste modo, é preciso descentralizar o investimento da comunicação, financiando estes pequenos meios, capazes de difundir uma grande quantidade de produção social de comunicação e cultura de forma autônoma e mais vinculada com as realidades locais, trazendo a comunidade a ser partícipe da produção, emergindo cidadãos com voz ativa e cientes de suas demandas e papel social e histórico.

A Educação é outra área transversal à comunicação por vários aspectos: hoje, a comunicação forma o cidadão, constrói e reconstrói no cotidiano todo o seu referencial simbólico e cultural. Portanto, uma política de comunicação do Estado deve investir na formação de cidadãos cientes do poder da mediação dos grandes meios de comunicação. Neste sentido, é imprescindível que seja inserido ao sistema de ensino disciplinas, debates e discussões que tragam uma leitura mais crítica da relação que os grandes meios de comunicação estabelecem com a realidade política, econômica, social e cultural, com o intuito de fortalecer a cidadania e a autodeterminação de um povo. A comunicação deve ainda dialogar com o resgate da memória da sociedade, reconstruindo e re-significando a base histórica de formação da cultura e identidade.

Pensar numa política de comunicação é também fazer uma inversão do fluxo: não só o Estado se comunica com a sociedade, mas também ela se comunica com o executivo, o legislativo e o judiciário, num fluxo contínuo alimentado pelas duas partes. Assim, em uma sociedade democrática, o Estado deve criar e fomentar tais canais de diálogo, utilizando os meios de comunicação e as novas tecnologias a fim de trazer o cidadão para o centro do debate político e das tomadas de decisão.

APROXIMAÇÃO AO CONTEXTO BAIANO

A estrutura de comunicação do Estado, a cargo do atual governo, concentra-se na Agecom, no Irdeb e nas assessorias de imprensa das secretarias. A Agecom trata a comunicação apenas na perspectiva de divulgação do gestor, por meio do investimento em publicidade e no Diário Oficial. Todos os projetos nesta área estão ligados às agências de publicidade, que não possuem sensibilidade ou conhecimento sobre comunicação comunitária. A comunicação é entendida e utilizada apenas de forma instrumental, inexistindo qualquer iniciativa de democratização do acesso, produção ou difusão para a sociedade. Ela não é entendida como direito humano e existe apenas para atender ao gestor na sua relação exclusiva com e aos veículos de comunicação privados.

O Irdeb possui vários problemas. A inexistência de concurso há mais de dez anos faz com que haja distorções na forma de contratação dos profissionais e déficit de pessoal. Configura-se como um sistema de comunicação estatal, completamente vulnerável e refém da conjuntura política partidária, sem mecanismos que lhe confirmem autonomia e independência. A participação da sociedade tanto na produção como na difusão de comunicação e cultura locais é muito tímida, principalmente na TV. Já a rádio abre um espaço maior na sua programação para veicular música e informação locais, mas carece de maior investimento para publicização de sua programação. Ambas estão tentando produzir programas em parceria com organizações não-governamentais, ainda a serem implantados.

Existem três modelos de sistemas de comunicação: estatal, público e privado. O sistema público ainda não foi implementado de fato no Brasil. Na Bahia operam apenas o sistema privado e o sistema estatal. O que temos no Irdeb, por exemplo, é uma rádio e TV estatal, ligada a estrutura do governo, funcionado na maior parte do tempo como elemento da estratégia de comunicação política daqueles que ocupam o Estado, e não como parte integrante e inerente da comunicação pública. Entendemos por sistema público, emissoras geridas de forma coletiva, transparente, com participação efetiva da sociedade civil, em observância aos princípios democráticos de controle social, atendendo fundamentalmente as exigências de democratização do Estado e da educação do cidadão.

Na área das tecnologias da informação e comunicação (TICs) tivemos um avanço parcial com a implantação de centenas de infocentros, dentro do Programa Identidade Digital, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e dos laboratórios de informática das escolas pela Secretaria de Educação. No entanto, os equipamentos possuem terminais cegos, isto é, permitem apenas o acesso à informação e não a produção de conteúdo. O cidadão não tem como utilizar estes espaços para produzir produtos de comunicação, nem tampouco ter uma ação proativa que propague sua cultura e colabore com suas atividades cotidianas. Os comerciantes, por exemplo, não podem utilizar os infocentros para produzir peças do seu pequeno negócio. Os estudantes não podem e não recebem formação – com exceção do trabalho isolado de algumas escolas – para produzir sites, jornais, programas de rádio, vídeo ou qualquer outro produto importante para sua formação e para sua utilização comunitária.

AMPLIANDO O CONTEXTO

A concessão das TVs e rádios é pública, portanto, o Estado e a sociedade devem regular o funcionamento dos veículos. No Brasil, no entanto, isto não ocorre e as emissoras agem livremente sem grandes interferências do Estado e da sociedade na gestão, conteúdo e propriedade.

O governo Lula deixou a desejar na área de comunicação no primeiro mandato, tendo em vista a atuação do Ministério da Comunicação a partir dos princípios e propostas que buscamos evidenciar nesse nosso documento. Os partidos que compõem o governo, tanto no nível federal como estadual, não acumulam suficientemente nessa área. É preciso, portanto, tentar vencer a forma como Estado e partidos compreendem a comunicação, que na maioria das vezes ficam restritos, na maioria das vezes, à noção de assessoria de comunicação.

A lacuna deixada pelo Ministério da Comunicação na democratização vem sendo suprida, em certa medida, pelo Ministério da Cultura, através de projetos como os Pontos de Cultura e o Casa Brasil, que fornecem infra-estrutura, equipamento e capacitação para a produção local de comunicação e cultura.

O interior da Bahia vive uma situação grave na área de comunicação, com a inexistência de veículos privados ou comunitários em dezenas de municípios e a existência de apenas repetidoras de sinal (37% dos municípios não têm nenhum veículo de comunicação), o que agrava as condições de cidadania vivida por inúmeros baianos em grande parte dos 417 municípios.

OBJETIVANDO PROPOSTAS

PREÂMBULO:

O plano de comunicação institucional será, certamente, elaborado com base no plano estratégico de governo – seus valores, eixos e estratégias – e estará voltado à sua difusão. As ações de comunicação devem levar o cidadão a perceber que toda ação de governo integra uma política pública afim com outras políticas públicas executadas, compondo o mesmo projeto político. Ter consciência do conjunto da gestão é vital não só para o fortalecimento da imagem da administração, mas também para a participação do cidadão nesta gestão.

A comunicação focada na construção da cidadania deve ser de mão dupla: levar informações e serviços, mas também escutar os cidadãos, que é uma oportunidade para o governo avaliar suas ações e corrigir seus rumos. Para estabelecer essa comunicação bilateral, o governo deve usar todas as suas formas disponíveis: a direta, que inclui o corpo-a-corpo (visitas e reuniões etc); e a indireta, com a utilização de canais próprios, da comunidade ou de massa.

O plano de democratização da comunicação do futuro governo deve seguir os compromissos assumidos pelo presidente Lula no seu plano de governo federal, que estabelece as seguintes ações:

- Construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante e voltado ao processo de convergência tecnológica;

- Incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população;
- Fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regionais e independentes e a competição no setor.

Como ponto de partida para a elaboração de uma política pública de comunicação para o Estado da Bahia é necessário a criação de espaços coletivos de discussão, onde os diversos atores sociais historicamente comprometidos com a democratização da comunicação no Estado possam opinar, avaliar e propor. Assim, duas ações são prioritárias para o primeiro momento do governo:

1. Realização da *I Conferência Estadual de Comunicação* como marco do planejamento de políticas públicas de comunicação para a Bahia no governo. Uma conferência de comunicação, ainda inédita no país, deve ser considerada prioritária para o aprofundamento do debate sobre os problemas e propostas para uma política de comunicação democrática no Estado da Bahia. Trata-se de um salto qualitativo necessário para um governo democrático, uma reivindicação da sociedade civil e um direito do cidadão, o que pode tornar o Estado da Bahia um dos pioneiros na defesa do direito à comunicação.
2. Criação de um Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal, cujo formato e estrutura sejam definidos pela Conferência Estadual de Comunicação.

Seguem, abaixo, algumas propostas que poderão fazer parte do elenco de ações no que concerne uma administração de cunho popular e uma comunicação construtora de cidadania:

1. Mapeamento da situação da comunicação na Bahia como um primeiro diagnóstico para a implantação de políticas públicas mais democráticas para o setor.
2. Subsídio à equipe de governo para o tema “comunicação pública”, realizando atividades de sensibilização de coletivos das diversas instâncias do governo com a participação dos atores sociais, tendo como objetivos conscientizar sobre a importância estratégica da comunicação para o êxito da gestão e construção da cidadania.
3. Criação da Secretaria Estadual de Comunicação que garanta a execução das políticas públicas de comunicação e articule projetos com as diversas secretarias, em especial, com a de Cultura, Educação, Ciência & Tecnologia, Trabalho e Ação Social, além de ser um espaço de mediação da informação oriunda das diversas secretarias buscando resgatar, ao mesmo tempo, a democratização do Estado e o fortalecimento da cidadania.
4. Implantação de um programa de fomento à produção audiovisual na Bahia, com políticas de incentivo a produções independentes, construção de um circuito ativo de produção e circulação de conteúdo.

5. Construção de pontos de comunicação e cultura com bibliotecas e salas de cinema em bairros populares e comunidades, usando tecnologia digital, que é acessível para investimento do Estado.
6. Implantação de conteúdos de comunicação (leitura crítica dos meios, produção) no currículo do ensino médio, por meio da aplicação da metodologia da Educação pela Comunicação, e criação de programas de capacitação de professores da rede estadual para trabalhar a comunicação como conteúdo transversal às demais disciplinas.
7. Desenvolvimento de projetos nas escolas públicas estaduais para a criação meios de comunicação estudantis, como rádios, vídeos, jornais, web etc, com o objetivo de contribuir na formação dos alunos, democratizar as relações entre a comunidade escolar e entre essa e a comunidade externa.
8. Transformação dos infocentros, laboratórios de informática das escolas e outros espaços de conectividade em centros de acesso, produção e difusão de comunicação e cultura, com a apropriação social das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), onde o cidadão deixe de ser um usuário passivo, tornando-se um agente ativo neste sistema.
9. Garantia da equidade e diversidade racial na programação e no corpo funcional do Irdeb e da comunicação oficial do governo, com ações afirmativas para contratação de estagiários e profissionais de comunicação, conforme a discussão nacional de medidas compensatórias e reparatórias para os descendentes de africanos E INDÍGENAS no país.
10. Abrangência do uso das TICs também para as comunidades quilombolas, tradicionais (terreiros), indígenas e outros grupos excluídos.
11. Criação das Centrais Públicas de Comunicação como espaços de referência de acesso, produção e difusão e reconhecimento da comunicação para o cidadão. De gestão participativa, devem viabilizar o debate público sobre comunicação e atividades de leitura crítica para que os cidadãos tenham o conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente aos meios de comunicação.
12. Revisão da política de investimento da verba governamental publicitária, por meio de projeto de lei amplamente debatido com a sociedade, estabelecendo critérios para este investimento oficial nos meios de comunicação.
13. Democratização do investimento e financiamento da verba publicitária, abrangendo além das agências e veículos privados, os veículos comunitários, alternativos, do movimento social e pequenos meios em geral.
14. Reestruturação do sistema estadual de comunicação (TV, rádio etc) para um sistema mais autônomo, que englobe características de um sistema público, isto é, que abarque a participação ativa da sociedade civil, reformulando-o para um novo modelo de gestão (nos diversos níveis: pessoal, infra-estrutural, jurídico etc) e de produção de conteúdo (canais de participação social na produção e difusão).

15. Adoção do software livre como política do Estado em todas as áreas.
16. Criação de mecanismos de maior transparência e publicização das ações e orçamentos do governo (e - governo).
17. Ampliação da quantidade de computadores didáticos nas escolas estaduais, pois apenas 20% estão contempladas.
18. Parceria com o Governo Federal para consolidação de um pólo regional de audiovisual e uma *Film Commission* para divulgação da Bahia como local ideal para locação, fornecedor de mão de obra e infra-estrutura para produção audiovisual.
19. Proposição à Telemar – empresa que ganhou a licitação para exploração da telefonia fixa no Estado – de programas populares para telefonia fixa e internet banda larga, incipientes no Estado, incluindo pequenos municípios, áreas de baixo IDH, rurais e remotas, interligando os prédios públicos, tais como, telecentros, escolas, postos de saúde e delegacias.
20. Parceria entre o IRDEB a as universidades do Estado (capital e interior), ONGs, associações comunitárias e TVs comunitárias para a criação do "Núcleo de Apoio e Capacitação para Comunicação Comunitária".
21. Maior interação entre IRDEB e o Departamento de Imagem e Som (Dimas) da Fundação Cultural , assim como outros departamentos que lidem com arte, cultura e comunicação tanto estaduais quanto municipais.
22. Parcerias do IRDEB com as demais TVs e rádios públicas do país e do continente latino americano, a partir da TV Brasil e Radiobrás, permitindo intercâmbio nos produtos culturais com preços mais baratos que os do mercado europeu e norte americano.
23. Articulação das ações de apropriação social das TICs às iniciativas de economia solidária e geração de renda, como a implementada na Universidade Federal da Bahia, através do BANSOL.
24. Adequar os ambientes de apropriação social das TICs ao Decreto Lei no. 5296/04 de acessibilidade, que garante às pessoas com deficiência o acesso aos bens e serviços públicos.
25. Realização de seminários e congressos no interior do Estado sobre a Comunicação Social.
26. Utilizar o ensino à distância (*e-learning*) como forma de levar temas de interesse público ao interior do Estado.
27. Mobilização das entidades de ensino superior e de seus cursos de graduação e pós-graduação, assim como das entidades representativas da área acadêmica e centros e instituições de pesquisa públicos ou privados, para incrementar a produção científica e técnica sobre Comunicação Social destinada a apoiar a expansão do mercado e a ampliação do acesso da população a sistemas e

serviços; e para promover a investigação dos efeitos culturais, políticos e econômicos da mídia.

Assinam este documento as seguintes entidades e pessoas:

Entidades:

Agenda 21 Itapuã

Bit Media

Centro Acadêmico dos Estudantes da Faculdade de Comunicação da UFBA

Centro Acadêmico Vladimir Herzog da UFBA

CIPÓ – Comunicação Interativa

Coletivo Baiano de Estudantes de Comunicação Social

CRIA – Centro de Referência Integral do Adolescente

Faculdade de Comunicação da UFBA

Faculdade São Bento

Federação das Associações de Bairros (FABS)

Fórum de Mulheres de Salvador

Grupo Tortura Nunca Mais

Instituto de Mídia Étnica

Intervozes

MOC – Movimento de Organização Comunitária

Rede Ayê Hip Hop

Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca)

Sindicato dos Bancários

Sindicato dos Jornalistas

Sindicato dos Radialistas

Pessoas:

Fabiana Sherine (Cultura Digital/Minc), Hilda Fausto(jornalista), Mário Sartorello (radialista), Silvana Moura (jornalista), Sócrates Santana (jornalista).

**PRIORIDADES PARA AÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL NOS
TERRITÓRIOS DO SISAL E DA BACIA DO JACUIPE
Feira de Santana, 6 de novembro de 2006**

1. Introdução

Em 24 de agosto de 2006 apresentamos ao então candidato Jacques Wagner , após um processo de discussão nos territórios, um conjunto de propostas para as áreas de **Agricultura Familiar, Acesso à Terra, Educação, Cultura e Esporte, Saúde e Geração de Trabalho, Emprego e Renda.**

Sabemos perfeitamente que todas aquelas propostas não são passíveis de implementação de uma hora para outra. No sentido, então, de ajudar na reflexão da construção do novo governo, colocamos a seguir as nossas prioridades, incluindo o **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** que foi resultado de outro processo de discussão com as organizações sociais da região.

1. AGRICULTURA FAMILIAR

- a) Implantação de um “Centro Comercial Regional da Agricultura Familiar” (Feira de Santana ou Salvador) para ampliar o mercado para os produtos da agricultura familiar.
- b) Desburocratização dos procedimentos legais para implantação e funcionamento de pequenas agroindústrias voltadas para a agricultura familiar e para a comercialização dos seus produtos;
- c) Apoio financeiro e técnico às iniciativas de implementação de agroindústrias que possam agregar valor aos produtos da agricultura familiar e remunerar melhor os agricultores;
- d) Implantar um frigorífico caprino-ovino regional para atender à demanda dos territórios.
- e) Apoio financeiro e técnico ao processo de formação, gestão, organização e fortalecimento das organizações solidárias (cooperativas, associações) de comercialização dos produtos da agricultura familiar;
- f) Implantação de Escolas Técnicas Familiares para qualificação profissional de filhos de agricultores (Territórios Sisal e Bacia do Jacuípe).
- g) Facilitação dos processos de certificação dos produtos da agricultura familiar;
- h) Re-estruturação e re-orientação (com a participação da sociedade civil) da EBDA para implementar um programa de assistência técnica com ênfase em processos agro-ecológicos aos agricultores/as da região;

i) Criação de um setor específico para cuidar da Agricultura Familiar (Secretaria ou Diretoria);

j) Agilização, ampliação e controle social na implementação de medidas/programas do governo federal:

* Definição de metas, pelos agentes financeiros (BB e BNB) para atendimento aos agricultores/as da região através do PRONAF.

- Programa de cisternas implementado em parceria com a sociedade civil e não terceirizado a empresas como atualmente, bem como transformar em políticas ações já realizadas e testadas como eficientes pela sociedade civil, tais como: cisternas calçadão, barragens subterrâneas e outras modalidades de captação de água para consumo humano e produção.

- * Programa Luz para Todos, universalizando o atendimento na zona rural dos municípios;

* Programas de habitação para a zona rural, na medida do possível em consonância com o programa de cisternas..

2. ACESSO A TERRA

a) Concentrar a Unidade Técnica Estadual (UTE) que coordena as ações do Programa Nacional de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PNCF) num único órgão (CAR ou CDA);

b) Melhorar a estrutura da CDA para que possa atender às demandas;

c) Implantação de uma Unidade Técnica Territorial (UTT) no Território do Sisal para viabilizar as propostas de acesso à terra;

d) Empenhar-se pelo aumento do teto para financiamento de terra pelo PNCF;

e) Empenhar-se na facilitação de ações do INCRA no Estado;

f) Dotar os assentamentos do INCRA da infra-estrutura necessária ao bem-estar dos assentados: Escolas, Estradas, Telefone Público, Energia Elétrica etc.

3. EDUCAÇÃO

a) Implantação de um processo continuado de alfabetização como forma de reduzir os índices de analfabetismo na região;

c) Criação de mecanismos para o monitoramento da qualidade da educação efetivada nos municípios;

d) Apoio às Escolas Família Agrícola existentes e implantação de outras 5 (2 no Território do Sisal e 3 na Bacia do Jacuípe).

g) Implantação de Escolas Agrotécnicas e Técnico-profissionalizantes nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.

h) Adoção de uma grade curricular apropriada aos cursos e a realidade sócio-econômica dos territórios, definida em conjunto com a sociedade civil.

i) Implementação de processos de educação do campo no estado em consonância com os municípios, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, com metodologias e

conteúdos adequados para tal, com os desdobramentos devidos para as Universidades Estaduais..

- j) Introduzir nos currículos escolares, dos cursos médio e fundamental, o ensino de questões específicas como: prevenção de gravidez precoce, prevenção de drogas, meio ambiente, gênero, dimensões de convivência com o semi-árido, orientação sexual e etnias;
- l) Apoiar programas federais, a exemplo do PRONERA, dinamizando-os.

4. CULTURA E ESPORTE

- a) Apoiar a construção de quadras poliesportivas para viabilizar práticas esportivas e à estruturação dos “campos de peladas” existentes nos povoados e nas comunidades.
- b) Criação de programas voltados para o apoio técnico (orientadores) para a prática esportiva nas diversas modalidades e fornecimento de materiais esportivos;
- c) Incentivo para a implantação de cursos de formação cultural (música, teatro, dança, artes plásticas etc.) para os filhos e filhas dos agricultores;
- d) Apoio às iniciativas de integração municipal e regional através do esporte e da cultura (torneios esportivos, festivais de cultura etc.);
- e) Implantar Centros Culturais multifuncionais para atendimento as demandas culturais dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe.
- f) Construção de ginásios de esportes nos municípios.
- g) Apoiar a implementação de programas federais, a exemplo do “Segundo Tempo” para todos os Municípios.

5 – SAÚDE

- a) Ampliação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para cobertura de toda zona rural dos municípios;
- b) Implantação do Programa de Saúde da Família (PSF) em todos os povoados rurais dos Municípios;
- c) Implantação de 2 Hospitais micro-Regionais (Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe) com atendimento especializado para a população local;
- d) Implantar programas de prevenção e/ou tratamento das doenças a partir das plantas medicinais (fitoterapia);
- e) Implantar estações de tratamento de esgotos sanitários em todos os Municípios;
- f) Implantar sistemas de tratamento do lixo (reciclagem, aterros sanitários etc.) em todos os Municípios;
- g) Promover os meios para que 100% da população tenham acesso à água potável.
- h) Implantar programas específicos de atendimento à criança, ao adolescente, a mulher, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.
- i) Implantar programas de melhorias habitacionais e sanitárias.
- j) Implantar, nos dois territórios, Centros de Prevenção, Diagnóstico e Atenção à Deficiência Mental.

6. EMPREGO, TRABALHO E RENDA

- a) Ampliação/facilitação dos programas de crédito para atividades produtivas;

- b) Implantação/ampliação de unidades de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar (sisal, leite, peles, carnes, mel, frutas etc.);
- c) Apoio ao artesanato regional: produção e comercialização;
- d) Determinar uma política do DESENBAHIA para apoiar os projetos da região voltados para a geração de emprego e renda com prioridade para os projetos de Economia Solidária;
- e) Criar programas específicos de geração de emprego e renda para jovens e mulheres.
- f) Apoiar as iniciativas comunitárias de geração de emprego e renda já existentes (COOPERAFIS, COOPERJOVEM, APAEB, COOPERFRANGO, COOPERFATIMA, COOPOFITE, COBENCOL, entre outras.)
- g) Criação de um programa de assessoria, de capacitação e de assistência técnica para empreendimentos solidários rurais e urbanos com metodologia apropriada que contemple as questões de gênero e de meio ambiente.
- h) Isenção de ICMS para os produtos oriundos dos empreendimentos de economia solidária.

7. PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

O PETI E SUA TRAJETÓRIA NA REGIÃO SISALEIRA² BAIANA

Erradicar o trabalho infantil, principalmente aquele trabalho penoso e insalubre do sisal, das pedreiras e olarias, inicialmente, e em seguida outras formas de trabalho que as crianças e os adolescentes exerciam/exercem, foi e é um dos principais objetivos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Implantado no ano de 1997, pelo Governo Federal, o PETI concede uma bolsa de R\$ 25,00, às famílias dos meninos e meninas em substituição à renda que eles/as traziam para casa. Em contrapartida, as famílias têm que matricular seus filhos na escola e incentiva-los a freqüentar a Jornada Ampliada³, bem como se inserir em Projetos de Geração de Renda existentes.

A implementação do PETI na região foi fruto de uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal e a sociedade civil organizada.

As principais conquistas que o PETI propiciou à região foram:

- a) A migração de crianças do trabalho (quase sempre explorador e degradante) para a escola;
- b) A melhoria dos processos educacionais mediante:
 - a jornada ampliada: permanência dos estudantes na escola durante os dois períodos diários;
 - a introdução do *Baú de Leitura* com metodologia apropriada de educação do campo;
 - capacitação dos professores e monitores envolvidos diretamente;
 - acompanhamento e monitoramento do processo de ensino.

² Em Sisaleira leia-se as sub-regiões: Paraguaçu, Piemonte da Diamantina e Nordeste.

³ A Jornada Ampliada é formada por ações complementares à escola regular, que visam retirar a criança do trabalho explorador, ampliando seu universo de conhecimentos, através de atividades de reforço escolar/suporte pedagógico, atividades lúdicas, recreativas, artísticas, esportivas, de pesquisas e sócio-educativas. Busca-se assim, a construção da cidadania e o desenvolvimento das potencialidades e habilidades das crianças, estreitando seus laços com a família, escola e a comunidade, para que os envolvidos percebam seu significado e sejam sujeitos desta construção.

- c) A mobilização e a participação ativa da população na discussão das medidas concretas de melhoria da qualidade de vida: educação, saúde, geração de renda, meio ambiente etc.;
- d) Melhoria significativa nos indicadores sociais nos Municípios: Índice de Desenvolvimento da Educação (IDE), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Social (IDS);
- e) Adoção de medidas de geração de renda: Projeto PROSPERAR, implementação do PRONAF, fortalecimento das cooperativas de crédito etc.;
- f) Fortalecimento das organizações da sociedade civil;
- g) Construção de parcerias entre a sociedade civil organizada e o poder público governamental;

O PETI da Bahia, pelo seu caráter inovador (capacidade de mobilização da população, de geração de outras ações e programas) chegou a ser considerado *modelo* entre o conjunto dos Estados brasileiros. Atualmente, são 126.973 crianças e adolescentes beneficiados.

Propõe-se que o governo da Bahia continue assumindo suas responsabilidades para a continuação do Programa.

Concretamente, propõe-se ao novo governo da Bahia:

- a) Medidas concretas de fortalecimento da COMPETI – Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Manutenção dos atuais monitores que atuam na Jornada Ampliada;
- a) Apoio para capacitação e acompanhamento pedagógico aos monitores;
- b) Incorporação da Secretaria Estadual de Educação na execução do programa (até o momento, apenas a SETRAS envolve-se no processo, o que deixa lacunas na área de educação);
- c) Incentivo aos Municípios para que assumam, com prioridade, as ações do PETI em suas áreas de competência.

Feira de Santana, novembro, 2006.

MOC – Movimento de Organização Comunitária

ASCOOB – Associação das Cooperativas de Crédito de Apoio a Economia Familiar

APAEBs – Araci, Serrinha e Valente

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Pólo Sindical da Bacia do Jacuípe

FATRES – Fundação de Apoio aos Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Familiares da Região do Sisal.

Propostas : Sociedade 1º de Maio:

1. Comunicação ao pelo Governo do Estado que a população pobre de Salvador (cerca de 20.000 crianças e adolescentes) estuda em Escolas Comunitárias que atendem a um número semelhante de alunos da rede municipal de ensino de Salvador . Estão organizadas em associações, redes, projetos e independentes.O mesmo ocorre no interior do Estado.

A quantificação de escolas comunitárias, professores e alunos poderá ser encontrada a partir de: , Rede Sócio-educativa Primeiro de Maio – 3 escolas comunitárias 1 centro educativo, 1506 crianças e adolescentes; AEC (Associação de Educação Católica – 34 escolas) AEEC (Associação de Educadores das Escolas Comunitária-BA -106 escolas comunitárias- 13.000 alunos) Projeto Agatha Esmeralda, mais de 300 escolas comunitárias na Bahia; CECUP, Escolas Comunitárias Independentes (?)

2. Regulamentação do Art. 252 e parágrafo único da Constituição do Estado da Bahia de 05/10/1989, sobre a dotação de infra-estrutura para as Escolas Comunitárias da Bahia

3. Programa de Curso de Pedagogia gratuito para os professores e educadores das escolas comunitárias, em atendimento da Lei de Diretrizes de Bases da Educação.. Atualmente a UNEB oferece cursos pagos

4. Áreas de Lazer nas comunidades periféricas com programas de Esporte , cultura e lazer, com preparação de educadores das próprias comunidades;

5. Informatização das Escolas Comunitárias;

6. Postos de Saúde comunitários com acompanhamento psico-pedagógico para crianças com algum tipo de deficiência e dificuldade de aprendizagem, sobretudo nas periferias e bairros de baixa renda;

7. Organização de redes entre Escolas Comunitárias, Escolas Públicas, visando a Educação em tempo integral;

8. Aproximação Estado / ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS/ Escolas, como núcleos de discussões dos problemas das comunidades, nos quais deverão embasar-se programas governamentais de Moradia, emprego e renda e programas sociais, sem interferência de ONGS intermediárias, a ex. da AVSI , Associação Voluntários a Serviço Internacional, com sede em Belo Horizonte , sucursais em S. Paulo e Salvador

9. Reavaliação e sindicância sobre das relações de poder CONDER / AVSI, no projeto Ribeira Azul - com expansão para outras áreas de Salvador -e respectivos projetos de moradia, ação social e equipamentos sociais, tendo em vista a aplicação de recursos do exterior, adquiridos em nome dos trabalhos comunitários , mas aplicados em projetos realizados pela AVSI-ADM (versão brasileira da AVSI), que tem poder decisório sobre "coisa pública" e espaços públicos para realização de seus projetos em detrimento e prejuízo das iniciativas comunitárias;

- Ver: Gey Espinheira, e Antonio Mateus de Carvalho Soares : "Pobreza e Marginalização, um Estudo de Concentração e Desconcentração populacional nas metrópoles latino- americanas : o caso de Salvador, Bahia. XV Encontro Nacional de Estudos Populares – ABEP- Caxambu, MG
- Jânio Santos : Políticas Públicas e Ações Populares,. O caso de Alagados- Salvador, Bahia. Estudos geográficos, UNESP, janeiro 2005

10. Criação do Cooperativas Populares de Construção e melhoria de moradias dignas, para moradores de favelas e de baixa renda, financiadas pelo Governo do Estado em parceria com as Associações de Moradores,. tendo como modelo as "caixas populares de 10 contribuintes" para aquisição de bens de consumo,

Carta dos movimentos sociais e feministas sobre secretaria de mulheres

Exmo. Sr.
Jacques Wagner
Governador-eleito do Estado da Bahia

Prezado Senhor,

Nós, mulheres baianas, militantes feministas e representantes de diversas organizações da sociedade civil e partidos políticos, de diferentes municípios, nos reunimos em 18 de novembro último, no Seminário Estadual: As Mulheres e a Estrutura do Poder na Bahia, organizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher -NEIM, órgão suplementar da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de elaborar uma proposta para a criação de uma Secretaria de Políticas para Mulheres.

A experiência acumulada dos movimentos feministas e de mulheres em sua relação com o Estado tem comprovado que somente um mecanismo deste porte tem a condição de viabilizar e implementar políticas efetivas de promoção da equidade de gênero que levem à justiça social.

Acreditamos que esse tipo de mecanismo tem se mostrado eficiente na articulação dessas demandas, como interlocutor entre os movimentos sociais e o Governo, possibilitando, assim, a transversalização do enfoque de equidade de gênero nas políticas públicas.

A criação dessa secretaria atende ao compromisso firmado por Vossa Excelência, explicitado no Programa de Governo durante a campanha eleitoral e, posteriormente, reafirmado já na condição de Governador Eleito, tornando isso um compromisso público. Responde, também, aos compromissos assumidos pelo Governo Federal, com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, bem como no plano internacional, com os diversos compromissos firmados, a exemplo da CEDAW (Convention for the Elimination of all forms of Discrimination Against Women), Plataforma de Beijing e, mais recentemente, o PIDESC (Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais), colocando enfim a Bahia em sintonia com o Governo Federal nas políticas de promoção da equidade de gênero. Vale ressaltar que em 2003 o país tinha 13 organismos governamentais de políticas para mulheres e hoje já são 125.

I. Da Estruturação e Competências

A secretaria proposta deve ser criada por decreto, estruturando-se nos moldes de uma Secretaria Extraordinária, como especificados na Lei nº 6.074 de 22 de maio de 1991, regulamentada pela Lei de nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995.

Pelo caráter transversal das políticas de equidade de gênero, a Secretaria deverá ter as seguintes competências:

- Planejar, fomentar, coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar a execução dos programas do Governo Estadual com o enfoque de gênero possibilitando uma atuação mais consistente e articulada nas questões do desenvolvimento com promoção de cidadania para todas e todos;
- Estabelecer estreita articulação do Governo Estadual com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal com o objetivo de implementar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres no Estado;
- Apoiar tecnicamente as diversas áreas da administração direta e indireta do Estado nos programas e ações pertinentes ao cumprimento da missão institucional de prevenir e reduzir as discriminações contra as mulheres, contribuindo para que a administração estadual possa cumprir, a nível local, o desafio nacional de implementar de forma

progressiva a igualdade de oportunidades para todas e todos prevista na Constituição Federal e Tratados e demais instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, promovidos pela Organização das Nações Unidas, dos quais o Brasil é signatário;

- Manter permanente intercâmbio com as parlamentares que integram a bancada feminina, bem como com os demais parlamentares da Assembléia Legislativa, visando acompanhar, subsidiar e fomentar projetos com enfoque na equidade de gênero em trâmite na referida Casa;
- Apoiar, mediante articulação com as demais instâncias do Governo Estadual, com os governos municipais e as organizações da sociedade civil, as políticas, programas e projetos visando combater todas as formas de discriminação de gênero, promovendo a igualdade de direitos e os meios para exercê-los, no sentido do empoderamento das mulheres;
- Participar do planejamento governamental tendo em vista assegurar a abordagem de gênero em todas as ações;
- Executar políticas específicas através da implementação e manutenção de serviços de prevenção e atenção às mulheres e promover a atuação integrada destes serviços em rede.

O Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CDDM) deverá ser desvinculado da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos para fazer parte da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres a ser criada.

Para exercer essas competências, essa Secretaria deve ter um corpo técnico administrativo adequado e a garantia de orçamento próprio e recursos compatíveis com suas necessidades.

Já que a própria legislação estadual estabelece o caráter transitório dessa Secretaria Extraordinária, torna-se ainda necessário que, por ocasião da reforma administrativa do Estado, seja nela incorporada a criação de uma Secretaria da Mulher, em caráter permanente.

II. Do Perfil da Secretária

Acreditamos que para conduzir essa Secretaria nos moldes aqui sugeridos, a futura Secretária deverá:

- ser mulher comprometida com os princípios do feminismo e com o empoderamento das mulheres;
- ter uma trajetória política identificada com o movimento feminista e movimento de mulheres;
- demonstrar capacidade de diálogo com a diversidade, articulando as determinações de gênero, raça, classe, gerações, sexualidades e orientação sexual;
- ter capacidade de articulação com os movimentos de mulheres em todos os níveis;
- demonstrar ter competência técnica;
- demonstrar capacidade de articular com o governo e diversas secretarias, no sentido de promover a transversalidade do enfoque de equidade de gênero em todas as políticas públicas do Estado.

III. Do Perfil da Equipe

Acreditamos, também, que a Secretária deverá ter autonomia para indicar os cargos políticos de confiança, e que as demais indicações contemplem os critérios para formar uma equipe técnica que seja:

- comprometida com as questões de gênero em sua diversidade (raça, classe, gerações, sexualidades e necessidades especiais) e o empoderamento das mulheres;

- com especializações para atender às diferentes questões relacionadas com as políticas públicas para as mulheres;
- com competência técnica e visão política específica;
- com poder de articulação com os movimentos de mulheres e as estruturas públicas;
- com conhecimento da máquina administrativa;
- preferencialmente composta por funcionários públicos concursados;
- e que represente, também, mulheres do interior do Estado.

Entidades Signatárias:

NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
 AMA – Associação de Mulheres Articuladoras Vida Nova, Lauro de Freitas
 AMMIGA – Associação de Mulheres Amigas de Itinga – Lauro de Freitas
 MOPEM – Movimento de Empoderamento da Mulher – Lauro de Freitas
 CDD – Católicas pelo Direito de Decidir
 Núcleo de Mulheres da Rede Aiyé – Hip-Hop
 Jovens Feministas da Bahia
 Grupo Palavra de Mulher Lésbica
 MNCP
 RNP+ - Ba.

Feministas Signatárias:

Maria Helena Souza da Silva – Superintendente Especial de Políticas para Mulheres de Salvador
 Terezinha Barros – Secretária de Políticas para Mulheres de Lauro de Freitas
 Maria del Carmen Fidalgo – Deputada Estadual - PT
 Cecilia M. Bacellar Sardenberg – Diretora do NEIM/UFBA
 Ana Alice Alcântara Costa – NEIM/UFBA
 Terezinha Gonçalves – NEIM/UFBA
 Nereiza Mazza Espírito Santo – Assessora da Dep. Lídice da Mata e membro da Secretaria de Mulheres do PSB
 Valquiria Costa – Grupo Palavra de Mulher Lésbica e Fórum de Lésbicas, Travestis e Gays de Salvador
 Jane Pantes – Grupo Palavra de Mulher Lésbica
 Raimunda Oliveira – SPM/CRLG – Lauro de Freitas
 Denise Ribeiro - SMS – Grupo de trabalho de Saúde da População Negra
 Cleide Rezende – AMA
 Sulle Nascimento – AMMIGA
 Bárbara Alves – MOPEM, CDD
 Simone Gonçalves Santos – Núcleo de Mulheres da Rede Aiyé Hip Hop
 Rebeca Sobral Freire – Jovens Feministas da Bahia
 Roselice da Silva – SPM – Lauro de Freitas
 Máisa Vale – SEMUR
 Regina Campos – MNCP e RNP+/Ba.

PROPOSTAS DO FÓRUM DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - BA (FDCA-BA) AO GOVERNO WAGNER

1. Apoio às lutas históricas defendidas pelo fórum, o qual define como prioridade absoluta a luta pela garantia e efetivação de uma política pública de educação de qualidade no Estado, compreendendo:
 - universalização da educação Infantil
 - educação em tempo integral
 - educação para a diversidade
 - divulgação sistemática do ECA na sociedade.
2. Apoio ao fortalecimento, criação e implementação de Fóruns DCA no interior, o qual tem como missão principal o apoio e o monitoramento da sociedade civil nos Conselhos. O Fortalecimento inclui o apoio a projetos de captação de recursos para sua manutenção;
3. Apoiar a criação de Conselhos de Direitos e Tutelares, fortalecendo-os através da realização de capacitações, reuniões técnicas, seminários e fóruns, envolvendo autoridades e sociedade civil nestes eventos;
4. Articular e mobilizar parcerias com os Conselhos, poderes públicos e sociedade civil;
5. Revisão da legislação dos CMDCA's e do CECA;
6. Municipalização ou regionalização das ações de Governo;
7. Contribuir na criação de Programas de Proteção Especial e monitoramento dos já existentes;
8. Implementação de programas de medidas de Proteção;
9. Execução dos planos de Medidas sócio-educativas (**incluindo a desativação da CAM**), do Plano de Comunicação e do Plano de Capacitação de Conselheiros;
10. Compromisso com políticas para a juventude;
11. Discussão e aprovação do estatuto da Juventude;
12. Execução pela sociedade civil, em parceria com o Poder Público e outros parceiros, dos processos de mobilização de comunidades e de capacitação de Conselheiros de Direitos e Tutelares, com a participação direta do Fórum DCA;
13. Compromisso com a valorização da diversidade cultural, compreendendo a cultura como direito;
14. Apoio à luta pela democratização da comunicação, melhorando a qualidade e tornando-a acessível a toda população.
15. Compromisso com as deliberações das Conferências, **INCLUINDO A DESATIVAÇÃO DA SECOMP**, com o fortalecimento dos fundos Fecriança e de Assistência Social.

16. Contribuir com a elaboração do Plano Estadual de Convivência familiar e comunitária.
17. Discussão e construção do Plano Estadual de Juventude, implantação de um Conselho Estadual e de Conselhos Municipais de Juventude.

APOIO ÀS SEGUINTE DELIBERAÇÕES DAS PLENÁRIAS:

- Realização de seminário sobre as “Leis dos Conselhos na Bahia”;
- Apoio à criação de “observatório de aplicação de Medidas sócio-educativas na Bahia”.

APOIO ÀS LUTAS NACIONAL (NO ÂMBITO DO ESTADO)

- Reativação da Frente Parlamentar pela infância, adolescência e juventude.
- Aprovação do Projeto de Lei sobre deduções do IR para o Fundo.
- Aprovação do FUNDEB.
- Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.
- Aprovação do Projeto de Lei sobre castigos físicos

RELATÓRIO ALTERNATIVO PIDESC BAHIA

Este relatório é o resultado do Projeto “Estratégia de monitoramento dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Estado da Bahia, 2006” realizado por um Comitê organizador local formado por: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, Associação VIDA BRASIL, Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE e Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS da Bahia - GAPA/BA.

A preparação do Projeto que possibilitou a elaboração deste documento envolveu uma série de reuniões dos representantes do Comitê local assim como de reuniões ampliadas, favorecendo a articulação ampla com setores organizados da sociedade civil baiana.

O financiamento da CESE para a realização do Projeto “Estratégia de monitoramento dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Estado da Bahia, 2006” permitiu que esse Comitê organizador local realizasse, previamente à audiência pública, um Seminário sobre “Direitos Humanos Desenvolvimento e Democracia” no dia 25 de maio e uma oficina sobre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no dia 26 de maio.

O Seminário contou com a presença de pelo menos 80 pessoas e teve a presença de personalidades importantes na luta pelos direitos humanos na Bahia e no Brasil (Professor Gey Espinheira, Dra. Ivana Farina – MP/GO e Rosiana Queirós – MNDH).

A oficina, ministrada pela Coordenadora do MNDH, Rosiana Queirós com o apoio do Comitê local atingiu pelo menos dez organizações da capital e do interior do Estado.

A última mobilização do Projeto foi exatamente a audiência pública, realizada no dia 6 de junho, com o apoio financeiro da Plataforma Dhesc, que contou com a presença de pelo menos 53 entidades e 60 pessoas. Essa audiência colheu 24 dossiês de denúncias de violações dos DESC na Bahia e foi palco para o depoimento de várias organizações nos temas: Meio Ambiente, Água, Alimentação, Terra, Trabalho, Moradia/Cidade, Saúde, Educação e Justiça e Segurança, em conjunto com os segmentos: Juventude, Criança e Adolescente, GLBT, Negros, Migrantes, Mulheres, Indígenas, Pessoas com deficiência, Pescadores e Pessoas com HIV/AIDS que expomos a seguir.

I) Meio Ambiente/Água:

I.a) O Projeto de Transposição do Rio São Francisco (Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional) e as violações aos DESC.

Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, articulação que congrega cerca de 60 entidades da sociedade civil na Bahia⁴

1. A Bacia do São Francisco e o Semi-Árido Brasileiro.

1.1. O Rio São Francisco.

O Rio São Francisco – nosso “Velho Chico” - representa 60% das reservas de águas do nordeste brasileiro. Reconhecido, desde o Brasil Império, como o rio da integração nacional – alimenta seis Estados (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Goiás), além do Distrito Federal e abrange, em sua bacia, 504 Municípios, ou 9% do total de Municípios do país – é hoje alvo de grande ameaça: o Projeto de Transposição do São Francisco (PTSF), agora chamado pelo governo Lula de “integração de bacias”.

A Bacia São Franciscana encontra-se inserida na região do Semi-árido brasileiro (SAB), que é caracterizada pela imensa concentração de terra e pela falta de acesso à água, que empurra milhões de famílias para pobreza no campo e nas cidades.

1.2. Objetivos do Projeto de Transposição do São Francisco (PTSF).

O projeto de transposição está consolidado no imaginário das pessoas há bastante tempo – sua primeira sistematização data de 1847 na gestão de D. Pedro II e vem sendo apresentado pelo Governo como a redenção da seca de que é alvo a região do semi-árido nordestino que não é contemplada pela Bacia do São Francisco e que compreende os estados de PE, PB, RN e CE. No plano teórico, o PTSF tem como pretensão objetivo abastecer 12 milhões de pessoas, 268 cidades e irrigar 300 mil hectares de terras, a um custo superior à 4 bilhões de reais, somente em obras de engenharia, que incluem estações de bombeamento, túneis, canais, aquedutos e reservatórios, beneficiando o *lobby* das empreiteiras, que têm grande interesse no Projeto. Além deste alto custo, estima-se que a população irá pagar cerca de R\$0,11 pelo m³ de água, o que eleva sobremaneira o seu valor, uma vez que os preços praticados atualmente pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) estão em torno de R\$0,023 por m³.

⁴ AATR; ABENC/BA; ABONG-BA; ADS; AEABA; APEDEMA-BA; ASA; CAA- GENTIO DO OURO-BA; CÁRITAS BRASILEIRA; CESE; CNBB NE III; COLÔNIAS DE PESCADORES DE REMANSO, CASA NOVA, PILÃO ARCADEO, E SANTO SÉ, COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES; CONSULTA POPULAR; CPT; CREA/BA; CUT-BA; FETAG-BA; FUNDIFRAN; GAMBA; GARRA ; IDA; IRPAA; IAMBA; MOVIMENTO DE CIDADANIA PELAS ÁGUAS/Correntina- BA ; MOVIMENTO PAULO JACKSON- ETICA, JUSTIÇA E CIDADANIA; OAB-BA; POLO SINDICAL DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO- PE/BA; SASOP; SENGE/BA; SINDAE/BA; SINERGIA/BA; SINFRAJUPE/BA; SINJORBA/BA; SINTAGRO; POVOS INDÍGENAS TRUKÁ E TUMBALALÁ.

De maneira oportunista, o governo federal tem superdimensionado o alcance da transposição como instrumento de desenvolvimento social, manipulando dados e não oferecendo respostas a questões prementes como: qual o impacto social da obra? Como acabar com a sede do povo e dos animais quando os atuais ribeirinhos passam por essas mesmas dificuldades? Sem contar que as 22 milhões de pessoas que sofrem com as secas periódicas estão espalhadas por mais de 900 mil quilômetros quadrados. Quantos canais seriam necessários para atingi-las? O objetivo central, então, é a irrigação? E se for, qual a sua viabilidade econômica? São perguntas cruciais que o Governo Federal não apresenta respostas satisfatórias.

1.3. Água: Direito Humano fundamental.

O direito ao acesso à água é essencial não somente enquanto direito humano em si mesmo, mas também como meio de garantia de outros Direitos Econômicos Sociais e Culturais como o direito à segurança alimentar e à saúde.

Na perspectiva de garantia de água em quantidade e qualidade suficientes para o desenvolvimento de sadia qualidade de vida da população brasileira, exige-se a adoção de políticas públicas que garantam uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, privilegiando-se o abastecimento humano. O Projeto de Transposição vai na contra-mão destes objetivos, desrespeitando a participação popular e favorecendo o hidronegócio em detrimento do abastecimento hídrico à população difusa do nordeste setentrional.

2. Violações aos Direitos Humanos.

2.1. Violação do Direito à Educação no Semi-Árido Brasileiro.

Evidencia-se um quadro de omissão do Estado brasileiro no que tange à política pública educacional na região do semi-árido, seja pela escassez de escolas e recursos, dificultando, por conseguinte o acesso da população à educação; ou pela inadequação da política educacional existente à realidade regional, que representa verdadeira violação à cultura e costumes das populações ribeirinhas e do semi-árido, sendo apontada, inclusive como um dos elementos de estímulo ao êxodo para as cidades. Os indicadores abaixo demonstram, de forma precisa, que a realidade da educação no semi-árido é também escandalosamente excludente⁵:

- Mais de 350 mil crianças, entre 10 e 14 anos não freqüentam a escola;
- Os alunos demoram 11 anos para concluir o ensino fundamental;
- Mais de 390 mil adolescentes (10,15%) são analfabetos;
- Mais de 317 mil crianças e adolescentes trabalham;
- No semi-árido brasileiro, existe o dobro de não alfabetizados quando comparados com a média nacional;
- E quase o dobro de ocupados que a média nacional, na faixa etária entre 7 a 14 anos;
- A maioria das escolas funciona de maneira precária e sem nenhuma estrutura;
- A infra-estrutura atual de educação atende a menos de 20% das necessidades do SAB;

⁵ Dados retirados da Carta Política da I CONESA - CONFERÊNCIA NACIONAL EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO.

- Ausência de política de formação inicial e continuada para educadores e educadoras que contemple a discussão sobre a convivência com o semi-árido;
- Os educadores e educadoras são mal remunerados;
- Os currículos são desarticulados da realidade semi-árida e propagadores das vulnerabilidades dessa região;
- Os materiais didáticos utilizados nas escolas são produzidos em outras regiões, especialmente no Sudeste do Brasil;

2.2. Desrespeito à Política Participativa e Democrática.

O Projeto de transposição tem sido imposto à sociedade brasileira, desrespeitando as instâncias de participação popular previstas legalmente para uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hidro-ambientais. O PTSF contraria deliberação da Conferência Nacional de Meio Ambiente (realizada em novembro de 2003) – que se posicionou contrária a qualquer tentativa de transposição de águas dos rios São Francisco e Tocantins – e do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – que deliberou, após longas análises técnicas e consultas públicas, no sentido de restringir as possibilidades de alocação de águas para uso externo ao consumo humano e dessedentação animal, comprovada a escassez e indisponibilidade hídrica nas bacias receptoras. Esses fóruns, marcos da concretização da gestão democrática, participativa e descentralizada, com previsão legal na Lei 9.433/97 e na Constituição Federal de 1988, agora têm sua legitimidade questionada pelo governo que, de forma oportunista, retira o caráter vinculativo de tais decisões.

Outra das tentativas autoritárias de aprovar, a qualquer custo, o projeto de transposição do São Francisco foi a convocação, pela Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, de reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que colocava em pauta a deliberação, em regime de urgência, sobre proposta de resolução que pretendia aprovar o projeto de transposição do São Francisco. O resultado foi a deliberação favorável ao aproveitamento hídrico do Projeto de Transposição, desconsiderando o Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do São Francisco, aprovado pelo Comitê. Ressalte-se que os/as Conselheiros/as deliberaram acerca de um projeto de tamanha complexidade em uma única sessão, sem que o mesmo fosse apreciado pelas competentes Câmaras Técnicas. Tal decisão açodada se deu por imposição do governo federal, que exigiu a aplicação de regime de urgência com a apreciação e aprovação do projeto em uma mesma reunião. Ressalte-se que o CNRH é composto por 50% mais um de representantes do governo federal.

As audiências públicas, que compreendem etapa fundamental do processo de licenciamento ambiental, haja vista que concretizam a participação popular, foram outra etapa desconsiderada pelo Governo Federal. Este demonstrou falta de respeito e descompromisso com os cidadãos/ãs, pois, apesar de convocar as audiências públicas condicionantes do procedimento de licenciamento ambiental, só o fez formalmente, não dando condições materiais de participação da comunidade.

As audiências foram marcadas de maneira abrupta, sem um período mínimo para organização das comunidades – as

audiências foram convocadas com menos de 08 dias da realização e, em sua maioria, para serem realizadas nas capitais dos Estados, logo, longe da calha do rio, isso obstaculizou a participação da gigantesca maioria da população – e em locais de difícil acesso, além de inadequados ao objetivo. Isso sem contar com as omissões, vícios e impropriedades do EIA/RIMA (desenvolvidos no anexo). Estes, que seriam o objeto de debate das audiências, não eram aptos à discussão.

2.3. Desrespeito às populações tradicionais e ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico, cultural e arquitetônico da Bacia Hidrográfica do São Francisco e do Nordeste Setentrional.

Percebe-se na análise do PTSF que a avaliação sobre as tensões e os riscos sociais ficam demasiadamente restritas à fase da obra, descartando os impactos da implantação do empreendimento. Outra omissão grave é a desconsideração dos impactos da região como um todo, ou seja, entre indivíduos e grupos situados ao longo das bacias hidrográficas atingidas pelo projeto. Os estudos analisam a obra como *algo em si*, desconsiderando os maiores impactos, que advêm das mudanças desencadeadas pela implantação do projeto, atingindo todas as bacias alvejadas pelo mesmo.

Esta questão de fundo que permeia o EIA/RIMA compromete toda a avaliação sobre os impactos no meio antrópico, compreendendo a identificação adequada do problema, a previsão de impactos e conseqüentemente a proposição de soluções. Soma-se a isso, a falta de dados primários sobre as populações das bacias atingidas pelo projeto, ausência de pesquisa etnográfica e, especialmente, o uso indiscriminado de informações baseadas em dados secundários e desatualizados sobre as populações indígenas, remanescentes de quilombos e outros grupos sociais que serão atingidos pelo projeto.

Em toda a AID (*Área de Influência Direta*) do Projeto, é notória a presença do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, cultural e arquitetônico, incluindo áreas que se encontram em plena fase de estudos Paleontológicos. Grutas, lagoas, reservas florestais, sítios arqueológicos, reservas indígenas, comunidades remanescentes de quilombos e outros bens e grupos sociais de valor inestimável serão afetados pelo projeto, sem que os estudos apresentem corretamente os problemas e, conseqüentemente, as soluções para evitar ou mitigar os impactos.

A Nota Técnica do MPF nº 208 chama atenção para o que dispôs o Parecer Preliminar nº 18/2001, referente ao anterior projeto de “Transposição das Águas do Rio São Francisco”, o qual revelava a confirmação da existência de “34 terras indígenas e 153 comunidades negras tradicionais, somente nas áreas do Médio e Baixo São Francisco, passíveis de sofrer os impactos decorrentes da obra”.

O EIA/RIMA ignora boa parte das comunidades remanescentes de quilombos e nações indígenas existentes, especialmente no Vale do São Francisco. O próprio EIA/RIMA, apesar de ignorar os efeitos da obra para os povos indígenas afetados pelo PTSF, afirma a existência de 7.138 índios atingidos – considerando-se apenas as tribos localizadas nas imediações das obras. Entretanto, percebe-se que o EIA/RIMA não deixa claro o grau de interferência do projeto em relação a essas tribos.

Os quilombos, como já afirmado, também não foram devidamente identificados pelo EIA/RIMA na área de influência do projeto,

mesmo sabendo da existência de centenas de comunidades remanescente de quilombos que se espalham pelos Estados Doadores e Receptores do projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Tal omissão grave advém das falhas relativas à delimitação da área de influência, da falta de análise etnográfica nos estudos, do uso de dados secundários e desatualizados para tal levantamento, gerando sérias dúvidas em relação à extensão dos impactos do projeto no meio antrópico.

Outra omissão a ser destacada diz respeito à falta de levantamento e abordagem sobre “o número de famílias que deverão ser reassentadas em função da implantação do canal, canteiro de obras e outras atividades inerentes ao projeto, limitando-se a apresentação do número de famílias a serem remanejadas em função dos futuros reservatórios, no total de 752 famílias”⁶

O EIA/RIMA apresenta-se insatisfatório também em relação à situação fundiária de sua área de influência, que nesta região apresenta-se marcadamente concentrada e conflituosa. Uma vez implementado o projeto, sem atingir a atual estrutura fundiária, ou seja, dissociado de políticas públicas de regularização fundiária de milhares de posseiros na região e reforma agrária para os milhares de sem-terra, este só contribuirá para a pauperização dos supostos beneficiários do projeto.

2.4. Desrespeito às normas de proteção ambiental e das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas).

A realização de um procedimento de licenciamento ambiental nos moldes deste do PTSF – EIA/RIMA eivados de erros e omissões, comprometendo territórios indígenas e quilombolas, ausência de licenças das prefeituras dos municípios envolvidos, ausência de autorização para supressão de vegetação etc – constitui grave afronte aos princípios constitucionais referentes à administração pública, além de comprometer o direito fundamental à informação, à medida que leva para a população, através das audiências públicas, estudos superficiais e imprecisos.

Todos esses elementos não foram suficientes para impedir a concessão de Licença Prévia, pelo IBAMA, ao Projeto de Transposição. O órgão licenciador, em uma decisão política, fez vistas grossas aos absurdos e ilegalidades que marcam todo o processo envolvendo o Projeto e concedeu, de maneira irresponsável, a licença inicial. Esta licença permite a realização de licitações para o empreendimento, não possibilitando o início de obras! Extrapolando o limite do aceitável, o Governo Federal já havia iniciado o procedimento licitatório para realização das obras do Projeto de Transposição, mesmo quando, à época, não possuía licença ambiental que autorizasse tal procedimento.

Registre-se que o parecer dos técnicos do IBAMA revela a absoluta impossibilidade de concessão da licença, uma vez que os dados apresentados no projeto não são suficientes para afirmar que o projeto é ambientalmente viável, mas também não é possível afirmar a sua inviabilidade.

Em relação aos direitos dos povos indígenas, o artigo 49, XVI, e o artigo 231, § 3º, ambos da Constituição Federal Brasileira, estabelecem a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar ou não a exploração e aproveitamento de

⁶ Parecer do Centro de Recursos Ambientais/Bahia, p. 88-9.

recursos hídricos e a pesquisa em lavra de riquezas minerais nas terras indígenas, e isto após ouvir essas comunidades. Nesse sentido, o curso do licenciamento ambiental sem a prévia aquiescência das comunidades afetadas, bem assim sem autorização prévia do Congresso Nacional afronta flagrantemente a Constituição Federal e os direitos de grande parcela da população brasileira, além de ferir a constituição do próprio Estado Democrático de Direito calcado nos três Poderes da União, independentes e harmônicos (CF/88, art. 2º).

Ademais, são inalienáveis e indisponíveis os direitos originários das comunidades indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras (art. 231, § 5º, CF), salvo em caso de catástrofe e risco para a soberania nacional, que não se configuram neste caso.

Em relação aos quilombolas, é garantido às comunidades remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, o direito de propriedade de seu território de acordo com o artigo 68 do ADCT e decreto nº 4.887/2003, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Portanto a não identificação destas comunidades nos Estudos de impactos constitui uma omissão que poderá causar prejuízos sem precedentes para estas comunidades que são reconhecidas pelo Art. 216, CF, como patrimônio cultural brasileiro, devendo o Estado preservar e garantir o pleno exercício dos seus direitos culturais.

3. Ações da sociedade civil: frentes de mobilização política, jurídica e social.

O FPDSF – Fórum Permanente de Defesa do São Francisco, suscitou conflito de uso das águas da Bacia São Francisco frente ao CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. O CBHSF é, de acordo com o artigo 38, II, da Lei 9.433/97, a instância competente para arbitrar tal conflito, sendo o CNRH instância recursal. Tal procedimento, em respeito ao princípio da gestão descentralizada e participativa, que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, obsta a legalidade de qualquer encaminhamento do projeto anterior à decisão final do conflito. Não obstante, o governo colocou o PTSF na pauta do CNRH, atropelando instâncias indispensáveis à sua aprovação. A concessão de uma liminar em Mandado de Segurança impetrado pelo Ministério Público Federal de Brasília, em articulação com as entidades do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco na Bahia e com o Ministério Público da Bahia, acabou por impedir a realização da primeira reunião (30/11/2004). A realização da segunda, todavia, foi inevitável, conforme explicitado anteriormente. Nesta reunião, houve uma ampla participação da população ribeirinha, que se manifestou ante as arbitrariedades do CNRH.

Além da suscitação do conflito de uso das águas, foi interposta Cautelar preparatória para Ação Civil Pública pela AATR, OAB/BA, GAMBÁ, Movimento Paulo Jackson, PANGEA e APEDEMA (entidades integrantes do FPDSF), cuja reiteração foi acolhida liminarmente pelo juízo da 14ª Vara da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, suspendendo o licenciamento ambiental e respectivas audiências públicas, além de qualquer procedimento de contratação, através de licitação ou qualquer outro meio, que pretenda implementar o projeto de transposição. Essa medida liminar teve sua segurança suspensa em decisão “surpreendente”, datada de 24/12/2004

(véspera de natal) pelo presidente interino do Tribunal Regional Federal, em razão de recurso interposto pela União. Todavia, o Presidente do Tribunal manteve o impedimento de realização de obras por parte do empreendedor. Esse impedimento também foi objeto de recurso, desta vez, para o STJ – Superior Tribunal de Justiça. O Presidente deste Tribunal manteve tal impedimento.

A Ação Civil Pública principal foi ajuizada tempestivamente em litisconsórcio com o Ministério Público Federal e do Estado da Bahia, demonstrando as ilegalidades existentes no projeto e, encontra-se, em conjunto com a Ação Cautelar, em tramitação no Supremo Tribunal Federal, sob número AC 981/2005.

Com a continuidade do processo de licenciamento ambiental houve manifestação expressa do IBAMA quanto à viabilidade ambiental do Projeto com a elaboração de Parecer Técnico 31/2005 e concessão da respectiva Licença Prévia 200/2005. Desse modo, detectadas as ilegalidades da referida Licença Prévia, foi ajuizada Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal e do Estado da Bahia em litisconsórcio com as entidades ambientalistas que integram o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco. Nesta ação foi deferida medida liminar determinando a suspensão dos efeitos da Licença Prévia 200/2005, a abstenção do IBAMA em conceder novas licenças ambientais quanto ao Projeto de Transposição, a suspensão das licitações em curso, além da proibição da realização de atos tendentes à implementação do Projeto pela União. Esta ação também se encontra tramitando no Supremo Tribunal Federal, sob nº Rec. 3883/2005. Ainda sobre a licença concedida pelo IBAMA, importante informar que o seu Presidente, bem como o Diretor do Departamento de Licenciamento, estão sendo processados criminalmente pelo Ministério Público Federal, em função de terem concedido licença ambiental em desconformidade com a legislação ambiental, incidindo em crime de improbidade administrativa.

Todas as ações judiciais, no Brasil, que versam sobre o Projeto de Transposição foram objeto de apreciação pelo MM Relator Min. Sepúlveda Pertence (STF), que considerou efetivamente ser da competência do STF a apreciação desta matéria, determinando a avocação das referidas ações para tramitação perante o Egrégio Tribunal Superior.

Não obstante existirem decisões do Poder Judiciário protegendo o meio ambiente e as populações ribeirinhas, o Governo Federal vem, de modo reiterado, anunciando e adotando medidas de descumprimento das decisões judiciais supracitadas. De maneira exemplificativa podem ser citadas as iniciativas na realização de licitações para compra de bombas; a presença do Exército Brasileiro na Ilha de Assunção em Cabrobó – PE, ponto de captação da tomada d'água do Eixo Norte do Projeto, já trabalhando na preparação das obras e com convênio firmado com um Empreendedor para tal mister; a desapropriação de áreas por onde são propostos os canais; além do anúncio sistemático em mídia nacional do Coordenador do Projeto do Ministério da Integração Nacional de início imediato das obras. Tais atos para além de serem uma afronta ao Poder Judiciário e à legalidade criam no imaginário da sociedade brasileira a idéia de que o Projeto da Transposição é fato consumado.

Em setembro de 2005, o Bispo de Barra, D. Luiz Flávio Cappio realizou uma greve de fome em protesto ao Projeto, exigindo que o Governo Federal recuasse na sua implementação autoritária e realizasse um amplo e democrático debate sobre a convivência com o SAB e a necessidade do

PTSF, além de debater as condições sócio-ambientais da Bacia e, a partir daí, a viabilidade do Projeto de Transposição. O protesto ganhou visibilidade internacional e mobilizou de forma significativa a população brasileira, culminando em um Acordo firmado pelo Presidente Lula com o Bispo, no sentido de realização deste debate. Até hoje não houve, concretamente, a plena realização do acordo, estando a população ribeirinha refém de decisões judiciais precárias (medidas liminares) e acordos políticos sem garantia de cumprimento, principalmente em um ano eleitoral como o que se apresenta.

Diante do exposto, conclui-se que a tentativa de implementação do referido projeto constitui grave ofensa à legalidade, à moralidade e ao princípio da participação popular. Portanto estamos diante de uma obra de tamanha dimensão que não podemos calcular o tamanho das violações aos direitos humanos de diversas comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Trata-se de violações que vão desde o direito de acesso à terra, moradia, garantia de manutenção do patrimônio cultural até o comprometimento da segurança alimentar e saúde destas populações; bem como ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Frise-se, ainda, que tais violações estão sendo perpetradas pelo próprio Estado brasileiro, que deveria estar garantindo a execução dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

I.b) O Impacto das Atividades da Extração e Beneficiamento de Urânio pelas Indústrias Nucleares do Brasil– INB, nos Municípios de Caetité e Lagoa Real, Bahia.

Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania.

1.Unidade de Concentração de Urânio de Caetité – URA.

O caso das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, se destaca como preocupante, por se tratar de uma empresa de alta complexidade, responsável pela Unidade de Concentração de Urânio de Caetité – URA, que opera atividades de alto risco para a população e para o meio ambiente.

A INB é uma sociedade de economia mista, atuando com produtos e serviços relacionados ao ciclo do combustível nuclear, desde a mineração e produção do concentrado de urânio (*yellow cake*) até a produção dos elementos combustíveis para usinas nucleares e enriquecimento de urânio. A província uranífera baiana fica entre os municípios de Caetité (46 mil habitantes) e Lagoa Real (13 mil habitantes), que estão inseridos na microrregião econômica de Guanambi, na Serra Geral, no Polígono das Secas e integrados às Bacias Hidrográficas do São Francisco e do Rio de Contas. A reserva foi descoberta na década de 70, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. O projeto básico da mina foi concluído em 1996. A URA de Caetité, única unidade em operação no país, foi implantada para prover o Programa Nuclear Brasileiro, e o urânio extraído na região vai para o Canadá, onde é transformado em combustível para as usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2.

A URA foi ativada, em março de 2000, sem a Licença de Operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Desde então, a INB é alvo de denúncias, sendo líder em inquéritos, autuações, multas e acidentes nas instalações ou com operários. Já foi, inclusive, acusada de imperícia e negligência pelo órgão controlador das suas atividades, –CNEN, que, contrariando suas próprias normas de licenciamento e segurança, renovou, pela quinta vez, a Autorização de Operação Inicial –AOI, já que só se admite a renovação da AOI por duas vezes.

A ocorrência, em menos de cinco anos, de mais de 10 fatos (acidentes, incidentes ou “ENU - eventos nucleares usuais”, segundo a empresa) mal explicados, não apurados ou ainda sigilosos, tem elevado a conscientização da população para o perigo desta atividade continuar sem controle, mas tem, também, levado prejuízos e intranquilidade à região. Além da preocupação com o impacto da liberação de radônio na atmosfera e da poeira gerada pelas explosões uraníferas, produtos das proximidades da mineradora estão sendo recusados em feiras livres e turistas evitam roteiros que passem pelo Município de Caetité. A insegurança aumentou a partir de 2004, com a divulgação do relatório de técnicos da CNEN que sugeriram o fechamento da mina, devido ao risco de desabamento e por suspeita de contaminação da água, proposta recusada pela presidência da CNEN, alegando que a paralisação traria prejuízos ao empreendimento.

Por sua ligação com o militarismo e a indústria bélica, a política do setor nuclear é apontada como estratégica e, portanto, cercada do mais absoluto sigilo. Relatório sobre Fiscalização e Segurança Nuclear no país publicado este ano pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, aponta as falhas do setor, que, amparado por uma legislação caduca, conflituosa ou inexistente, comete várias ilegalidades, desrespeitando a legislação nacional, convenções internacionais e códigos de conduta, dos quais o Brasil é signatário. Revela também que não existe seguro para os trabalhadores da INB em Caetité.

Assim, a INB notabiliza-se pela falta de transparência, pela manipulação ou sonegação de informações, pelo descumprimento da legislação nuclear, trabalhista e ambiental.

2. Acidentes.

O EIA-RIMA do empreendimento, datado de 1997, previa que, no processo de implantação e funcionamento da URA, o meio físico seria fortemente agredido como se constata. Entre os impactos indicados estão a alteração da qualidade do ar (pelo desmonte de rochas na lavra do minério, gerando partículas e gás radônio); processos erosivos e deposição de sedimentos (assoreamento de lagos e riachos); contaminação dos mananciais subterrâneos, com alteração das suas propriedades e potabilidade; inviabilidade do uso da água do Córrego do Engenho (com a implantação da barragem de rejeitos); perda da cobertura vegetal e destruição de *habitats* (desmatamento permanente e irreversível para a vida silvestre) e deposição de partículas radioativas sobre a cobertura vegetal (causando contaminação).

Em menos de dois meses de funcionamento, em abril/2000, ocorreu o primeiro grande acidente –um vazamento de licor de urânio– que a INB tentou, a todo custo negar, chegando a apresentar uma versão de sabotagem. Técnicos da CNEN, Ibama e CRA, com uma análise superficial, atestaram não ter havido contaminação do solo e do lençol freático. Mas por

ter omitido a ocorrência, o CRA aplicou a multa máxima à INB. Só mais de um ano depois, a CNEN admitiu o acidente, estimando que 67 quilos do concentrado de urânio vazaram por 76 dias, concluindo que não houve danos ambientais significativos. Em razão dessa ocorrência a empresa ficou paralisada de novembro/2000 a julho/2001, embora jornais tenham noticiado que nunca deixou de produzir. As circunstâncias e possíveis conseqüências deste acidente nunca foram devidamente esclarecidas.

Há informações de que ao tentar desobstruir uma mangueira um grupo de operadores foi atingido pelo licor de urânio; um empregado tomou um banho de licor, quando um recipiente virou; o operário Sidney Aguiar foi atingido no pescoço por *yellow-cake*; dois ex-empregados, Janderson Dórea Leão e Jadson Jean, denunciaram acidentes na área 170, a mais perigosa, etapa final do processo de beneficiamento do urânio e na área 1401, além do isolamento de um poço artesiano por ter sido constatada contaminação da água. Exames realizados em oito ex-funcionários em laboratórios do Município de Vitória da Conquista/BA apontaram indícios de contaminação em dois.

3. Irregularidades.

Em 2004, anunciado como de expansão da produção, a INB envolveu-se em novos episódios irregulares, como embarques semiclandestinos de urânio pelo porto de Salvador, descumprindo resoluções da própria CNEN e recomendações do IBAMA-Salvador. Em janeiro, numa operação realizada em condições irregulares, conseguiu embarcar 113 toneladas de urânio pelo Porto de Salvador, num navio que trazia 40 toneladas de urânio enriquecido no Canadá para Rezende (RJ).

O Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar as irregularidades no transporte do urânio e incitou o IBAMA a adotar medidas para evitar os riscos do transporte de cargas radioativas pela maior baía do Brasil, com ecossistemas ricos em biodiversidade, situada na Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos. Em setembro, a INB foi multada em R\$ 1 milhão pelo IBAMA-SSA, pela segunda “operação casada”, realizada no Porto de Salvador (navio, com grande quantidade de urânio enriquecido, para ser entregue no Rio de Janeiro, entrou na Baía de Todos os Santos para pegar 250 toneladas do *yellow-cake*, oriundas de Caetité). Em novembro, a Diretoria Nacional de Licenciamento Ambiental do IBAMA proibiu a “operação casada” no transporte de urânio pela Baía de Todos os Santos.

Em Audiência Pública de abril/05, dirigentes de sindicatos de mineradores denunciaram ameaças de demissão, sofridas pelos trabalhadores para não revelar o que ocorre na empresa. No mesmo evento, o representante da Delegacia Regional do Trabalho, Francisco Lemos, disse que em vistoria pedida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, além de outras irregularidades, a empresa foi autuada porque os empregados estão sendo submetidos a raios X convencional do tórax, inclusive aqueles estão expostos à poeira de urânio, o que não atende às normas preconizadas pela OIT, e também por submeter os trabalhadores a jornada de trabalho excessiva. Já na Audiência de outubro/05, a Associação Movimento Paulo Jackson - AMPJ informou que a nova direção da empresa estava sendo acusada de desencadear uma onda de repressão e perseguição, com ameaça de demissão e transferência de trabalhadores que têm atuação política e estavam fundando o Sindicato de Trabalhadores em Mineradoras na região de Caetité.

4. Saúde.

A INB não vem fazendo o monitoramento da saúde dos trabalhadores e da população e, mesmo assim, vem sendo autorizada a funcionar, descumprindo este e outros importantes condicionantes estabelecidas desde sua implantação, em 1997. A gravidade da situação foi evidenciada pelo próprio médico da empresa que desculpou-se várias vezes por não conseguir “entender ou resolver todas as questões ligadas à atividade de baixas doses, que todos reconhecem como talvez a mais difícil de ser abordada do ponto de vista da segurança”. Representantes da área de saúde foram unânimes em defender a urgente necessidade de se fazer o monitoramento sócio-ambiental e o estudo epidemiológico da população. O Coordenador do Programa de Avaliação e Vigilância do Câncer da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia revelou que as neoplasias apresentam na região tendência crescente entre os principais grupos de causa de morte, sendo a segunda causa de óbitos desde 1999.

5. Propostas.

A pouca importância dada à radioproteção e segurança nuclear é tanta, que o orçamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear para 2005, inicialmente de R\$ 115 milhões de reais, reduzido, após os cortes, para R\$ 100 milhões, só previa R\$ 20 milhões para a radioproteção e segurança nuclear. A fiscalização fica difícil devido ao conflito de competência na área do licenciamento ambiental (CNEN X IBAMA) e fiscalização (CNEN X ANVISA).

É urgente a adoção de providências pelo Governo Brasileiro, para:

- definir os campos de atuação e competência de cada órgão, pondo fim ao descaso com a fiscalização da atividade;
- acabar com o monopólio da CNEN, permitindo a implementação de um modelo de inspeção que seja eficaz, através de uma comissão multi-institucional, para a construção de uma estrutura de fiscalização e acompanhamento, integrando SUS, vigilância sanitária, Ministério do Trabalho, da Saúde, do Meio Ambiente e todas as áreas afins, garantindo transparência e controle social sobre as atividades da empresa;
- exigir que a INB viabilize o convênio proposto pelo GT-Saúde da CPAA-INB para a elaboração de um projeto sócio-ambiental e epidemiológico de proteção à saúde e prevenção de danos à população potencialmente exposta aos riscos da exploração de urânio na região de Caetité.

I.c) Contaminação Química em Santo Amaro da Purificação/BA.

Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos – AVICCA⁷.

1. Histórico

A contaminação química em Santo Amaro/BA é resultado das atividades da fábrica COBRAC – Companhia Brasileira de Chumbo, criada em 1958 pela Mutinacional francesa Penarroya Oxide S.A, que desde 1988 faz

⁷ Resumo do texto “Contaminação Química” de autoria Lia Giraldo da Silva agosto e Daniel Ribeiro Silvestre resultante de missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente (mandato 2005-20006).

parte do grupo Metaleurop S.A. A Companhia Adubos Trevos de Porto Alegre/RS, associada à Companhia Paulista de Metais adquiriu o controle acionário da COBRAC em 1987 e, em 1989 foi incorporada à Plumbum Mineração e Metalurgia S/A. Após trinta e dois anos de funcionamento em 1993 a COBRAC encerrou suas atividades.

Essa fábrica se instalou a 300 metros do principal rio da região (Rio Subaé), comercializou cerca de 900 mil toneladas de liga de chumbo e faturou cerca de US\$ 450 milhões.

2. Contaminação.

A contaminação por chumbo está associada à diminuição do crescimento, alterações no desenvolvimento psicomotor das crianças, diminuição do QI, diminuição da audição, elevação da tensão arterial, anemia, problemas renais, além de ser reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como elemento cancerígeno. O nível do chumbo no sangue da população de Santo Amaro e adjacências (distritos de Pedra, Caixa d'água e comunidade Vitória) chegou a ser considerada uma epidemia. Além disso há também a contaminação por cádmio, um metal associado ao câncer, às doenças renais e pulmonares.

A contaminação da população local com metais pesados se deu de diversas formas, como por meio de doações de escória contaminada feita pela empresa à população local e à prefeitura como um material inofensivo (que foi utilizado como material de construção, aterro para quintais, pavimentação de ruas, circundando os canos de abastecimento de água, e construção de prédios públicos, inclusive escolas) e também através da doação das "mangas de filtro" utilizadas pela população como tapetes e panos de chão.

A contaminação das águas do Rio Subaé acabou por atingir os pescadores da região, os peixes e os moluscos. Hoje esse rio é considerado como de "perigo urgente à saúde pública" assim como um raio de 500 metros no entorno da fábrica. Além disso a contaminação da população local se deu pela ingestão de frutas e verduras plantadas nos quintais e hortas das casas, pelo consumo de carne de animais contaminados, pelo contato com ruas e vielas sem calçamento e pela inalação de poeira. Os ex-trabalhadores da fábrica, suas famílias e as crianças foram os mais contaminados.

Hoje são contabilizados pelo menos 214 ex-trabalhadores mortos, centenas de pessoas portadoras de doenças graves, mais de 1.200 famílias não indenizadas, pelo menos 40 mil pessoas expostas aos metais pesados, 642 crianças tiveram contaminação pro chumbo detectada em 1980, risco atual elevado de contaminação, 490 mil toneladas de escória tóxica enterradas nas imediações da fábrica e 58 mil metros cúbicos de escória espalhados pela cidade, além contaminação das águas, da flora e da fauna.

3. Violações.

Embora existam fartos e minuciosos estudos comprovando a extensão e a gravidade da contaminação química no Município de Santo Amaro e que todas as autoridades públicas tenham tomado conhecimento da tragédia ambiental que abateu esta região do Brasil existem poucas medidas efetivamente tomadas para sanar ou reparar as violações aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais da população local.

Existem duas ações civis públicas em curso sem julgamento final e pelo menos 1.200 ações indenizatórias em curso (algumas foram

encerradas através de acordos com a empresa com valores considerados irrisórios). Há mais de dez anos essas ações estão em tramitação.

Os Governos Federal, Estadual e Municipal têm amplo conhecimento do problema mas até agora as medidas tomadas pelos poderes públicos restringem-se a estudos sobre a contaminação, distribuição de cestas básicas e transporte da população afetada para tratamento de hemodiálise na capital.

Além disso, estima-se que o patrimônio e o faturamento atual da empresa não são suficientes para as medidas indenizatórias nem para a recuperação do passivo ambiental deixado pela fábrica.

Em decorrência desse desastre ecológico os habitantes de Santo Amaro vem assistindo o empobrecimento se alastrar pelos campos e ruas da cidade (pavimentadas com escória de chumbo), uma vez que a contaminação pelo contato com os metais pesados mutilou e inutilizou centenas de pessoas que já não podem mais trabalhar, nem produzir.

4. Propostas para a reparação das violações:

MEIO AMBIENTE:

- Encapsulamento da escória de chumbo e cádmio;
- Isolamento da fábrica da COBRAC/PLUMBUM;
- Monitoramento da qualidade do solo;
- Despoluição do Rio Subaé;
- Recuperação das matas ciliares da região;
- Fechamento da mina de Boquira;
- Monitoramento da qualidade da água nos rios da bacia hidrográfica na região de Boquira;
- Intervenção nas áreas dos manguezais visando a despoluição.

SANEAMENTO:

- Retirada da escória que pavimenta o solo urbano;
- Monitoramento da qualidade da água nos rios da bacia hidrográfica que abastecem o Município de Santo Amaro da Purificação.

SAÚDE:

- Instalação de unidade de saúde especializada (centro de referência) no Município de Santo Amaro da Purificação para acompanhamento médico e realização de exames laboratoriais da população contaminada;
- Integração das famílias dos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM e pescadores e marisqueiras ao programa Fome Zero;
- Acompanhamento médico/nutricional das crianças 0 a 7 anos e gestantes da região;
- Acompanhamento psicológico às famílias e/ou ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA:

- Indenização às famílias e/ou ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM e pescadores e marisqueiras;
- Revisão das indenizações concedidas aos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM;
- Revisão de laudos periciais realizados nos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM;
- Inclusão dos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM nos benefícios da previdência social, em particular aposentadoria;

- Alocação dos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM (de acordo com capacidade de trabalho) seus familiares, pescadores e marisqueiras, em programas de geração de emprego e renda;
- Readequação do trabalho das marisqueiras e pescadores;
- Desenvolvimento e execução de projeto(s) de educação ambiental;
- Inclusão na grade escolar de 1° e 2° grau da disciplina educação ambiental;
- Instalação de centro de documentação para arquivo e guarda de todo o material relativo à problemática da contaminação por chumbo, cádmio mercúrio e outros elementos químicos;
- Requalificação dos profissionais de saúde e educação em face dessa nova realidade.

SOCIAL:

- Acompanhamento da assistência social às demandas oriundas dos ex-trabalhadores da COBRAC/PLUMBUM familiares e pescadores e marisqueiras;
- Instalação de rádio comunitária.

HABITAÇÃO:

- Realocação dos moradores que residem próximos a fábrica da COBRAC/PLUMBUM e outras áreas contaminadas.

I.d) Acesso à Água em Salvador/BA.

Comissão de Justiça e Paz – CJP.

Toda a cidade de Salvador ou mesmo grande parte do Estado da Bahia que tem o serviço de distribuição de água realizado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA sofre com as distorções no preço da tarifa e o péssimo serviço de estrutura prestado pela empresa. Até pouco tempo, existiam apenas três faixas tarifárias residenciais: tarifa popular, a tarifa não popular e a tarifa de veraneio. Para se ter acesso à tarifa popular são necessários critérios bastante restritivos e cumulativos, o que torna a sua utilização falaciosa no contexto urbano de Salvador⁸, já que as características exigidas pelos critérios acabam se referindo a uma camada social não atingida pela própria Embasa e que não acessa seus serviços estruturais (favelas, por exemplo).

Assim a população empobrecida da cidade paga o mesmo valor tarifário dos bairros elitizados da cidade. No início do ano, depois de algumas representações no Ministério Público contra essa situação, o governo criou a tarifa social (como forma de aliviar a pressão social sem resolver o problema), para as famílias que sejam cadastradas no programa bolsa família do governo federal. Entretanto, a única diferença é que o valor mínimo de consumo na tarifa social é menor que o valor mínimo de consumo da tarifa não-popular. O sistema de cobrança, após ultrapassar o consumo mínimo, é o mesmo da tarifa não popular, não existindo assim uma verdadeira política de adequação a capacidade econômica e o entendimento da água como um bem essencial, somente como uma mercadoria. Para que o direito inalienável à água seja

⁸ Os critérios para tarifa popular são: residências com área menor ou igual a 20 m² que não apresentem consumo de água para fins hortigranjeiros e possuam simultaneamente quatro das seguintes características: construção em taipa ou alvenaria de adobe e área construída menor ou igual a 20 m²; piso de cimento liso ou inferior; instalação sanitária única;

realmente colocado em prática em Salvador é necessária uma urgente revisão nos valores cobrados pela empresa operadora do serviço de distribuição e que sejam respeitados os preceitos legais que abrigam o princípio da igualdade material, sendo reservadas faixas tarifárias diferentes para pessoas com situações econômicas diferentes

I.e) Situação Ambiental na Bahia

Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente Bahia – APEDEMA/BA.

A principal denúncia no que tange a questão ambiental no Estado da Bahia é com relação à essa contradição da política de mercado com a visão de desenvolvimento sustentável. A questão da campanha pelo desmatamento zero da mata atlântica envolve conflitos de terra muito sérios, na região do extremo sul da Bahia.

A questão do carvão vegetal, que é o desmatamento de biomas com potencial sustentável como a perda de riquezas, ocorre principalmente com relação ao cerrado e a caatinga e vem junto com isso a questão do trabalho escravo, tudo isso para abastecer a indústria do aço.

O advento dos grandes empreendimentos turísticos na região litorânea predominante na Bahia, além de se apresentar como um problema em relação à preservação da mata atlântica tem provocado conflitos com as comunidades, já que a população local nunca é capacitada para ser absorvida. Assim, além de não gerar emprego a especulação imobiliária provocada por esses empreendimentos gera a marginalização das populações nativas, inclusive, com prostituição e a decadência cultural das comunidades litorâneas, são exemplos disso locais como Itacaré, no Litoral Norte e Trancoso, no Litoral Sul.

Há também o problema da monocultura do eucalipto, o chamado 'deserto verde'. Existentes no Sul e extremo Sul da Bahia já ameaçam se expandir ainda mais tomando a região cacaueteira, o Baixo Sul do Estado. Essa monocultura vem sendo apresentada como um grande ciclo econômico. Contudo, a população já está se ressentindo dessa monocultura tanto no Espírito Santo quanto no Sul e Extremo Sul da Bahia. É sabido que essas monoculturas, assim como todas as demais, vem com a mecanização agrícola, o desmatamento e os grandes latifúndios, provocando a diminuição de geração de emprego. Além disso, insumos agroquímicos provocam a degradação dos rios. Diante disso há, inevitavelmente, o êxodo e com isso o empobrecimento das culturas locais.

Nos ambientes costeiros a ameaça da cultura de camarão que é a 'carcinicultura' é preocupante. Essa cultura se iniciou no Brasil nos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará. Hoje os efeitos da carcinicultura envolvem principalmente a destruição de manguezais (os 'berçários do mar'). Essa atividade é tão danosa ao meio ambiente que pode ser comparada a uma mineração já que onde se constrói os tanques de carcinicultura não se consegue fazer mais nada. As licenças ambientais dessas culturas vem sendo concedidas de acordo, exclusivamente, aos interesses econômicos, são exemplos disso na Bahia locais como Salinas das Margaridas e, na região do Baixo Sul, Valença.

No Município de Caravelas, por exemplo, uma foto de satélite revela que a mancha central da cidade é bem menor que o empreendimento

de carcinicultura, a fazenda de camarão é quase duas vezes o tamanho da cidade. Há uma promessa quanto a geração de emprego e renda, influenciando as prefeituras locais mas a capacitação da mão-de-obra local feita por essas fazendas significa transformar os pescadores e as marisqueiras, que trabalhavam no seu pequeno ciclo econômico de extrativismo, em peões da fazenda de camarão, mas nem todos são aproveitados. O pior é que essas culturas muitas vezes contam com financiamentos do Governo Federal através dos bancos estatais, eles financiam esses investimentos da mesma forma que acontece com o agronegócio.

A questão da falta da reciclagem dos resíduos sólidos também é séria no Estado, não há interesse de colocar a questão da educação ambiental nem da reciclagem como política pública.

II) Alimentação.

II.a) Análise do Inquérito “Chamada Nutricional 2005”

Articulação do Semi-Árido -ASA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Saúde⁹ - Abril de 2006.

Em 20 de agosto de 2005, durante a 2ª etapa da Campanha Nacional de Vacinação, o Ministério do Desenvolvimento Social, com o apoio do Ministério da Saúde, realizou na região brasileira do semi-árido o inquérito denominado “Chamada Nutricional 2005”. O referido inquérito estudou uma amostra probabilística das crianças menores de cinco anos que compareceram aos postos de vacinação localizados nos municípios que integram o semi-árido. Os municípios do semi-árido, no total de 1.133, estão localizados no norte do Estado de Minas Gerais e em todos os Estados da macro-região Nordeste, exceto Maranhão.

Os procedimentos de amostragem da “Chamada Nutricional 2005” estão detalhados no relatório técnico do estudo. Em essência, envolveram três etapas: 1) o sorteio de 30 municípios em cada um dos nove Estados que integram o semi-árido, respeitando as microrregiões homogêneas desses Estados; 2) o sorteio de dois postos de vacinação por município; e 3) o sorteio em cada posto de um determinado número de crianças, levando-se em conta o número de vacinados naquele posto na campanha de 2004. Ao final foram sorteadas para estudo 17.586 crianças menores de cinco anos. Dada a elevada cobertura da Campanha Nacional de Vacinação (mais de 95% das crianças menores de cinco anos do semi-árido foram vacinadas em 2005, segundo estimativas do Ministério da Saúde) e os rigorosos procedimentos probabilísticos adotados na seleção das crianças estudadas, a amostra do inquérito “Chamada Nutricional” pode ser tomada como razoavelmente representativa da população de cerca de 2,3 milhões de crianças menores de cinco anos que se estima residir no semi-árido brasileiro. Uma amostra adicional das crianças vacinadas em postos de vacinação localizados em assentamentos rurais foi também objeto de estudo da “Chamada Nutricional

⁹ Pesquisadores: Carlos A. Monteiro; Wolney L. Conde; Silvia C. Konno.

2005”, mas os resultados relativos a esta amostra não serão abordados neste relatório.

A realização da “Chamada Nutricional 2005” implicou o recrutamento e treinamento de centenas de equipes de entrevistadores, antropometristas e supervisores e o desenvolvimento de uma complexa estratégia operacional para a coleta de dados, aspectos que são descritos em detalhe no relatório técnico do estudo. A coleta de dados do inquérito incluiu a tomada padronizada do peso e altura das crianças sorteadas (duas mensurações de cada medida em cada criança) e a obtenção, por meio de questionário respondido pela mãe ou o responsável pela criança, de informações sobre condições socioeconômicas da família, nível de escolaridade, inscrição em programas sociais, acompanhamento de saúde da criança, sintomas de doenças freqüentes na infância e aleitamento materno, entre outras.

No que tange as considerações em relação ao Estado da Bahia, destacaremos resultados iniciais da análise feita na Bahia pela “Chamada Nutricional 2005”. Esta análise propicia estimativas sobre a prevalência de *déficits* nutricionais na população de crianças do semi-árido baiano e sobre a distribuição socioeconômica desses *déficits*, além de fornecer indicações valiosas sobre a tendência secular da desnutrição na região e sobre o impacto de programas de transferência de renda para a nutrição infantil.

Indicadores de condições socioeconômicas adversas foram comuns na amostra de crianças estudadas no semi-árido. A grande maioria pertence às classes D (41,6%) e E (33,3%), sendo que apenas uma em cada cinco crianças pertence à classe C e uma em 20 à classe A ou B. Analfabetismo ou baixa escolaridade (1 a 4 anos) foram comuns em membros da família da criança: 9,9% e 28,1% para os chefes de família e 3,8% e 27,9%, para as mães das crianças. Mães que declaram raça/cor não branca somaram 80,6%. **A Bahia o maior número de famílias desnutridas.** Enquanto nos outros Estados o número varia de 5 a 16%, na Bahia chega a 34,6 %.

A cobertura de luz elétrica foi satisfatória na amostra estudada, 94,6%, sensivelmente abaixo da média do Nordeste que foi 95,4%. Já para a conexão do domicílio com a rede pública de abastecimento de água, o Estado está acima da média (76,7%), com 90,4%. Coberturas satisfatórias foram encontradas quanto à assistência pré-natal: 95,3% das mães fizeram pré-natal (NE 97,2%), sendo que 80,1 % (NE 83,8%) relataram cinco ou mais consultas e 79,0% (NE 79,7%) iniciaram o pré-natal ainda no primeiro trimestre da gravidez. Também razoável foi a proporção de crianças com registro de nascimento 95,9%, com cartão da criança 96,6% (NE 99,7%) e com acompanhamento de peso registrado no cartão nos últimos três meses, 50,3% (NE 60,0%).

A prevalência de formas crônicas de desnutrição identificadas pelo encontro de *déficits* de crescimento (baixa altura para a idade) foi de 7,01% (NE 6,6%). No Déficit de peso para a altura, que identifica formas agudas de desnutrição, a Bahia teve o maior percentual do Nordeste, 5,09 (NE 2,5% – pouco ultrapassando o limite “normal” de 2,3% aceito para este indicador). Marcadas diferenças entre os estratos sociais foram encontradas quanto à prevalência de *déficits* de altura para idade, mas não quanto à prevalência de *déficits* de peso para altura, confirmando a não relevância epidemiológica de formas agudas de desnutrição em nosso meio, já apontada por outros estudos.

A prevalência de formas crônicas de desnutrição (*déficits* de altura para idade) variou intensamente com indicadores socioeconômicos, alcançando, por exemplo, 11% das crianças na classe E, 6,8% na classe D e apenas 2,5 % na classe C. Entre mães analfabetas, encontrou-se 11,8% (NE 14,1%) de crianças desnutridas enquanto nas categorias de 1 a 4 anos, 5 a 8 anos e 9 ou mais anos de escolaridade as prevalências foram de 8,4%, 7,4% e 3,2%, respectivamente.

O último aspecto abordado neste relatório focaliza o impacto de programas de transferência de renda sobre a desnutrição infantil. De início, deve-se dizer que 35,3% das famílias das crianças estudadas estavam inscritas no programa Bolsa-Família ampliado (o qual inclui os inscritos nos antigos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Cartão Alimentação). Como esperado, a cobertura deste programa concentrou-se nos estratos da população de menor nível socioeconômico, com o que o perfil socioeconômico das crianças inscritas no programa se mostrou mais desfavorável do que o perfil encontrado entre os não inscritos.

Para o total das crianças menores de cinco anos, as prevalências ajustadas indicam que a participação no programa determinaria uma redução de quase 30% na freqüência da desnutrição (de 6,8% sem o programa para 4,8% com o programa). Para crianças entre zero e 5 meses de idade, as prevalências ajustadas indicam virtual ausência de problema tanto para crianças inscritas quanto para não inscritas (2,4% e 2,5%), o que se mostra consistente com a menor vulnerabilidade desta faixa etária à desnutrição, entre outras razões provavelmente devido aos benefícios do aleitamento materno. O maior benefício do programa parece ocorrer para crianças entre 6 e 11 meses para as quais a redução da prevalência de desnutrição devida ao programa seria de 62,1% (de 5,3% para 2,0%). Benefícios mais modestos são observados para crianças mais velhas: redução na desnutrição de 28,3% para crianças entre 12 e 35 meses de idade (de 8,5% para 6,1%) e redução de 25,7% para crianças entre 36 e 59 meses de idade (de 6,2% para 4,6%). O benefício menos intenso do programa para as crianças mais velhas poderia decorrer do fato de que ao menos parte delas pode não ter gozado o benefício em idades onde a reversão do retardo do crescimento é factível, o que se supõe ocorrer nos primeiros dois anos de vida. Infelizmente o desconhecimento quanto ao tempo anterior decorrido desde que a criança e a família foram inscritas no programa impede uma avaliação definitiva sobre a questão.

III) Terra.

III.a) A Reforma Agrária e o Direito à Moradia nos assentamentos rurais da Bahia.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Secretaria Estadual da Bahia

O Estado da Bahia é um dos que Estados brasileiros de maior concentração de número de famílias em ocupações possuindo 7% (ou 21.807 famílias) das famílias em ocupações¹⁰.

As condições de moradia nos assentamentos e ocupações rurais a espera da Reforma Agrária na Bahia é extremamente precária. Isso se deve ao fato de que quando uma área é desapropriada pelo Governo Federal não são disponibilizados os recursos para construção das moradias de imediato, o que leva os trabalhadores que já estão morando nas áreas desapropriadas a construir abrigos improvisados, utilizando lonas plásticas e pau a pique (uma técnica de construção onde as paredes são armadas com madeira ou bambu e preenchidas com barro). Essas condições precárias de moradia permanecem em alguns casos por mais de três anos em razão da demora no repasse dos recursos por parte do Governo.

Além da demora no repasse dos recursos governamentais, quando finalmente são disponibilizados estes se mostram insuficientes para construir uma moradia digna para uma família que normalmente possui de seis a sete membros. Dessa forma até ano de 2002, cada família recebia o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para construir uma casa e como esse valor era insuficiente, muitas das casas construídas ficaram inacabadas. A partir do ano de 2004 o crédito de construção das casas passou para R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) apresentando uma pequena melhora no valor, mas que ainda é insuficiente para se construir uma casa decente para uma família.

Essa defasagem no valor dos recursos repassados para a construção das moradias fez com que das cerca de 4774 casas fossem construídas com um valor entre 1.500,00 a 2.500,00. Logo, em sua maioria as casas não possuem a mínimas condições de dignidade, muitas não possuem banheiro, pintura, quartos, ou piso e etc.

Atualmente, mesmo com o crédito de R\$ 5.000,00, o problema da construção das casas dos assentamentos ainda não está resolvido, já que as continuam sendo construídas de forma precária uma vez que esse valor permanece insuficiente. Entendemos que para se construir uma casa digna para uma família com seis ou sete pessoas, seria necessário pelo menos 15.000,00.

O déficit habitacional dos assentamentos rurais no Estado da Bahia por conta da defasagem no valor de construção repassado pelo INCRA/BA encontra-se em 7.935 casas.

¹⁰ As cinco unidades federativas com maior concentração de ocupações são: Pernambuco 18,9% (58.523 famílias), São Paulo 10,1% (31.320 famílias), Pará 7,2% (22.163 famílias), Bahia 7% (21.807 famílias) e Goiás 7% (21.674 famílias). Segundo o Relatório da CPT 20005 "Conflitos no Campo" juntos esses Estados reúnem 155.487 famílias, valor que corresponde a 50,2% do total de famílias em ocupações contabilizadas no período de 2005.

IV) Trabalho.

IV.a) Trabalhadoras domésticas e violência.

SINDOMÉSTICA – Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia.

A sociedade vê o trabalho doméstico como um trabalho sem valor social, um trabalho desempenhado na sua maioria pelo povo negro, principalmente no Estado da Bahia onde essa categoria é formada na sua maioria por mulheres negras de baixa escolaridade que não possuem moradia própria. As mulheres negras brasileiras, impactadas por acumuladas discriminações - como negras, mulheres e pobres - têm no trabalho doméstico seu lugar socialmente reservado. O emprego doméstico concentra 19% da população feminina economicamente ativa - 5 milhões de mulheres. Desse total, 56% são negras, 70% delas sem carteira de trabalho assinada¹¹.

A maioria dessas trabalhadoras não está amparada pela Seguridade Social e vive na casa dos patrões. Dessa forma, trabalhadoras domésticas que engravidam costumam ficar sem nenhum tipo de amparo social. Além disso, são comuns nessa categoria casos de abuso sexual por parte dos patrões e também de depressão.

No que tange à violência física cabe diferenciar que a violência sofrida pela mulher em geral acontece na maioria das vezes no âmbito dos relacionamentos familiares. A violência sofrida pela trabalhadora doméstica ocorre no âmbito do local de trabalho porque além de mulher ela é trabalhadora doméstica e, nesse ambiente, muitas vezes está submetida à vontade de seus patrões.

Semanalmente o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas com sede em Salvador/BA recebe denúncias de trabalhadoras domésticas agredidas no seu local de trabalho e essa violência é diferente da violência sexual que costuma ser praticada pela figura masculina (patrão, filho do patrão e parente do patrão). Nesse tipo de violência é possível constatar a figura feminina como agente da violência física, já que são as patroas que costumam agredir.

O trabalho infantil também é uma realidade nessa categoria. O Brasil possui 500 mil crianças e adolescentes atuando no trabalho doméstico infantil, 14 mil crianças só em Salvador/BA. Muitas vezes meninas oriundas de famílias pobres da zona rural são trazidas para a capital para serem trabalhadoras domésticas (muitas vezes em regime de trabalho escravo). Na casa dessas famílias essas meninas têm sua infância roubada, sem nenhum tipo de acesso à educação ou ao lazer.

A falta de um aparato estatal disposto a combater a impunidade em relação aos agentes dessas agressões tem feito com que esse quadro permaneça inalterado na Bahia.

¹¹ A *Síntese de Indicadores Sociais 2002*, divulgada pelo IBGE em junho de 2003, e tendo por base as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001

IV.b) Diagnóstico Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes no Estado da Bahia (dados provisórios 2006).

CPT/BA – Comissão Pastoral da Terra/Bahia

Entende-se por trabalho escravo aquela situação com as condições que podem ser consideradas 'trabalho degradante' como: alimentação insuficiente e de má qualidade, água não-potável, alojamento e instalações insalubres, falta de assistência médica e primeiros socorros, descumprimento de leis trabalhistas. Quando uma ou mais condições de trabalho ocorrem e, além disso, a pessoa é privada de liberdade (como é o caso da vigilância armada) trata-se de um caso de trabalho escravo.

O trabalho escravo acontece geralmente em grandes fazendas. Nelas as pessoas são submetidas à opressão física ou psicológica e ao isolamento (as pessoas são levadas para algum lugar de onde não se pode voltar tão facilmente). A forma mais comum de escravidão é o trabalho em troca do pagamento de dívidas, configurando a 'escravidão por dívida'.

Assim é esse diagnóstico sobre trabalhadores migrantes que pode revelar as condições de aliciamento de trabalho escravo na Bahia. O diagnóstico pode dar uma primeira idéia de qual é a dimensão do trabalho escravo na Bahia, tanto de aliciamento quanto da escravização porque não existem, praticamente, números oficiais, os únicos que estão disponíveis são os do resgates feitos pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal.

Em 2005 314 pessoas foram resgatadas da situação de escravidão na Bahia, escravidão de tipo 03, que é a escravidão com privação de liberdade, a mais grave de todas. Até junho de 2006 foram resgatadas pelo menos 415 pessoas o que demonstra que esse é um problema que não parece estar diminuindo, pelo contrario, é um problema que está se acirrando.

Assim, esse diagnóstico revela as condições de aliciamento para o trabalho escravo: porque as pessoas aceitam ser aliciadas? quantos aliciadores("gatos") existem intermediando essa mão-de-obra escrava? quais são as rotas dos ônibus clandestinos? quais são as culturas agrícolas que têm as piores condições? etc...

1)Perfil dos trabalhadores.

Tratamos de uma população jovem, além de menores. Entre os 18 e os 30 anos se encaixam mais de 2/3 dos entrevistados, e ao todo um 90% não chega aos 50 anos. Segundo os dados, as mulheres iniciam a migração mais tarde que os homens, e a finalizam antes, sendo que diminui o número de pessoas, tanto homens quanto mulheres, entre os 25 e os 29 anos. Mais de dois terços dos entrevistados tem menos de quatro anos de escolaridade. 20% são analfabetos.

Tratam-se de famílias em sua maioria entre 4 e 10 membros, 81% das quais contam com uma renda de até um salário mínimo. Quase um terço das famílias não tem renda fixa.

A maior parte dos trabalhadores/as entrevistados são originários das regiões econômicas da Serra Geral, Piemonte da Chapada, Chapada Diamantina e Baixo Médio São Francisco na Bahia. As três primeiras são as regiões de menores investimentos públicos na agricultura. Os pólos de desenvolvimento, coincidentes com os pólos de recrutamento de mão de obra,

são na Bahia as regiões de Juazeiro (Baixo Médio São Francisco, também região de recrutamento para o agronegócio) e o Oeste.

Um 40 % de trabalhadores foram contratados por mediação de um gato (aliciador de mão de obra) ou empreiteiro. Identificamos 29 gatos nas regiões de aliciamento.

Café, fruticultura, cana e carvão são as principais culturas que demandam mão de obra. As atividades principais são a colheita, tratamento das frutas (no Médio São Francisco) e preparo do terreno.

2. Condições de trabalho.

Na avaliação dos trabalhadores, 26% qualificam sua atividade como ruim ou péssima, incluindo a humilhação, perigo, pressão, jornada excessiva. 33% acham as condições “razoáveis”, e só 37% consideram suas condições de trabalho boas ou ótimas. Esses dados têm que ser avaliados com certa flexibilidade, atendendo ao fato que quando um trabalhador/a considera boas suas condições de trabalho, estas nem sempre se correlacionam com condições que a lei aceitaria.

Os alojamentos bons, de qualidade, só correspondem ao 5% dos relatos recolhidos (e que só se referem a beliche, colchão e banheiro). A diversidade de situações descritas dá idéia das muitas possibilidades de alojamento degradante que podemos encontrar: barraco de lona, dormir no chão, superlotação, incluindo a descrição do “alojamento para os escravos”.

O salário que recebem é em sua maioria menor de um salário mínimo. Uma boa parte recebe, porém, por produção, e esse dado está relacionado a situações de superexploração e de trabalho infantil.

Apenas 51% envia dinheiro a casa enquanto está trabalhando e 56% leva dinheiro no retorno. 38% dos trabalhadores não conseguem enviar dinheiro e 28% não leva nada para casa na volta, quando a o objetivo da migração era exatamente esse. É um indicador de fracasso de objetivos.

IV.c) A experiência de trabalhadoras do setor de calçados na Bahia (dados parciais – 2005/2006).

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia-NEIM/UFBA/ Projeto Gênero, Trabalho e Saúde, com o apoio do Fundo Nacional de Saúde do Ministério da Saúde para o ano 2005-2006.

O percentual de 73% das/os trabalhadoras entrevistados/as já sofreram algum constrangimento no trabalho. Esse dado pode ser ilustrativo do desrespeito aos direitos trabalhistas, existência de violência, a práticas autoritárias e arbitrárias, a impunidade e a impotência do/da trabalhador/a face ao poder patronal, ainda existente no País, bem como, a violência como prática costumeiras no meio ambiente de trabalho, mesmo tratando-se de um importante segmento da economia, com peso nas exportações brasileiras.

Quando perguntadas/os qual o tipo de constrangimento, os 73% passa para uma população de 78%, que admitem ter sido constrangidos/as. É possível considerar a hipótese que algumas/ns tentam esconder, ou mesmo recalcar o sofrimento causado pelo constrangimento. Entretanto, quando são apresentadas alternativas de tipos de constrangimentos, a/o entrevistada/o

identifica, denuncia a experiência. Essas situações de constrangimentos e humilhações que afetam 77% da amostra resultam de pressões voltadas para atender a alta produtividade do setor, onde uma/um trabalhadora/o, segundo depoimentos, produz 400 sapatos/hora.

Que tipo de constrangimento / humilhação/ maus tratos você sofreu? por Sexo

		Sexo		Total
		Feminino	Masculino	
Que tipo de constrangimento / humilhação/ maus tratos você sofreu?	Humilhação (grito, ameaça, intimidação, insulto) (1)	26	19	45
	Discriminação (1)	2	0	2
	Desqualificação (2)	2	0	2
	Humilhação e discriminação (1)	1	0	1
	Humilhação e desqualificação (2)	14	4	18
	Humilhação e discriminação e desqualificação (2)	4	1	5
	Humilhação e agressão física (3)	1	0	1
	Outros (ativ. fora da função, pressão, perseguição, cobranças) (2)	2	1	3
	Não sofreu nenhum tipo de violência	0	2	2
Total		52	27	79

Fonte: Dados parciais do Projeto Gênero, Trabalho e Saúde de Trabalhadoras do setor Calçadista na Bahia. NEIM/UFBA. Jun. 2006

O gráfico anterior é ilustrativo de como o conjunto de práticas que resultam em situação de violência no trabalho incide sobre a mulher trabalhadora. Em termos relativos é possível observar que tanto o trabalhador, quando a trabalhadora sofrem situações de humilhações, insultos, intimidações.

Entretanto, é sobre a mulher que recaem todos os tipos de constrangimento. Vale ressaltar ainda que das 52 mulheres que confirmam ter sofrido tipos de constrangimento, 47 situam-se em práticas que envolvem humilhações, ameaças e intimidações (perda de emprego, substituições em postos de trabalho, transferência para atividades menos qualificadas, entre outras) e desqualificações (por não cumprimento de metas de produção), típicas de exigências que envolvem as demandas por alta produtividade, daí entendermos o Assédio Moral como estrutural da gestão e da organização do trabalho no setor.

Apenas 36,6% daquelas/es que sofreram situação de violência no trabalho fizeram algum tipo de denúncia (em sindicatos, DRT,s, INSS etc). A grande maioria, como mostra o gráfico- 63,4% silenciam diante das agressões sofridas.

IV.d) Situação dos Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento de Couro no Município de Ipirá-BA.

SINDICOURO - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento de Couro, Fabricação, Produção, Montagem e Acabamentos de Artefatos de Couros, Calçados, Carteiras, Cintos, Bolsas e afins do Município de Ipirá/BA.

No mês Abril do ano de 2003, instalou-se no Município de Ipirá-BA uma industria de Calçados com o nome de Disport-BA LTDA que atualmente passou a se chamar Paquetá-BA LTDA. A vinda dessa empresa do Rio Grande do Sul significa a busca de mão de obra barata e a facilidade para explorar a classe operária, levando em consideração que ela recebeu os galpões prontos e isenção fiscal do Governo do Estado da Bahia. Ainda no ano de 2003, precisamente no final do ano os Trabalhadores não suportando mais tanta explorações, enfrentando jornadas de trabalho mais de dez horas, agressões verbais, ameaças, entre outros abusos, fundaram o seu Sindicato. Após a fundação os Diretores que estavam à frente do movimento sindical foram demitidos. Mesmo diante de liminar proferida pela Justiça do Trabalho anulando as demissões a Empresa tentou resistir, só acatando tal decisão após ser comunicada da multa de R\$ 100,00 por dia para cada Trabalhador Diretor que não fosse reintegrado ao trabalho.

Hoje existem mais de 100 trabalhadores impossibilitados de desempenhar suas funções em razão de doenças ocupacionais. A Empresa se nega em pagar indenizações e emitir a CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, para esses trabalhadores. Vale ressaltar que quando o Sindicato emite a CAT a Empresa encaminha cartas para a Previdência Social, com intuito de cancelar o Benefício do Trabalhador acidentado.

Desde o mês de Agosto do ano de 2004 o Sindicato junto com os trabalhadores apresentou pauta de Acordo Coletivo de Trabalho, para negociar com a Empresa Paquetá-BA e já tentou de várias formas negociá-la em reuniões no Município, em Feira de Santana na Sub Delegacia Regional do Trabalho, em Salvador na FIEB – Federação das Industrias do Estado da Bahia e na Delegacia Regional do Trabalho. Em todas tentativas de reuniões de negociação o Sindicato não obteve avanços, inclusive, na última reunião a Direção da Empresa falou que não iria mais negociar.

Após restar apenas o recurso da greve para forçar as negociações o Sindicato partiu para a mobilização e organização dos trabalhadores, em uma destas mobilizações em frente à empresa os Diretores do Sindical foram ameaçados de morte, após, a Direção da Empresa reuniu todos trabalhadores e ameaçou de fechá-la, caso as mobilizações fossem em frente. Após as ameaças a maioria dos trabalhadores recuaram, impossibilitando dessa forma as mobilizações. Como não foi possível um acordo Coletivo a Empresa vem forçando os trabalhadores a assinar acordos individuais.

IV. e) Situação dos trabalhadores da Mineração Caraíba S/A.

SINDIMINA - Sindicato dos Trabalhadores da Mineração Caraíba.

A empresa Mineração Caraíba S/A está localizada na região norte do Estado da Bahia no Município de Jaguarari. Atualmente, emprega aproximadamente 800 trabalhadores diretos e mais 300 terceirizados. Há mais de trinta e cinco anos explora o Cobre, sendo que até 1994 o seu controle acionário pertencia ao BNDES, quando foi privatizada, depois de celebrar o Acordo Coletivo Sobre Privatização entre a empresa e os empregados. Dentre outras coisas o acordo prevê a doação de todo o acervo (equipamentos, terras, maquinários imóveis, terrenos urbanos, adutora, etc.) para os trabalhadores, o que a empresa não vem cumprindo. O referido acordo está orçado em torno de 100 milhões de dólares. Tudo isso seria pago a título de pagamento de passivo trabalhista.

Logo após sua privatização ocorreram várias mudanças, mas nenhuma delas trouxe qualquer melhoria para a categoria, muito pelo contrário, os salários foram achatados, os acidentes aumentaram, inclusive os fatais, direitos e conquistas dos trabalhadores estão sendo retirados, dirigentes sindicais estão sendo demitidos e os trabalhadores são impedidos de se filiarem ao seu sindicato. Entretanto, destacamos algumas questões que achamos, nesse momento, prioridades:

1) Saúde e Segurança dos trabalhadores:

Trata-se de uma das maiores preocupações do SINDIMIINA. Os acidentes ocorridos na Mineração Caraíba, em sua grande maioria, estão localizados na mina subsolo, onde as condições no ambiente de trabalho são consideradas de grande risco. Esses trabalhadores estão sempre expostos a temperaturas altíssimas (depoimento de trabalhadores veiculado no programa "Globo Repórter" da Rede Globo em anexo), ruído acima da tolerância, poeira sílica, gases provenientes de equipamentos e de explosivos utilizados nas detonações das frentes de serviço, queda de pedras do teto das galerias, bactérias, fungos e outros agentes nocivos a saúde e a integridade física dos trabalhadores. Para esconder essa realidade das autoridades em dias de fiscalização, a empresa ordena que toda área de produção fique, totalmente, parada, sem produzir nada. Também não permite que o sindicato acompanhe a fiscalização. Ao longo desses anos oito trabalhadores morreram vítimas de acidentes de trabalho na Mineração Caraíba: Belchior, Daniel, Bezerra, Cosme, Jorge Woger, Antonio Rodrigues, Roberto Marcelino e João Batista. A maioria desses óbitos ocorreu na mina subsolo sendo provocados por queda de pedras do teto das galerias. A mina subsolo está, aproximadamente, a 800 metros de profundidade abaixo do nível do mar e mais de 5 mil metros de rampa que dá acesso as frentes de serviço.

2) Aposentadoria Especial:

Mesmo os trabalhadores expostos a todas essas condições no ambiente de trabalho a empresa, em documentos oficiais nega a esses trabalhadores o direito a aposentadoria especial. Inclusive, vários desses trabalhadores já ingressaram com ação na Justiça do Trabalho com o objetivo de garantir esse direito. Os mesmos estão sofrendo ameaças de demissão

caso eles não retirem da Justiça as referidas ações. Além dessa grave situação, a empresa não está fornecendo corretamente os laudos técnicos e o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, para efeito de aposentadoria especial junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

3) Demissão de Dirigentes Sindicais:

Numa atitude arbitrária a Mineração Caraíba demitiu recentemente os diretores do SINDIMINA Antonio Carlos Xavier (Presidente), Paulo Pereira da Silva (Vice – Presidente), Manoel Messias Lopes da Silva (1º secretário), Pedro Maia Silva, Samilucia Guedes Fontes, José Paulo Custódio dos Santos e Carlito Gonzaga do Nascimento. Os dirigentes sindicais já entraram com processo de reintegração. Esta postura é a prova inequívoca da perseguição por parte da empresa aos dirigentes sindicais e principalmente a organização dos trabalhadores.

4) Trabalhadores são impedidos de se filiarem ao Sindimina:

Há algum tempo que a empresa vem tentando dismantlar o movimento dos trabalhadores mineiros, às vezes perseguindo os dirigentes sindicais, às vezes perseguindo os próprios trabalhadores. Trata-se de uma situação de profundo desrespeito a liberdade e autonomia sindical dos sindicatos, bem como uma forma de desmobilizar as ações do SINDIMINA, numa tentativa de enfraquecer a luta dos trabalhadores.

Finalmente, é importante salientar que todas atitudes da empresa passam ter respaldo no momento em que não são investigadas e punidas pelos órgãos competentes. Os avanços que os trabalhadores conquistaram ao longo das lutas estão sendo retirados com as políticas de interesse do grande capital nacional e internacional. Os trabalhadores não encontram apoio nos órgãos fiscalizadores do governo, já que estes sempre apontam como desculpa a falta de pessoal, de equipamentos adequados e de recursos.

V) Moradia/Cidade.

V.a) Direito à Moradia em Salvador.

MSTS – Movimento dos Sem Teto de Salvador e CJP – Comissão de Justiça e Paz.

Segundo informações de um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional no Brasil na Região Metropolitana Salvador chega a cerca de 104 mil unidades.

Por sua vez, os dados disponibilizados pelo Governo do Estado da Bahia não condizem com a realidade vivida no Estado; fala-se em recursos empregados em Programas de Habitação Popular, mas não é possível localizar as comunidades beneficiadas. O não cumprimento dos acordos feitos em mesa de negociação entre os movimentos pró-moradia e o Governo do Estado da Bahia é habitual. Desde setembro de 2003 foi acordado com os Governos Federal, Estadual e Municipal de Salvador a construção de 720 (setecentos e vinte) casas na cidade de Salvador pelo Programa de Subsídio Habitacional - PSH, sendo que 140 (cento e quarenta) em caráter

emergencial, e hoje, junho de 2006, foram erguidas apenas 45 (quarenta e cinco) casas.

O PSH exige contrapartida dos Estados e Municípios, que acabam fugindo do ônus desta exigência e não tem participado dos leilões promovidos pela Caixa Econômica para aprovar propostas de construção das casas. Ademais, pelos valores aportados no programa serem relativamente baixos, a qualidade da habitação fica bastante comprometida. As construções mais parecem “cumbucas de pombos” na fala jocosa de moradores e militantes dos movimentos ‘sem-teto’. O Estado, portanto, realiza uma encenação da solução do problema e entregam casas minúsculas, de baixa qualidade, algumas das quais já apresentam problemas graves de rachaduras.

Em relação ao local onde estão os terrenos onde estão sendo erguidas as casas, o acesso é difícil e a região não possui estruturas que permitam o acesso aos serviços de Educação, da Saúde, dos Meios de Transportes e da Segurança Pública.

Além disso, do mesmo modo, arbitrariamente, a CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, entidade governamental da instância estadual responsável pelo que se refere a Habitação, costumeiramente ameaça reduzir as dimensões dos terrenos das casas conquistadas pelos movimentos sociais.

Hoje são cadastradas 36.000 (trinta e seis mil) famílias no MSTB/MSTS (Movimento dos Sem-Teto da Bahia e Movimento dos Sem-Teto de Salvador), estando estas localizadas em Salvador, Região Metropolitana e interior do Estado (Municípios de Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Riachão do Jacuípe, Camamú, Conceição de Feira, etc).

Segundo dados coletados pela coordenação do MSTS e MSTB 67,5% da população que integra os ‘sem-teto’ é de mulheres, em sua maioria negras, chefas de família, desempregadas, ou atuantes no mercado informal. A razão para um maior número de mulheres no movimento é decorrente de uma inexistência efetiva de Políticas Públicas para mulheres que respondam à situação de desigualdade em relação ao Direito ao Trabalho, pois muitas ficam condenadas a cuidar das tarefas domésticas de casa e do Movimento na ocupação, além de ter que fazer o trabalho extra-casa remunerado, acumulando sobre si uma tripla jornada de trabalho (a atribuição do lar, do Movimento e do trabalho ‘mal’ remunerado), não tendo tempo para qualificar-se técnica e profissionalmente.

Apesar de já ter sido comprovado que as mulheres negras são as que pior são pagas no Mercado de Trabalho do Brasil, o problema do desemprego, do trabalho quase escravo e mal remunerado é um problema para mulheres e homens, até mesmo porque o grau de qualificação técnica da população pobre e negra é baixa, sendo a Bahia o Estado com maior índice de analfabetismo do Brasil.

Enquanto acontecem as reivindicações e mobilizações em prol da efetivação de uma política de habitação popular e de geração de trabalho e renda pensada para as famílias de baixa renda e para a melhoria da qualidade de vida das mesmas, os integrantes do MSTS (que hoje contabilizam pelo menos 20 ocupações pela cidade de Salvador) permanecem em ocupações onde os barracões (os espaços reservados a cada família), feitos em terrenos ou prédios abandonados, são construídos de forma precária por papelão, madeirites ou plásticos e sem qualquer tipo de apoio que essa situação de fragilidade social exige.

Constante também é a ameaça de reintegração de posse, eminente e que muitas vezes é imposta sem mandato judicial de forma violenta por meio de operações militares incisivas que promovem o terror e a permanente sensação de insegurança e desamparo à população acampada em prol do direito à moradia.

A própria CONDER, em parceria com a SUCOM – Superintendência de Ordenamento e Uso de Solo de Salvador, equivalente municipal, frequentemente derruba os barracos das famílias acampadas sem ordem judicial e usando de violência policial.

Em Salvador, a principal política utilizada para a construção de unidades habitacionais nos últimos anos foi o Programa Crédito Solidário, do Governo Federal. São 984 casas a serem construídas por este programa. Entretanto, o Crédito Solidário demonstra a falta de adequação em relação ao público sem-teto. Isto porque, apesar do programa não possuir juros embutidos nas prestações – apenas correção monetária –, a política é pautada no crédito e, portanto na lógica de mercado. É operada por um banco estatal– Caixa Econômica Federal - CEF, que, por mais que se apresente como “banco social”, não perde sua característica bancária, exigindo uma série impensável de cadastros, fichas, certidões, declarações, cópias, documentos, enfim, uma burocracia sem tamanho e que oprime ainda mais os militantes sem-teto.

Outra questão é que os programas para a construção de moradia popular ou não têm fundo efetivo para reservar os recursos necessários, ou são programas que exigem renda muito superior à média de renda familiar das famílias cadastradas no Movimento dos Sem-Teto, a exemplo do CRÉDITO SOLIDÁRIO, que exige renda de 3 (três) salários mínimos para servir de comprovação real de pagamento, o que inviabiliza a participação de muitas famílias do Movimento Sem Teto, pois a grande parte dela tem renda inconstante e vive do mercado informal.

V.b) O Plano Diretor de Salvador.

Federação das Associações de Bairro de Salvador e CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores.

De 2002 a 2004 estabeleceu-se o período de revisão do Plano Diretor da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, elaborado em 1985.

Esse processo de revisão decorreu não apenas por conta do apelo de setores da sociedade civil como também por exigência da legislação federal, através da lei 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade (EC). O principal objetivo desta lei é estabelecer mecanismos que garantam o direito à cidade por intermédio da gestão participativa. No entanto a Prefeitura da cidade de Salvador, principalmente na gestão 1996 a 2004 conduziu este processo de forma arbitrária, quando não impedindo, dificultando a participação da sociedade civil nesse processo em total desrespeito à legislação nacional.

As audiências públicas para a discussão do Plano Diretor de Salvador não foram divulgadas de forma ampla (o que deu azo a instauração de um inquérito civil para sua anulação) e a elaboração do Plano Diretor foi feita de forma fechada pela SEPLAM (Secretaria Municipal do Planejamento) e em escritórios de consultoria, sem dar nenhuma satisfação a sociedade.

Além disso, a proposta apresentada pela Prefeitura de Salvador para a revisão do Plano, chamada por eles de PDDUA (Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano e Ambiental), foi disponibilizada, somente, 01 dia antes da audiência e apenas por internet, (70% da população de Salvador é de baixa-renda e não possui computador em casa), ademais seria impossível assimilar em menos de 24h um documento tão extenso e complexo.

Mais de 52 entidades chegaram a analisar, mesmo que de forma incompleta, o Plano Diretor proposto pelo Poder Executivo Municipal constatarem absurdos como a privatização da EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento (em que pese a revogação, na Câmara Municipal, já efetivada pela pressão popular e conseqüente recuo da Prefeitura em 06/03/2003) a e ocupação dos últimos resquícios de Mata Atlântica da cidade, o aumento indiscriminado do gabarito da orla marítima, a intensificação da especulação imobiliária, a ausência de uma política habitacional, de emprego e renda, de educação, de saúde, etc.

Apesar de declarada judicialmente a nulidade dos atos vinculados ao processo de encaminhamento desse PDDUA e de todas as tentativas da sociedade civil organizada em tentar processo de negociação entre a prefeitura e o Ministério Público para que sejam programadas audiências públicas por regiões administrativas da cidade (AR's) e por temas (Habitação, Saúde, Educação, etc), o Plano Diretor foi aprovado pela Câmara de Vereadores da cidade de Salvador em agosto de 2004 em um claro atentado a democracia.

VI. Saúde

VI. Mortalidade Materna em Salvador.

Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde - MUSA, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

A taxa de mortalidade materna é um dos indicadores de condições de vida e de assistência à saúde ou de violação do direito à saúde em uma população.

Em Salvador, capital do Estado da Bahia, em 1993¹², essa taxa era de 134,6 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos (n.v), cerca de 3,7 vezes maior do que aquela declarada nas estatísticas oficiais¹³ e muito superior à taxa aceita pela OMS (até 20 óbitos por 100.000 nascidos vivos)¹⁴. Nesse mesmo estudo, o aborto foi a primeira causa de morte materna (36,4% das mortes, atingindo sobretudo adolescentes). As mais elevadas taxas de mortalidade foram identificadas nos bairros periféricos da cidade, regiões com

¹² COMPTE, Glória. (1995) Mortalidade materna em Salvador, 1993. Dissertação de Mestrado. ISC/UFBA. Uma análise criteriosa da situação em 1993 foi realizada por Compte (1995) utilizando o Método RAMOS, considerado padrão ouro pela OMS para investigação das mortes maternas. Dessa forma, foram investigados todos os óbitos de mulheres de 10 a 49 anos residentes em Salvador, ocorridos naquele ano, comparando, comparando e confrontando os dados oficiais das declarações de óbito com informações registradas nos prontuários hospitalares, com os relatos de entrevistas domiciliares com familiares das mulheres que faleceram e através de outras fontes adicionais.

¹³ as estatísticas oficiais resultam de registros que ainda apresentam muitas falhas nos processos de geração primária dos dados, resultando em sub-notificação

¹⁴ A OMS considera aceitável o índice de 20 mortes maternas para cada 100 mil nascidos vivos; entre 20 e 49 mortes, o índice é considerado médio; entre 50 e 149 mortes é alto e, acima de 150, muito alto.

concentração da população de baixa renda e desprovidas de serviços de saúde.

Em 1998, nova investigação, utilizando metodologia semelhante, encontrou taxa de pelo menos 96,7 óbitos por 100.000 nascidos vivos (n.v), confirmando Salvador como uma região de alta mortalidade materna. Estas taxas se elevam para 135,8 óbitos por 100.000 nascidos vivos ao serem incorporadas as mortes tardias (mortes também relacionadas com causas obstétricas, embora ocorridas em período superior aos 42 dias do puerpério). Do mesmo modo, a situação é ainda mais grave (161,2 óbitos por 100.000 n.v) ao serem agregadas as mortes por causas violentas em mulheres grávidas, que, pelos critérios de classificação adotados atualmente, não são consideradas maternas.

Embora o número da taxa em 1998 seja menor do que aquele encontrado por Compte em 1993 (Compte, 1995) (96,7 com respeito a 134,6), isso não indica uma diminuição da mortalidade materna em Salvador, porque em 1998 permaneceram 18 casos classificados como *muito presumíveis* (apresentavam causas que comumente escondem causas maternas), cuja investigação não pode ser concluída por ausência de informações (não encontro de prontuário hospitalar ou do domicílio para entrevista domiciliar).

Além da persistência de altas taxas de mortalidade materna, o perfil das mortes é semelhante nas duas investigações: as mortes continuam a ocorrer entre mulheres jovens (idade mediana de 27 anos), a maioria negra (de cor parda ou preta) (94,6%), com baixo grau de escolarização (80,4% tinha até o primeiro grau completo), com uma maior parcela de trabalhadoras domésticas(48,2%) ou donas de casa (14,3%) e residentes nos bairros periféricos da cidade.

Investigando-se os diagnósticos implicados nas mortes maternas, identifica-se leve predominância das mortes obstétricas diretas (54,2%), conformadas pelo aborto, pela doença hipertensiva da gravidez, pelas infecções puerperais e pelas hemorragias. Novamente, como em 1993, o aborto permanece como a principal causa isolada de morte materna, sendo responsável por 22,0% dos óbitos maternos.

Analisando-se especificamente as mortes por aborto, verifica-se que atingiram mulheres ainda mais jovens (66,7% delas tinha até 22 anos, sendo 25% adolescentes). Para 58% delas, era o primeiro aborto e a morte ocorreu em razão de complicações do trato genital e órgãos pélvicos, hemorragia tardia, embolia pulmonar e outras complicações - respiratórias, encefálicas. A medicação cytotec® (isolada ou em combinação com chás) foi o método mais utilizada para interrupção da gravidez. Nas entrevistas familiares, constatou-se o relato recorrente de familiares acerca da discriminação sofrida pelas mulheres no atendimento hospitalar - recusa de internação, atendimento retardado das demandas e desqualificação das queixas.

Esse quadro representa um desafio para o Estado brasileiro no sentido de implementação das ações do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Para além das ações específicas de responsabilidade do setor saúde, o desafio maior é a reversão das diretrizes da política econômica de modo a enfrentar a pobreza, o desemprego e a violência para redução das desigualdades sociais.

Por outro lado, é preciso reafirmar a laicidade do Estado, sem influência de qualquer religião, fortalecendo movimentos e processos em curso, no sentido da produção de mudanças legais, como a discriminação

e legalização do aborto. Ainda, é preciso fazer cumprir as leis existentes, como a Lei do Planejamento Familiar, com garantia de ações educativas e regularidade na oferta de métodos, ações estas inseridas em uma política de atenção integral a saúde das mulheres, incluindo grupos tradicionalmente marginalizados das políticas como as mulheres negras, as trabalhadoras rurais, as indígenas e as homossexuais, garantindo-lhes acesso universal e integralidade do cuidado; assistência de qualidade e atenção humanizada.

VII) Educação.

VII.a) Escolas Comunitárias: uma alternativa necessária.

Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica (CEAP)

As Escolas Comunitárias na Bahia começaram a surgir no final da década de 70. Três situações contribuíram para que elas surgissem. A primeira situação está relacionada à decadência da educação pública, à falta de escolas públicas e de escolas com qualidade. A segunda foi a mobilização dos bairros populares, especialmente nas capitais dos Estados, exigindo terra, saúde, saneamento, transporte e também educação. A terceira situação diz respeito às diversas experiências educativas que se espalharam por todo o Brasil, tomando como base o saber popular, como o método Paulo Freire de alfabetização.

Nos dias atuais, as Escolas Comunitárias continuam sobrevivendo sem o apoio sistemático dos governos estaduais e municipais. Hoje, estima-se que 28 mil alunos da Educação Infantil e do primeiro segmento do Ensino Fundamental estão sendo atendidos em 300 Escolas Comunitárias, que envolvem uma média de 700 professores e educadores comunitários na Bahia¹⁵.

Dentre as necessidades das escolas comunitárias podem ser citadas: a necessidade da valorização profissional dos professores, ampliação do percentual de 3% para 10% do recurso destinado às Escolas Comunitárias, previsto no Fundo Municipal de Educação de Salvador e o repasse mensal desse recurso, reforma e/ou adequação dos espaços físicos das escolas, materiais didático-pedagógicos, saneamento básico nas áreas circunvizinhas às Escolas Comunitárias, construção e manutenção de espaços de lazer nas comunidades (parque, quadra, praças, campo de futebol), implementação de ações permanentes para a construção/adequação de documentos necessários para a legalização das Escolas Comunitárias; regularização do Título de posse das Escolas Comunitárias que estão em terrenos irregulares, construção e/ou ampliação de centros de informação e bibliotecas físicas e/ou virtuais, ampliação e/ou implantação de postos de saúde nas proximidades das Escolas Comunitárias, assegurando acompanhamento de uma equipe multidisciplinar e oferta de merenda escolar, em quantidade e qualidade, adequada à faixa etária das crianças e respeitando a autonomia das escolas na elaboração do cardápio.

¹⁵ Dados retirados das listas de Escolas Comunitárias acompanhadas pelas instituições organizadoras do XIV Seminário das Escolas Populares.

VIII) Justiça e Segurança:

VIII.a) O Tribunal de Justiça da Bahia.

Associação Juizes para Democracia/BA

Na Bahia o Poder Judiciário acumula uma série de irregularidades que comprometem o funcionamento da Justiça. Editais de promoções de juizes irregulares, permanência de parentes de desembargadores trabalhando no Poder Judiciário, principalmente sobrinhos já que apostam na dificuldade de serem descobertos pois os sobrenomes não são reveladores do parentesco e duplo comando no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA). O TJ/BA também não tem investigado denúncias gravíssimas contra seus membros, como no caso de uma fita amplamente divulgada e chegou às mãos do Conselho Nacional de Justiça onde o irmão do atual Pres. do TRE é flagrado em conversa com um arquiteto riquíssimo onde este último conta como conquistou votos de algumas desembargadoras dizendo expressamente que deu anéis de brilhante pelo menos a quatro delas, sendo que uma quando soube que a fita vazou devolveu o anel enviando carta para um jornal confirmando o fato, mas tentando sua defesa ao dizer que não sabia das declarações e intenções do arquiteto. Há necessidade de contratação de assessores para juizes a realização de concurso para estagiários. Além disso, a gestão do TJ/BA 2002/2003 retornou a utilizar o 'Pleninho', uma versão officiosa do Tribunal Pleno para decidirem questões judiciais sem a sessão aberta e com isso fraudando o voto aberto. Esse "ensaio geral" conta com todos os desembargadores do TJ/BA reunidos em um hotel da cidade, em ambiente reservado e com dinheiro público. Por fim, o nepotismo continua a ser praticado sem cerimônia, o maior exemplo é a irmã do Desembargador Cintra, que logo após o retorno dos membros do CNJ à Brasília, foi nomeada para o Conselho de Administração do IPRAJ (autarquia do Poder Judiciário baiano).

VIII) Juventude, Criança e Adolescente

VIII.a) Crianças Adolescentes e Juventude na Bahia.

Centro de Referencia Integral de Adolescentes - CRIA

Passados quase dezesseis anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei Federal 8.069/90, a efetivação de políticas públicas para crianças e adolescentes – pessoas na fase de desenvolvimento entre 0 e 18 anos incompletos - e suas famílias, ainda está distante dos preceitos legais.

No que diz respeito a Bahia, no ano de 2003, o governo do Estado realizou as chamadas "consultas à sociedade", através das secretarias, nas quais era apresentado o planejamento estratégico para o período de 2004 a 2007, mas sem nenhuma possibilidade de intervenção por parte da sociedade. *Interessante* a ênfase dada pelos técnicos que elaboraram "as matrizes" do plano à integração entre as secretárias e órgãos

da administração estadual, na execução dos programas em detrimento da participação das instâncias legítimas – os conselhos de direitos e da assistência – na formulação das políticas para crianças e adolescentes. Vale ressaltar que a Bahia é o único Estado da União no qual o Presidente e o vice do CECA são definidos pela lei que institui o mesmo e são governamentais...

Prejudicial à saúde das políticas, inclusive do ponto de vista do controle social, foi a criação em dezembro de 2000 do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza/FCEP – na esfera nacional - que inclui entre seus projetos todos os que se referem à assistência social. A instituição da Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais na Bahia, contribuiu para a fragmentação das ações de governo na área social (antes geridas exclusivamente pela Secretaria do Trabalho e Ação Social/SETRAS), o deslocamento de recursos destinados à assistência para outros fundos não controlados pelos conselhos acima – que deixam, portanto, de deliberar acerca da utilização dos recursos - e o esvaziamento da secretaria à qual estão vinculados administrativamente (a própria SETRAS).

Segundo a análise efetuada pela Assessoria do Mandato do Deputado Estadual Emiliano José, do Partido dos Trabalhadores/PT, o Plano Plurianual/PPA 2004 a 2007 do Estado da Bahia engloba recursos financeiros na ordem de R\$ 26 bilhões, sendo que quase a metade, de origem extra-orçamentária. Além da vulnerabilidade derivante da dependência de fontes externas, seu valor total corresponde apenas a dois orçamentos, tomando-se como base o ano de 2003. Mas, o PPA destina-se a um período de quatro anos e sem dúvida, esse dado contraria a propaganda Estadual acerca do suposto crescimento do PIB baiano acima da média nacional...

Tendo como base a citada análise, destacamos a seguir alguns programas/ações da área social configurando situações que contradizem todas as reivindicações das ONGs e movimentos sociais, por políticas e orçamentos compatíveis com as demandas da população infanto-juvenil e da juventude.

- Atendimento a criança e adolescentes e unidades de assistência social, beneficiando 22.784 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, sendo 5.696 beneficiários por ano ou 475 por mês;
- Atendimento a 320 adolescentes em atividades culturais, o que prevê 80 adolescentes por ano ou menos de 7 por mês, todos concentrados na Região Metropolitana de Salvador;
- Atendimento a 2.000 crianças e adolescentes em situação de rua. Perfaz 500 atendimentos por ano e menos de 42 por mês, todos na Região Metropolitana de Salvador;
- Atendimento a 800 crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais em regime de abrigo, sendo 200 por ano e menos de 17 por mês;

Mesmo não dispondo de um diagnóstico abrangente acerca da situação da criança e do adolescente no Estado, fica impossível não enxergar a falta de cumprimento dos DESC, principalmente considerando os dados acima que nem sequer conseguem configurar uma política de proteção especial para tal grupo! E o que atividades culturais tem a ver com assistência? Quais as políticas culturais para esse grupo?

Vale ressaltar que as parcerias para a execução dessas metas se referem apenas a Ministérios ou Órgãos Federais. Qual de fato a contribuição desses últimos? Existe hoje um site do Governo Federal que publiciza os repasses efetuados aos Estados e Municípios, disponibilizados

pela Controladoria Geral da União. Como verificarmos sua aplicação em nosso Estado?

Ainda alguns dados extraídos do PPA, relacionados com a Educação, na contramão da propalada prioridade da mesma para a política baiana:

- No caso do ensino médio, as regiões do Oeste, do Médio São Francisco e a chamada Centro Leste São Francisco, talvez as mais necessitadas, terão a construção de apenas uma unidade escolar cada;
- No caso da educação fundamental, o PPA prevê a construção de apenas quatro novas unidades escolares e a realização de convênios para mais nove;
- As metas para a educação de jovens e adultos correspondem a 520.000 alfabetizados até 2007, ou 130.000 por ano. O que significa 20% da carência do Estado!

Esses elementos nos confirmam que, com certeza, muitos direitos estão sendo violados na Bahia. Até o presente momento não temos elementos para fazer o acompanhamento da execução dos programas, inclusive do ponto de vista orçamentário. Os únicos dados disponíveis são grandes números, a exemplo daqueles disponibilizados no site do Governo do Estado.

Sem dúvida, o processo orçamentário requer conhecimentos e competências técnicas e políticas, além de muita articulação e mobilização social. Na V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em Salvador nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2005, foi apresentada uma síntese dos relatórios das conferências municipais e regionais, dos quais destacamos os pontos a seguir, relacionados com a questão participação social no orçamento como um todo:

- Falta de participação dos conselhos municipais no orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação;
- Falta de conhecimento/capacitação sobre Orçamento público para a criança e o adolescente, com o fim de realizar uma ação fiscalizadora plena;
- Falta de dotação orçamentária para os Conselhos e Fundos;
- Falta de autonomia dos Conselhos quanto à gestão dos recursos do Fundo Municipal dos direitos da criança e do adolescente;
- Ausência do depósito da contrapartida do Poder Executivo.

Muitas são as dificuldades na efetivação das políticas para crianças e adolescentes também nesse nível de governo. A situação de indigência do município impossibilita a realização de muitas delas, basta verificar que programas nacionais, a exemplo do PETI são executados sem a contrapartida do Município de Salvador.

1) Educação:

Embora o governo do Estado da Bahia tenha ampliado consideravelmente a oferta de vagas na rede pública de ensino, inclusive em alguns bairros com vagas ociosas, este ainda não conseguiu superar o grande desafio de conceber, implementar e monitorar uma política educacional que supere os dados alarmantes de evasão, especialmente no ensino médio.

Boa parte da juventude baiana, sendo quase a sua totalidade formada por jovens que já estão buscando a sua sustentação, está matriculada nos cursos noturnos. Estes, comprovado por pesquisas nacionais recentes, são a versão piorada dos turnos matutino e vespertino na grande

maioria das escolas. Há, nesse turno uma redução significativa das horas trabalhadas com o aluno, falta de compromisso dos educadores com esta população, métodos inadequados à sua condição de jovem trabalhador provocando assim que o maior índice de evasão se concentra nos cursos noturnos, penalizando a uma grande parcela da juventude.

O fenômeno evasão deve-se também, á dois grandes motivos: o empobrecimento das famílias que empurra a população infanto-juvenil cada vez mais precocemente para o mundo do trabalho, geralmente sub-ocupações e a qualidade da escola que não tem na sua centralidade o aluno, desconhecendo assim as suas especificidades, demandas e motivações.

Esta qualidade também só poderá ser assegurada considerando entre outros fatores, a valorização do docente através de salário justo e condições favoráveis de trabalho, a garantia de proximidade da escola do local de moradia, e a autonomia da escola através de uma gestão descentralizada, democrática e competente, com a participação efetiva da comunidade na elaboração dos Projetos políticos pedagógicos que contemple todas as dimensões do sujeito e da vida comunitária local, nacional e planetária.

2) Saúde, direitos sexuais e reprodutivos:

O documento base da 8ª Conferência Municipal de Saúde, realizada em Salvador em maio deste ano, traz como problemas de saúde das crianças, questões como infecções respiratórias agudas e pneumonias, infecções de pele e problemas oftalmológicos, ressaltando que estes problemas estão intrinsecamente relacionados às condições de pobreza em que vive grande parte dessas crianças.

Em relação à saúde do adolescente, especialmente a gravidez na adolescência, as DSTs e outros agravos relacionados com a sexualidade , assim como a depressão e o consumo de drogas , são aspectos relevantes. Em relação aos adolescentes do sexo masculino, o atual modelo de atendimento à saúde é considerado excludente.

O Plano Municipal de Saúde de Salvador (2006-2009) apresenta 07 eixos, entre eles, o de Atenção Básica á Saúde, que aborda a garantia dos direitos da Criança e do Adolescente, inclusive em relação ao abuso e a exploração sexual e comercial, e a implantação do Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD) na rede municipal, com ênfase nas questões da sexualidade. Ora, o PROSAD, Programa de Saúde do Adolescente, é um Programa Federal, de 1989, e ainda não está implantado em Salvador.

Isto nos dá uma idéia da dimensão da violação dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes e jovens na cidade de Salvador. Vejamos alguns exemplos:

- Apesar da Norma Técnica que trata da Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes , temos em Salvador apenas 01 hospital referência para realização do aborto legal;
- A lei federal de Planejamento Familiar não trata do atendimento ao adolescente;
- Não implantação do PROSAD nas unidades básicas de saúde;
- Falta de informação e acesso aos meios para o exercício saudável e seguro da reprodução e sexualidade;
- Discriminação com os homossexuais;
- Não garantia do direito de conhecer seu status sorológico no caso de adolescentes portadores do HIV.

Em termos práticos, as políticas públicas para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes ainda são insuficientes, o que gera uma carência de programas de prevenção e atendimento à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens.

VIII.b) Relatório final sobre a inspeção realizada à unidades de internação de Adolescentes em conflito com a lei - Salvador - BA¹⁶¹⁷

Conselho Federal de Psicologia – CRP 03 (Bahia) e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BA.

Foram finalidades específicas da inspeção: obter informações sobre a condição do atendimento aos adolescentes que cumprem medidas de privação de liberdade e verificar as denúncias veiculadas pelos diversos canais de comunicação, muitas delas materializadas em documentos oficiais encaminhadas às instâncias competentes.

A inspeção buscou informações sobre graves, evidentes e inquestionáveis violações dos Direitos Humanos dos adolescentes privados de liberdade, como superlotação, abusos, maus tratos, tortura, risco para saúde mental e outros.

Foram realizadas duas visitas de inspeção às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei: a Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) e o Centro de Atendimento aos Menores (CAM).

Dados obtidos durante as visitas às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil:

1. Identificação das Unidades Visitadas:

Nome: DAI – Delegacia do Adolescente Infrator

Cidade/Estado: Salvador-BA

Endereço: Ladeira dos Galés, s/n – Brotas – Salvador - Ba.

Responsável pela DAI: Olveranda Oliveira, Delegada.

Natureza do estabelecimento: Público (Estado)

Nome: CAM – Centro de Atendimento do Menor

Cidade/Estado: Salvador-BA

Endereço: Rua Guanabara, 79 – Tancredo Neves – Salvador - Ba.

Responsável pelo CAM: Frederico Teixeira, Diretor.

Natureza do estabelecimento: Público (Estado) e Conveniado.

2. Características das Unidades de Internação (UIs):

Internação Provisória: **DAI – Delegacia do Adolescente Infrator:**

Durante a inspeção encontravam-se oito adolescentes do sexo masculino (entre 14 e 17 anos) ocupando apenas uma das duas celas.

¹⁶ Data da Inspeção: 15 de março de 2006.

¹⁷ Este relatório foi elaborado com base nos dados de observação orientados pelo roteiro para a visita (encaminhado pelo CFP e OAB), sintetizados no relatório preliminar (distribuído p/ a imprensa em 15/03), elaborado por Jucimar Santos, Assessor de Imprensa da OAB, acrescido das sugestões da equipe que assina este relatório.

São apenas duas salas para abrigá-los, ambas com as mesmas características de celas presidiárias, com capacidade para no máximo cinco pessoas, mas que costumam ficar superlotadas. A grande maioria dos adolescentes é reincidente e já bastante conhecida dos funcionários; disseram que em geral serão os mesmos que cumprirão pena em presídios, “Não tem nenhum inocente”, alegou um funcionário.

Internação Provisória: **CAM** - Centro de Atendimento do Menor

Obtivemos a informação de que a maioria dos 241 adolescentes da instituição encontram-se em regime de internação provisória. Sendo que a capacidade da instituição segundo seus diretores é para 120 adolescentes. Apenas 82 cumprem medida sócio-educativa.

3. Projeto arquitetônico da UI:

Alojamentos:

No caso da DAI existiam duas celas insalubres totalmente inadequadas e em estado precário. Sem colchão, lençóis ou cobertores e adolescentes seminus. A Delegada explicou que o órgão está instalado provisoriamente nessas condições; pois a sede do órgão em está em reforma. As condições físicas do prédio são bastante precárias.

No caso do CAM os alojamentos se encontravam em situações razoáveis de higiene, porém são inadequados com pouca ventilação, sem armários os poucos objetos de uso pessoal dos internos ficam espalhados pelo alojamento.

Durante a visita em alguns alojamentos não foi identificado visualmente à existência de superlotação, entretanto, os números fornecidos e indicados acima apontam para superlotação.

Existem alguns alojamentos que se assemelham à celas nos dois locais visitados. Foi informado pelos diretores que os adolescentes possuem horário regular para movimentação no pátio.

4. Quanto à saúde dos internos no CAM:

Não foi revelada, em detalhes, a situação dos adolescentes com problemas de saúde. Foram apenas revelados que existem por volta de 20 internos com sofrimento ou transtorno psíquico e que foram identificados alguns casos de portadores de HIV. Outras enfermidades não foram mencionadas. Segundo a diretora, ainda estão se preparando para o atendimento e prevenção das DST-AIDS e os adolescentes não recebem preservativos.

5. Alimentação:

Na DAI – foram flagrantes as péssimas condições de higiene.

No CAM - Centro de Atendimento aos Menores, foram feitas algumas denúncias pelos adolescentes em relação à alimentação. De acordo com os internos, a qualidade do almoço é bastante ruim.

6. Recursos Humanos na UI:

Na DAI foram identificados além da Delegada uma Promotora, o pessoal Administrativo e alguns Agentes.

Na CAM foi citada uma ampla equipe técnica, porém nenhuma oficina estava funcionando, houve apenas uma apresentação de música e poesia na recepção, quando a equipe da inspeção chegou; feita por um professor de música que ao que pareceu não era funcionário e sim membro de

uma organização não governamental. Seis internos participaram dessa atividade. No restante da Unidade estavam todas as atividades suspensas com a alegação de dia de visita.

Não houve contato direto com a equipe técnica sem a presença dos diretores para ser averiguada a autonomia no desenvolvimento de projetos sócio-educativos, bem como as condições éticas de trabalho para a atuação dos profissionais (psicólogos, assistentes sociais, advogados, etc).

7. Violência no CAM:

No Centro de Atendimento aos Menores foram feitas pelos adolescentes graves denúncias contra a administração, principalmente em relação à violência praticadas pelos orientadores. Alegaram que a prática de espancamento é comum. Eles denunciaram que apanham dos orientadores com barrotes (grossas tábuas de madeira), que são guardadas no armário de um dos alojamentos: “Os [adolescentes] do interior apanham mais do que os da capital, que contam com a assistência dos familiares”, contou um dos internos. Os adolescentes alegaram que os motivos para o espancamento podem ser até pequenas discussões entre eles. As agressões acontecem também contra quem demora para se levantar da cama: “Eles batem com o pau na nossa canela e dói muito”.

Estas denúncias não foram comprovadas pela equipe, porém foram observados alguns agentes e adolescentes com braço enfaixado.

Os internos também denunciaram a existência da chamada “Tranca”, onde ficam isolados os que cometeram algum tipo de indisciplina. É a cela de isolamento, chamada sala de medidas disciplinares pelo diretor. Os isolados ficam sem acesso e não há ventilação nas celas.

A equipe visitou um local com cinco celas fortes (as chamadas trancas) e havia um adolescente preso, que a princípio alegou se encontrar ali há 30 dias e depois, na presença do diretor da unidade, resolveu diminuir alegando 14 dias. O adolescente dependia do agente para ir ao banheiro e havia apenas uma cama de alvenaria, sem colchão. A cela lembra os quartos de contenção dos hospitais psiquiátricos.

8. Atuação da Justiça na Medida Sócio-educativa de Internação:

Um dos problemas mais graves diz respeito à falta de assistência judiciária dos adolescentes em conflito com a lei. Alguns se encontram há dois anos como internos provisórios, sem perspectiva de julgamento. Outros revelam que não tiveram representação judicial no julgamento: “No meu caso, só quem falou foi o juiz, minha mãe e eu. Não vi ninguém lá me representando”, afirmou um jovem de 18 anos, que está na CAM desde abril de 2005, por homicídio.

9. Comunicação:

Os adolescentes possuem acesso a uma TV por módulo e a possibilidade de ligar para a família apenas a cada 15 dias durante 5 minutos. Na cela de isolamento são suspensos todos os meios de comunicação.

As visitas pessoais são as quartas feiras, entretanto cerca de 90% não recebe visitas e ficam totalmente ociosos neste dia, pois as atividades são suspensas para reuniões da equipe técnica.

10. Observações gerais feitas pela equipe durante a visita às unidades visitadas:

- Estrutura física geral inadequada;
- Faltam colchões e cobertores;
- Sanitários em condições precárias;
- Local insalubre, extremamente quente e abafado.
- Alimentação ruim;
- Falta de assistência judiciária,
- Foram identificadas reclamações também sobre a falta de condições para o trabalho de limpeza das salas e banheiros,
- Superlotação: “As unidades de internação deveriam ser menores, com capacidade para no máximo 40 internos”, afirmou. O CAM abriga atualmente 241 jovens, sendo que apenas 82 cumprem medida sócio-educativa de internação e o restante está em situação provisória;
- Ociosidade e apatia (muitos adolescentes dormindo em pleno dia);
- Falta de política educacional para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- Estrutura física deficiente, falta de ventilação;
- Problemas de saúde: internos em condição de saúde precária, internos com problemas dentários e internos com déficit cognitivo.

X – População Negra

IX. a) Racismo: Violação dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da População Negra no Brasil.

Instituto Cultural Steve Biko

O sistema de desigualdade racial brasileiro tem afetado principalmente os direitos econômicos, sociais e culturais da população negra. Ao considerar a discriminação racial quanto à conduta típica, veremos que a discriminação da população negra se expressa por uma gritante exclusão social, visíveis através dos indicadores sociais, econômicos e culturais que apontam a baixa inserção da população negra na educação, na saúde, na habitação, no mercado de trabalho, no acesso a justiça, etc. Assim, observa-se no Brasil o ataque frontal as políticas sociais, sendo estas substituídas pelas políticas penitenciais, evidenciado pela situação de ser quase sempre a polícia, a única forma de Estado a se apresentar à juventude negra¹⁸.

A pesquisa do IBGE (Folha de São Paulo, 05/04/2001) ao comparar os indicadores sociais entre 1992 e 1999, constata a permanência das desigualdades durante toda a década de 90 e apontam a cor dessas desigualdades - apesar de brancos, negros e pardos terem tido mais acesso à escola, queda na taxa de analfabetismo e melhora da renda familiar, a disparidade entre brancos e negros permaneceu inalterada nos anos 90. Essa pesquisa constata ainda que escolaridade não tem garantido igualdade (mesmo quando estudam mais, negros e pardos têm mais dificuldade de elevar sua renda) - para cada ano de estudo a mais, os brancos têm sua renda elevada em 1,25 salário mínimo enquanto que a renda dos pretos e pardos cresce 0,53 salário. Apesar das taxas de analfabetismo terem se reduzido em todos os grupos de cor, entre negros e pardos são quase três vezes maiores do que entre brancos, sendo que os indicadores de média de anos de estudo e rendimento médio per capita, a proporção é quase de dois para um. No que se relaciona com o analfabetismo, em 1992, apenas 10,6% dos brancos eram analfabetos, ao passo que o analfabetismo atingia 28,7% dos pretos e 25,2% dos pardos. Em 1999, 8,3% dos brancos, 21% dos pretos e 19,6% dos pardos eram analfabetos.

Em 2001, o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) apresentou um levantamento a sociedade brasileira que apontava que dos 53 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, 63% são negras e das 23 milhões de pessoas que vivem na indigência ou miséria – 70% são negros. Dos 10% mais pobres no país, 70% são negros e 30% são brancos. A *Síntese de Indicadores Sociais 2002*, divulgada pelo IBGE em junho de 2003, e tendo por base as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001, revela que as taxas de desemprego dos negros são 20% maiores que a dos brancos e que em média os negros recebem aproximadamente 50% do que recebem os brancos e as mulheres negras, somente 35% do que recebem os homens brancos.

¹⁸ Projeto Rede de Empoderamento da Juventude Negra - Ceafro, Steve Biko, Terreiro de Boiadeiro, Clube de Mães de Pernambués, Negras Quilombolas, Jovens do Amanhã etc. apoiadas pela Unicef. Salvador, 2004.

Assim, a discriminação da população negra e parda no país, que representa quase a metade dos 170 milhões de brasileiros, é maior do que as acentuadas diferenças existentes entre homens e mulheres, especialmente no mercado de trabalho. A pesquisa ressalta que o que mais causa espanto ao IBGE, é que não há avanço na redução da desigualdade racial (12 de junho de 2003, [www. noticias.terra.com.br](http://www.noticias.terra.com.br)). Essa pesquisa enfatiza ainda que as maiores desigualdades raciais são encontradas em Salvador, onde mais de 80% da população é negra ou parda. Afirmando que mais estudo não garante melhor salário, a pesquisa enfatiza que na capital da Bahia, entre negros e pardos com 12 anos ou mais de estudo, a desvantagem salarial em relação a população branca se mantém – recebe metade do rendimento-hora dos trabalhadores brancos.

Além disso, a mulher negra têm 25% a menos de chance de alcançar os 75 anos em relação às mulheres brancas e o risco de mortes maternas é 7,4 vezes maior do que entre as negras do que entre as não-negras (Síntese dos Indicadores Sociais da Década de 90, IBGE). No que diz respeito à saúde, vivemos no Brasil um processo de racialização da epidemia de HIV/AIDS. Nos contextos racialmente estruturados como o brasileiro, a população negra, exposta a discriminação, a pobreza, indigência, baixa escolaridade, precário acesso aos serviços públicos de saúde tem sido a mais afetada pela contaminação pelo HIV/AIDS.

Em Salvador/BA, as desigualdades raciais sistematicamente colocam as pessoas negras em condições de desvantagem social. Isso se expressa nos dados recentes sobre educação que mostram que a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos e mais atinge 17% entre os negros contra aproximadamente 3% entre os brancos (IBGE, 2001). Os altos patamares do analfabetismo e a expulsão precoce do processo escolar ainda nos níveis fundamental e médio de ensino repercutem na qualidade da inserção das pessoas negras no mercado de trabalho. Em consequência, as dramáticas taxas de desemprego na Região Metropolitana de Salvador - RMS atingem mais fortemente os negros (29,3%) do que os brancos (20,6%); e os negros que logram inserir-se no mercado geralmente o fazem nas posições de mais baixa remuneração e baixo prestígio social. (DIEESE, 2003).

Aos efeitos da discriminação racial sofrida em várias esferas da vida associam-se outros relativos à discriminação de gênero, que hierarquizam os grupos sociais na RMS de acordo com o pertencimento racial e o sexo dos trabalhadores. Deste modo, o rendimento médio mensal de homens brancos atinge R\$ 1.510,27, o das mulheres brancas R\$ 905,24, o dos homens negros é cerca de R\$ 497,82 e o das mulheres negras corresponde a apenas 20% da que é auferido pelos homens brancos - R\$321,09. Tais dados indicam um maior peso relativo da dimensão racial sobre as oportunidades que se abrem para os indivíduos, homens e mulheres, ao longo de sua trajetória de vida, evidenciando como brancos de qualquer sexo desfrutam de uma inserção social relativamente melhor do que a de homens e mulheres negras da RMS¹⁹.

Exemplo disso pode ser expresso pelo caso de um grande Shopping Center de Salvador. No Shopping Iguatemi, os pretos representam apenas 13, 6% dos trabalhadores. Desse universo temos, 90.5% dos negros (pretos e pardos) nos serviços gerais (42,2 % dos pretos e 5, 5% de brancos).

¹⁹ PROPOSTA DO MOVIMENTO NEGRO PARA CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO EM SALVADOR - Versão Preliminar para estimular o debate (12/04/04)

Nos cargos de chefia, os brancos representam 87,9%, os pardos (9,1%) e os pretos 0%. Apenas 1, 7% dos negros (pretos e pardos) recebem uma remuneração salarial maior do que 10 salários mínimos²⁰.

Em 2000, quando foi desagregado por raça/cor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Salvador e Região Metropolitana, o cenário das relações raciais aqui se revelaram ainda mais desigual do que no resto do Brasil (Paixão, 2002)²¹: Os brancos apresentam um rendimento médio familiar *per capita* de 5,4 salários mínimos, enquanto que para os afro-descendentes este índice é de 1,67 salários mínimos. Com os indicadores revelando que 93% dos analfabetos da Região Metropolitana de Salvador são afro-descendentes, o IDH dos afro-descendentes é apenas médio (0,7), ocupando o 100º lugar no *ranking* mundial. Esses indicadores colocam brancos de Salvador numa situação de primeiro mundo, gozando de um status de alto índice de desenvolvimento humano (0,821), 40º no mundo.

Os indicadores de saúde e de segurança pública tem especial importância para a juventude negra de Salvador. Segundo dados publicados pelo Observatório da Violência de Salvador (2003) oriundos das pesquisas realizadas pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência – FCCV/UFBA, em parceria com IMLNR - Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e o UNICEF, foram mortas violentamente em Salvador 7.749 pessoas por causas externas²², entre 1997 e 2001, representando uma média de 1550 casos por ano e mais de 04 por dia. Desse universo os homicídios representam mais de 50% dos casos registrados, sendo que 01 em cada 05 mortos eram crianças e adolescentes com idade até 19 anos, e entre estes 61% tinham até 18 anos de idade (FCCV, 2002). Essas estatísticas têm impacto direto na vida dos jovens, que estão morrendo em plena idade produtiva e na vida das suas famílias, “pois mesmo que o drama da morte prematura e violenta não compareça nem na maioria das pesquisas e nem nas sangrentas páginas dos jornais, todos os jovens-homens-negros que *tombam* tem famílias, que depois de perderem seus filhos, dessa forma dramática, muitas vezes ficam esfaceladas, e algumas nunca se recuperam” (Reis, 2001)²³.

Para Reis (2005) a Bahia, um Estado com 13,37 milhões de habitantes, e com uma taxa média de mortalidade por homicídios de 15,8 para cada 100 mil habitantes, superando algumas taxas de países como Alemanha, e Salvador e a Região Metropolitana, com taxa de 40,2 homicídios para cada 100 mil habitantes, superando as marcas de países em situação de conflito armado, dá notícias de uma situação que pode ser qualificada de “Guerra Civil”.

As maiores vítimas desse contexto têm sido a juventude negra – alvo preferencial da violência, dos homicídios, do desemprego, da baixa

²⁰ Relatório Seminário **A Salvador que queremos**. Projeto Juventude Negra Promovendo Direitos Humanos e Anti-Racismo na cidade do Salvador. Instituto Steve Biko/Coordenadoria Ecumênica de Serviços. Salvador, 2005.

²¹ PAIXÃO, Marcelo. *Um olhar sobre as desigualdades raciais em Salvador e Região Metropolitana*. Jornal Apartheid Baiano, out. 2000. p. 2 (Escritório Nacional Zumbi dos Palmares – Instituto Mahin – Licutan).

²² Mortes violentas por causas externas, segundo a OMS – Organização Mundial de Saúde, são homicídios, mortes no trânsito e outros acidentes e suicídio.

²³ Ver Dissertação de Mestrado em Sociologia de Vilma Reis. Ufba, 2005. Ver ainda Edna Maria de Araújo. *Mortalidade por Causas Externas e Raça/Cor: Uma Expressão das Desigualdades Sociais em Salvador, Bahia, Brasil, 1998 a 2003*. Projeto de Tese em andamento, ISC-UFBA, 2005.

escolaridade, etc. O Brasil apresenta dados preocupantes no que diz respeito à violência com sua juventude. Tais dados revelam que, ao se cruzar raça, gênero, classe e geração, são os jovens homens- negros- pobres que, acumulando discriminações interseccionadas, se tornam os mais vulneráveis à essa violência. A Comissão de Justiça e Paz, realizou uma pesquisa sobre crimes de homicídios na Bahia, noticiados nos jornais da capital entre os anos de 1996 e 1999, na qual constatou: foram noticiados 4.248 homicídios na Região Metropolitana de Salvador sendo que desse universo, 3.369 assassinatos se deram na capital; o perfil da vítima é - homem, negro, idade entre 15 e 35 anos, trabalhador, morador de bairro pobre e sem antecedentes criminais. Numa comparação com os conflitos da Iugoslávia, que durou 78 dias, utilizou poderosos artefatos bélicos e provocou 2.067 mortes, a Bahia sai ganhando em número de assassinatos em situação de “paz”. A pesquisa ainda revela que o perfil dos acusados dos crimes de homicídios: foram 3.717 acusados sendo que 55,6% deles trabalhavam na época do crime como membros do Sistema de Justiça/Segurança - 46% nas polícias e 9,6% na Segurança Pública²⁴ (Comissão de Justiça e Paz, Salvador, 2000).

Salvador é paradigmática como cidade que para combater a cultura de violência e promover a cultura dos direitos humanos, necessita reduzir urgentemente as desigualdades étnico-raciais. Assim, a segunda cidade mais negra do mundo possui um alto índice de violação de direitos humanos estruturada pelo racismo e pela discriminação racial. Ou seja, é a população negra, e, em especial, a população infanto-juvenil, o principal alvo das violações de direitos humanos e da cultura da violência em Salvador.

X - INDÍGENAS

X.a) Abordagem do Contexto atual da Política Indigenista Brasileira e seus reflexos.

Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAI

Empossado, o governo do presidente Lula, em janeiro de 2003, logo ficaria claro que o leque de alianças políticas constituídas para a sua sustentação - em especial no Congresso Nacional - não propiciaria as desejadas mudanças na política indigenista brasileira. Uma tal tendência viria a estar plenamente definida já em agosto de 2003, com a substituição na presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio) por um nome ligado à

²⁴ Esta pesquisa não pode ser completa em termos absolutos de número de assassinatos. Os jornais da capital não noticiaram todos os crimes que aconteceram no interior do Estado, nem da própria capital. Em contrapartida não temos estatísticas oficiais confiáveis dos órgãos responsáveis pela segurança pública e justiça (o que pode ser verificado através da simples comparação quando a estatística oficial fica em número menor que as notícias dos referidos jornais). Há pessoas que afirmam que os crimes noticiados nos jornais não chegam nem à metade dos crimes acontecidos (segundo uma conversa com um Procurador da República). Vários indícios levam a crer que esta afirmação chega perto da realidade. Significa que temos, na verdade, um número muito mais elevado do que a nossa pesquisa pode mostrar (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, *A Outra Face da Moeda*, 2000, p. 69)

antiga tradição tutelista, autoritária e mesmo militarista típica do indigenismo republicano no Brasil, aguçada durante o período de exceção (1964 - 1985).

O ano de 2005 se encerrou com o número recorde de 38 assassinatos de índios no país - conforme dados do Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Significativamente, exatamente 27 anos após o assassinato do cacique Ângelo Pankararé, líder indígena representativo do sertão baiano, o último desses assassinatos vitimou, também na véspera do Natal, um dos líderes da comunidade guarani Kaiová recém expulsa, justamente por uma medida judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) do seu território - já regularizado - de Cerro Marangatu, em Mato Grosso do Sul.

Apesar das organizações indígenas serem, hoje, cada vez mais representativas e atuantes, as direções da Funai e do Ministério da Justiça (MJ, ao qual o órgão é subordinado) se recusam a dialogar com elas, ainda sob o pretexto de que não seriam "verdadeiras" representantes dos povos indígenas.

No contexto dos já vinte anos de redemocratização do país, os conselhos nacionais em que a sociedade civil está representada (de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Segurança Alimentar etc.) vêm de fato adquirindo uma importância cada vez maior na proposição, definição e supervisão das políticas públicas. Entretanto, este processo sequer começou a se esboçar no âmbito da política indigenista.

Ora, em uma política em que os interessados diretos - os índios - não contam com uma estrutura regular de participação e interlocução; em que a sociedade civil não é convocada a discutir - sequer a conhecer de fato - os verdadeiros problemas; e em que a legislação ordinária e a própria prática judicial não são adequadas aos princípios constitucionais; a consequência só pode ser o favorecimento e o fortalecimento dos conhecidos interesses econômicos e políticos anti- indígenas (de latifundiários, mineradores, madeireiros etc.)

Enquanto isto, muitas e muitas outras terras menos notáveis, grandes e pequenas, como é o caso dos territórios indígenas na Bahia, seguem sendo vítimas de processos administrativos de demarcação que não caminham, seja pela burocracia e inapetência do órgão indigenista para tocar esses processos, seja pelo constante entrave de medidas judiciais. É nesse contexto que se deve compreender o recente recrudescimento de ações violentas contra povos indígenas que, mesmo quando ocupando terras que o próprio Estado reconhece "tecnicamente" como suas de direito, delas são expulsos pelo próprio Estado (Polícia Federal) em cumprimento a decisões judiciais casuísticas em favor de interesses de setores poderosos da indústria ou do agronegócio.

A imensa maioria das terras em outras regiões do país fora da Amazônia - Nordeste, Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul - embora de extensão muito mais diminuta, são justamente as terras mais intrusadas e com maior número de processos de demarcação paralisados - administrativa ou judicialmente - ou sequer iniciados. Nessas terras vive quase 50% da população indígena do país, quase sempre, é óbvio, em condições muito precárias e sob constantes ameaças.

Para "melhorar" os seus números, a atual gestão governamental tem adotado práticas como a de simplesmente retirar muitas dessas terras da lista do seu passivo a demarcar, como se elas simplesmente não existissem! E isto muitas vezes sob questionamentos - nunca plenamente explicitados - à própria condição indígena dos seus habitantes, em que pese a adesão do

Brasil, em 2003, à Convenção 169 da OIT, que reconhece princípios de autoidentificação às minorias étnicas - outra importante vitória dos movimentos indígena e indigenista brasileiros que carece, entretanto, de efetiva implementação por parte do Estado nacional.

Em outros casos a FUNAI tem adotado como forma de "resolver" processos fundiários drásticas reduções das áreas, que são em geral já muito pequenas nas regiões do país de colonização mais antiga, como é o caso do Estado da Bahia. Esta é uma prática "revivida" do período autoritário em que, tanto quanto agora, os índios, vivendo quase sempre em condições muito precárias, são compelidos a "aceitar" a redução das áreas a que têm direito, em nome de uma solução pretensamente "mais rápida" dos seus processos de demarcação. Assim, as comunidades acabam ficando com áreas demarcadas absolutamente insuficientes para o seu sustento, mas que engordam a lista de casos "resolvidos" das estatísticas governamentais.

Além disso, soma-se ao quadro de violações dos povos indígenas do Estado da Bahia o desaparecimento e as tentativas de homicídio contra lideranças indígenas, agressões e ameaças por parte dos pistoleiros a serviços dos invasores dos territórios, expulsão ilegal, aumento da mortalidade infantil em algumas áreas, desmatamento e agressões ao meio ambiente e a omissão e descaso por parte dos órgãos responsáveis pela aplicação das políticas públicas nas aldeias.

Parece claro que o grande ponto nevrálgico da política indigenista brasileira é ainda o equacionamento da questão das terras, justamente o setor em que os interesses anti-indígenas detêm hoje maior poder e influência dentro do próprio aparelho de Estado.

Para reverter esse quadro seria necessário, antes que tudo, reformular-se o Decreto 1775 - outra herança nefasta do governo anterior - que, como visto, favorece a excessiva judicialização e o entravamento dos processos, com a conseqüente prática de violências de toda ordem contra os povos indígenas. Essa reformulação ou mesmo revogação é objeto de uma ação já antiga do Ministério Público Federal, reformulada e reforçada ainda no último mês de janeiro pela Procuradoria da República da Primeira Região (Brasília).

Por outro lado, é também forçoso reconhecer que esse excessivo poder político de setores antiindígenas se deve ao fato de que a atual política indigenista não faculta voz e vez às representações indígenas, o que contribui para as manter em grande medida isoladas não apenas dos pólos de tomada de decisão política, mas também de outros segmentos representativos da sociedade civil e da opinião pública mais propensos a apoiá-las em suas demandas.

XI) Pessoas com deficiência

XI.a) Violação dos direitos das pessoas com deficiência em Salvador

*Associação Vida Brasil e Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador -
COCAS*

Dentro da perspectiva do PIDESC, a Associação Vida Brasil e a Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador (COCAS), denunciam o Estado da Bahia e do Município de Salvador pela não adoção de Políticas Públicas e descumprimento da legislação federal no que se refere à promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Em pesquisa realizada pela VIDA Brasil e COCAS, no ano de 2004, sobre os direitos das pessoas com deficiência em Salvador, o direito ao trabalho tem sido historicamente negado ao grupo constituído por pessoas com deficiência. A pesquisa mostra que em torno de 75% das pessoas com deficiência vivem unicamente de benefícios como auxílio-doença e aposentadoria. Mesmo para quem consegue trabalho, a vida não é das melhores, pois tem que conviver com grandes barreiras físicas e sociais. Os órgãos públicos não se adequaram para permitir que as pessoas com deficiência possam trabalhar com segurança e autonomia. Ou seja, o Estado não promove condições justas e favoráveis de trabalho através do não cumprimento da legislação existente no País.

Apesar da existência da legislação (Decreto 3298/99) que garante cotas de empregos nos setores públicos e privados, não existe uma política adequada para a inclusão. No mercado de trabalho Essa situação é agravada quando se verifica que a maioria das pessoas com deficiência não têm formação técnica profissional adequada, pois não tiveram acesso à escola pública (a pesquisa mostra que 44,9% das pessoas com deficiência tem apenas o primeiro grau incompleto). A falta de escolaridade é uma das principais conseqüências para que 67,4% das pessoas com deficiência não tenham acesso ao mercado formal de trabalho em Salvador/BA.

O Estado na Bahia não tem assegurado o direito à educação primária acessível à todos. Também não permite que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação superior. Pesquisas realizadas pela Associação Vida Brasil nos anos de 1999 e 2000 atestam a total inacessibilidade da Universidade Federal da Bahia em Salvador. Ainda hoje este quadro se mantém, o que levou o Ministério Público Federal a entrar com uma ação contra a União pela acessibilidade da Universidade Federal da Bahia e das escolas técnicas federais.

O direito à saúde também é negado pelo modelo de centralização do atendimento, só existe um centro estadual de referência em relação à saúde da pessoa com deficiência (CEPRED) que fica em Salvador.

O Estado também nega os DESC ao não promover os meios básicos de acesso aos bens e serviços públicos unicamente disponíveis na capital e centros urbanos, pela negação do direito ao transporte acessível entre os municípios do Estado da Bahia.

Na luta pelo direito ao transporte o movimento social baiano elaborou coletivamente em 2004 a proposta de um projeto de lei para garantia da gratuidade para pessoas com deficiência carentes no transporte intermunicipal no Estado da Bahia. Todo o processo envolveu mobilizações

públicas, contato com a imprensa, articulações com setores públicos. Apesar de entregue para aos poderes executivo e legislativo do Estado, nada aconteceu, a lei não foi aprovada e o quadro de segregação e a negação de direitos permanece. Se aprovada esta Lei deverá melhorar a expectativa de mobilidade de dois milhões de pessoas com deficiência em todo o estado da Bahia.

Em Salvador, a estação da de ônibus Lapa, principal porta de entrada ao centro da cidade para 460.000 pessoas oriundas dos bairros da cidade e de sua Região Metropolitana, não oferece condições para o uso das pessoas com deficiência. Em setembro de 2004 a COCAS entrou com representação no Ministério Público Estadual contra o Município pela inacessibilidade deste espaço, por entender que a falta de promoção de acessibilidade deste espaço e dos demais espaços públicos da cidade constitui um dos principais fatores para a negação dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais.

XII) Pessoas vivendo com HIV/AIDS

XII.a) Informações sobre os DESC na Bahia na visão das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS.

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS – Núcleo Bahia

As pessoas com HIV/AIDS devem conservar na sua totalidade seus direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito de manter seus empregos e lugar de moradia, assim como viajar e movimentar-se livremente, ter acesso à serviços de saúde, educação e lazer, e especialmente "o direito à vida digna". Para isso fazem-se necessárias políticas públicas de assistência social como passe-livre nos transportes, alimentação, moradia; bem como medidas para combater a baixa escolaridade desse grupo social.

A ampliação das pesquisas, da garantia do acesso aos medicamentos e da assistência integral às pessoas vivendo com o HIV/AIDS e o reforço das medidas de prevenção para que se detenha o avanço da epidemia podem ser alcançadas através da fabricação nacional de preservativos femininos, garantindo continuidade e viabilidade financeira de sua distribuição gratuita e favorecendo o atendimento de significativa parcela da população mais vulnerável à infecção, em vista da feminilização, interiorização, pauperização e avanço da epidemia nas populações negras, especialmente de baixa ou nenhuma escolarização. É necessária a quebra de patentes de medicamentos anti-retrovirais (ARVs), principalmente aqueles medicamentos que as indústrias farmacêuticas nacionais ainda não podem fabricar, e que tornariam os preços mais acessíveis (cite-se aí, o TENOFOVIR, KALETRA), além de outros medicamentos de última geração, ainda protegidos por patentes internacionais pelos laboratórios farmacêuticos, colocando em risco a sustentabilidade do próprio Programa Nacional de DST/AIDS, se não houver uma luta pela produção nacional, através da Licença Compulsória.

Vale ressaltar que uma pesquisa da Rede Brasileira pela Integração dos Povos - REBRIP nos quatro grandes laboratórios farmacêuticos brasileiros (Cristália, Nortec Química, LAFEPE e FIOCRUZ/Far-

Manguinhos) durante o primeiro quadrimestre de 2006 mostrou que o dinheiro usado na importação poderia ser usado na fabricação nacional de genéricos. A indústria nacional tem capacidade imediata (sem necessidade de investimentos em parque industrial ou qualificação de pessoas) para produção de ingredientes farmacêuticos ativos e doses prontas economicamente competitivas. Atualmente, o acesso aos medicamentos de "segunda linha" é de importância crítica para se manter o controle da infecção por HIV, principalmente, em pessoas resistentes as terapias ARVs anteriores.

Na Bahia há urgente necessidade de regularização dos medicamentos para doenças oportunistas (responsabilidade do Estado e Municípios) que não têm sido distribuídos satisfatoriamente. Além disso, não são disponibilizadas cirurgias reparadoras da lipodistrofia (efeito colateral do uso contínuo dos retrovirais) em virtude da burocracia dos procedimentos de cadastro das unidades de referência em HIV/AIDS.

No que tange ao atendimento das pessoas vivendo com HIV/AIDS existem restrições ao uso de exames complementares importantes como: Cd4, carga viral e genotipagem; persistem falhas no abastecimento regular dos Antiretrovirais (ARVs), faltam profissionais para o atendimento como nutricionistas, orientador de condicionamento físico e psicólogos nas equipes multidisciplinares dos Centros de Referência.

Por tudo isso considera-se que é necessário identificar a epidemia como questão de saúde pública e o combate ao preconceito contra as pessoas vivendo com HIV/Aids como responsabilidade do Estado. É necessário discutir os efeitos colaterais dos ARVs (como lipodistrofia, mal-estar geral, toxidade dos medicamentos) com os pacientes, já que a discussão a respeito dos tratamentos ainda está muito restrita entre acadêmicos, profissionais de saúde e pesquisadores. Necessário também impedir o desrespeito do profissional com o paciente pela demora no atendimento, pela falta de registro do que o paciente relata, pela falta de clareza e abertura dos protocolos de atendimento (diagnóstico, exames), pela falta de diálogo, pela falta de consideração da opinião do paciente; pela falta de condições para que se elimine o estigma em relação a pessoa vivendo com HIV/AIDS (PVHA). É preciso também evitar os entraves para se conseguir uma receita de medicamento ou consultas ou acesso ao médico em caso de urgência e considerar que a formação dos médicos não deve ser feita, pela experimentação, às custas de erros e acertos.

XIII) Intolerância Religiosa

KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço Programa Egbé / Territórios Negros.

Intolerância Religiosa na Bahia

Ainda que não sejamos ingênuos de supor que todos se aceitam totalmente como religiosos, o convívio entre as grandes tradições mundiais em terras brasileiras não tem sido gravemente conflituoso e tem tido avanços. No entanto, não podemos, de forma alguma, dizer o mesmo das relações entre grupos religiosos de tradição cristã (ou que alegam sê-lo) com as religiões afro-brasileiras.

Há diversos casos de conflito, geralmente divulgados nas páginas policiais e em jornais de caráter popular. Infelizmente refletem tensões que ocorrem na base da sociedade. Esses casos têm sérias

dificuldades de serem tratados por parte dos órgãos públicos como agressão religiosa, conforme o previsto na Constituição e no Código Penal. Em geral, os órgãos do Estado tratam as questões de agressão religiosa como meros casos de “competição religiosa”, como se fossem um problema de mercado. Infelizmente, esse tratamento minora na esfera estatal um problema que deve ser regulado em favor das gerações futuras e contra o crescimento da violência. É importante atualizar a reflexão das instâncias com poder de polícia, inclusive o Ministério Público.

Temos recebido diferentes notícias de casos de violência e das dificuldades que os representantes de cultos afro-brasileiros enfrentam ao encaminhar suas denúncias. Nas delegacias, o tratamento dado é como se fossem “brigas de vizinho” ou há um descaso que por vezes denota preconceito racial institucional. O processo social exige que se tenha um levantamento mais minucioso desse tipo de violência e de orientações mais claras por parte do Estado tanto para seus funcionários como para os cidadãos e as cidadãs.

O caso que nos é mais próximo diz respeito ao *Axé Abassá de Ogum*, Terreiro de Candomblé localizado no bairro de Itapoã, em Salvador-Bahia, que, em novembro de 2000, sua representante, atual *Yalorixá* Jaciara Ribeiro Santos, relatou, em encontro de terreiro do Projeto *Egbé*, as agressões praticadas pela Igreja Universal do Reino de Deus à então *Yalorixá* da Casa, Mãe Gilda, que, infelizmente veio a falecer em Janeiro de 2001, vítima da piora de saúde provocada pelas agressões, como relatam seus familiares.

Neste momento KOINONIA foi instada a dar apoio jurídico em ação judicial contra a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) por agressão e uso indevido de imagem em seu “Jornal da Universal” associando a imagem daquela Mãe-de-Santo a charlatanismo e feitiçaria.

Está em curso uma ação indenizatória, que, em primeira instância e estabeleceu o ganho de causa da ação de Mãe Gilda contra a IURD, publicada no diário oficial do poder judiciário do Estado da Bahia (quarta-feira, 14 de janeiro de 2004, cad.2/página 29), tendo, em síntese, como sentença: condenação da IURD e a sua Gráfica a publicar a sentença na capa e encarte do Jornal Universal e por duas tiragens consecutivas; condenação a IURD e a sua Gráfica a indenizar a família em R\$ 1.372.000, reajustáveis pelo INPC desde 1999 e determinação que o Ministério Público abra processo criminal contra a IURD.

Após a sentença favorável ao Abassá de Ogum, a IURD entrou com uma apelação para a segunda instância - o Tribunal de Justiça. O resultado do julgamento ratificou a decisão da 1ª Instância, por unanimidade. Houve apenas uma redução do valor da indenização inicial, passando de R\$ 1.372.000,00 para R\$ 960.000,00, sendo mantido o restante da sentença que, além de reajustar os valores da indenização pelo INPC desde 1999, condena a IURD e a sua Gráfica a publicar a sentença na capa e encarte do Jornal Universal e por duas tiragens consecutivas, além de determinar o encaminhamento do processo para que o Ministério Público abra processo criminal contra a IURD.

A Igreja e Gráfica recorreram da decisão, levando o processo ao Supremo e também ao Superior Tribunal de Justiça, onde se encontra, atualmente.